



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
RODRIGO NEVES

**História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012).**

São João del-Rei  
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
RODRIGO NEVES

**História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012).**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientador: Professor Eder Jurandir Carneiro.

São João del-Rei  
2013

Neves, Rodrigo  
N518h História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980 -2012) .– 2013.  
134f.; il.

Orientador: Eder Jurandir Carneiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas.

Referências: f. 126-134.

1. Turismo – História – Teses. 2. Patrimônio histórico – Teses. 3. Mercadorização - Teses  
I. Universidade Federal de São João del - Rei. Departamento de Ciências Sociais Política e Jurídicas. II. Título.

CDU: 338.486

**História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012).**

São João del-Rei, 08 de fevereiro de 2013.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Eder Jurandir Carneiro – UFSJ – Orientador

---

Prof. Dr. Danilo José Zioni Ferretti – UFSJ

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa – UnB

São João del-Rei  
2013

Dedico essa dissertação a minha família  
pelo apoio que possibilitou essa  
realização e ajudou nesta grande vitória

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me guiar e abençoar na conquista de mais uma vitória.

A Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) que me concedeu uma bolsa de estudo por dois anos de pesquisa, cujo apoio financeiro foi importante para a realização desta dissertação.

A minha família pelo incentivo e empenho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eder Jurandir Carneiro, pelo incentivo e auxílio na elaboração desta dissertação.

Aos professores Dr. Danilo José Zioni Ferretti e Dr. Everaldo Batista da Costa por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora desta dissertação e pelas sugestões e críticas que ajudaram na elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos e membros do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) da UFSJ.

Aos moradores de Tiradentes, turistas e membros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Sociedade dos Amigos de Tiradentes que contribuíram em fornecer dados sobre essa pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo demonstrar a história territorial e a “mercadorização” do “patrimônio histórico” do centro de Tiradentes, Minas Gerais, no período de 1980 a 2012. Tais processos ocorreram a partir de ações de determinados agentes sociais (empresários, publicitários, secretário de turismo etc.), que criaram representações simbólicas relacionadas à “preservação” e à reconstrução do passado do “centro histórico” da cidade que estiveram associadas aos interesses dos capitais investidos nos negócios ligados ao turismo e contribuíram para o “enobrecimento”, gentrificação e a transformação da função dos imóveis da área central, ou seja, as residências foram valorizadas e, em grande parte, transmutadas em estabelecimentos comerciais pertencentes, em sua maioria, a empresários forâneos. Esses processos implicaram o deslocamento induzido dos antigos moradores desse território para bairros periféricos e fizeram com que o centro “histórico” se tornasse “mercadoria” a ser “consumida” por turistas.

**Palavras-chave:** turismo, território, patrimônio histórico, mercadorização.

## ABSTRACT

This thesis aims to demonstrate the territorial history and the "commodification" of the "historical heritage" of the center of Tiradentes, Minas Gerais, in the period from 1980 to 2012. Such history and "commodification" resulted occurred from the accion experiences of certain social agents groups (businessmen, advertising agents, secretary of tourism etc.), that created symbolic representations related to the "preservation" of the past and the reconstruction of the "historical center" of the town. These representations and this reconstruction were associated with the capital interests invested in businesses related to the tourism and they contributed to the gentrification and the transformation of the property function of the central area, it means, the homes were valued and, in a large part, transmuted into commercial establishments that, in the majority, belong to outsider entrepreneurs. These processes implied an induced displacement of the former residents from this territory to peripheral neighborhoods and turned the "historic" center in a "commodity" to be "consumed" by tourists.

**Keywords:** tourism, territory, historical heritage, commodification.

## SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1. Patrimônio histórico, identidade nacional e ruínas .....	19
1.1. O Movimento Modernista e a “Identidade Nacional” .....	20
1.2. Os modernistas e a viagem a Minas Gerais .....	25
1.3. Surgimento do SPHAN: o barroco mineiro como “identidade” da nação brasileira e a cidade de Tiradentes em ruínas .....	29
1.4. Anos 1960 e 1970: novos desafios e paradigmas para a política patrimonial brasileira .....	37
Capítulo 2. Transformações do “centro histórico”: preservacionismo, turismo e “mercadorização” (os anos 1970 e 1980) .....	44
2.1. Anos 1970: A transformação territorial e a formação do espaço turístico em Tiradentes .....	44
2.2. A transformação histórica da área central de Tiradentes nos anos 1980 e o início do <i>marketing urbano</i> .....	55
Capítulo 3. Turismo e exclusão social: a venda da imagem e a “mercadorização” do “Centro Histórico” de Tiradentes .....	64
3.1. Anos 1990: <i>marketing urbano</i> e a divulgação do “patrimônio histórico e arquitetônico” de Tiradentes no mercado turístico .....	65
3.2. A “mercadorização” do “núcleo histórico” de Tiradentes e a segregação sócio-territorial .....	76
3.3. A gentrificação e a formação do não-lugar no “centro histórico” em Tiradentes.....	104
Considerações finais .....	122
Fontes .....	124
Bibliografia .....	126



## LISTA DE FOTOS

Foto 1. Visita dos modernistas a Tiradentes, em 1924 .....	26
Foto 2. Restauração da Matriz de Santo Antônio, em 1946 .....	34
Foto 3. Inauguração da BR-265 .....	42
Foto 4. Vista parcial da Igreja da Matriz, na década de 1980 .....	60
Foto 5. Foto do Largo das Forras, na década de 1980 .....	60
Foto 6. Imóvel localizado na Rua Jogo de Bola, no ano 1982.....	61
Foto 7. Largo das Forras, no ano 1982 .....	61
Foto 8. Centro Cultural Yves Alves .....	86
Foto 9. Bairro Recanto da Serra, no ano 2007 .....	96
Foto 10. Bairro Alto da Torre, no ano 2007 .....	97
Foto 11. Rua Ministro Gabriel Passos, na década de 1980 .....	100
Foto 12. Rua Ministro Gabriel Passos, no ano de 2012.....	101
Foto 13. Rua Direita, na década de 1980 .....	101
Foto 14. Rua Direita, no ano de 2012 .....	102
Foto 15. Rua Resende Costa, nos anos 1970 .....	111
Foto 16. Rua Resende Costa, no ano de 2007 .....	111
Foto 17. Rua Direita, no ano de 1979 .....	112
Foto 18. Rua Direita, no ano de 2007 .....	112
Foto 19. Fotografia que divulga as casas coloniais .....	116
Foto 20. Fotografia que divulga a Igreja Matriz de Santo Antônio .....	117
Foto 21. Fotografia divulgando o Chafariz de São José .....	117
Foto 22. Fotografia que divulga a Rua da Câmara .....	118
Foto 23. Largo das Forras e Rua Ministro Gabriel Passos, nos anos 1930.....	119
Foto 24. Largo das Forras e Rua Ministro Gabriel Passos, no ano 2012 .....	120
Foto 25. <i>Shopping</i> na Rua Ministro Gabriel Passos, em 2007 .....	121

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Desenho de Tarsila do Amaral .....	28
Figura 2. Jornal divulgando o Balneário Águas Santas .....	54
Figura 3. Jornal divulgando o Balneário Águas Santas .....	54
Figura 4. <i>Folder</i> divulgando os monumentos históricos de Tiradentes no mercado turístico .....	62
Figura 5. <i>Folder</i> que divulga a Maria Fumaça e as edificações “históricas” de Tiradentes, MG .....	71
Figura 6. <i>Folder</i> que divulga a 1ª Mostra de Cinema de Tiradentes .....	72
Figura 7. <i>Folder</i> que divulga o II Festival de Cultura e Gastronomia de Tiradentes ....	72
Figura 8. Jornal divulgando o “patrimônio arquitetônico e histórico” no mercado turístico .....	73
Figura 9. Jornal divulgando o ‘patrimônio arquitetônico e histórico’ no mercado turístico .....	73
Figura 10. Jornal divulgando o “patrimônio arquitetônico e histórico” no mercado turístico .....	74

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Uso e ocupação do solo urbano de Tiradentes, MG .....	83
Mapa 2. Setor 1 de Tiradentes .....	84
Mapa 3. Tiradentes: eixos de expansão urbana em 1980 .....	93
Mapa 4. Tiradentes: ocupação cronológica (1702-2005) .....	95

## Introdução

A presente dissertação tem como objetivo analisar a história da “mercadorização” do “centro histórico” de Tiradentes, Minas Gerais, no período de 1980 a 2012. Tal história se vincula à ação de determinados agentes sociais (empresários, publicitários, secretários de turismo etc.) que, no contexto de disputas simbólicas, produziram novos significados para a área central da cidade associados à “preservação” das edificações “históricas” e ao desenvolvimento econômico do turismo, o que contribuiu para que os edifícios deste local ganhassem novas funções voltadas para o consumo dos turistas. Essa “mercadorização” veio acompanhada do *marketing* urbano, da “revitalização”, da gentrificação e da formação do não-lugar. As diferentes acepções desses serão apresentadas e discutidas ao longo dos capítulos que se seguem, relacionando-as com as fontes analisadas e trabalhadas na dissertação.

No que diz respeito ao método utilizado, num primeiro momento, realizaram-se pesquisas e leituras bibliográficas sobre os conceitos de “mercantilização” do “patrimônio histórico”, *marketing* urbano, “revitalização”, refuncionalização, gentrificação e não-lugar, relacionados não somente a diferentes “cidades históricas”<sup>1</sup>, mas também, de modo mais específico, a Tiradentes. Em um segundo momento, coletamos dados sobre a evolução demográfica de Tiradentes, do período compreendido entre o início do século XX e os dias atuais, a transformação e o processo de “preservação” do ambiente construído e o desenvolvimento turístico da área central da cidade. Os dados sobre a evolução demográfica têm como fonte o Acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de São João del-Rei, MG. Por meio da análise desses dados, tentamos demonstrar como, no período entre 2000 e 2010, aconteceu um crescimento populacional expressivo em Tiradentes em relação a algumas cidades vizinhas, como São João del-Rei, Prados etc. Esse crescimento foi associado à intensificação do turismo da cidade. Já no que diz respeito ao processo de transmutação,

---

<sup>1</sup> A utilização de aspas em “cidades históricas” está associada à desconstrução da ideia do senso comum de que somente algumas cidades são históricas, como por exemplo, aquelas compostas por arquiteturas barrocas do século XVIII. Dessa forma, é importante destacar que toda cidade é histórica, no sentido de que é produto e processo de práticas sociais, situadas no espaço e no tempo (e não produto de processos naturais). Então, chamar apenas algumas cidades de históricas é impropriedade conceitual, do ponto de vista das ciências sociais, embora seja, é evidente, uma construção social estrategicamente muito eficiente para obter o reconhecimento irrefletido de certos espaços construídos como depositários e expressivos da “história”, o que justificaria sua preservação ou seu valor de uso como mercadoria rara, por oposição às cidades “comuns”, não “históricas”, etc.

“preservação” e o desenvolvimento turístico do centro “histórico”, analisamos dados retirados do Inventário do Acervo Cultural de Tiradentes, 2002, do documento sobre o uso do solo urbano de Tiradentes criado pelo IPHAN, no ano de 1997, de minha monografia de licenciatura em geografia (NEVES, 2007), artigos, dissertações e livros<sup>2</sup> relacionados à cidade. Além dessas fontes, foram analisadas, aproximadamente, 40 fotografias que ilustram diferentes momentos históricos e demonstram que, nos anos 1970 e 1980, a maioria dos imóveis do centro de Tiradentes era constituída de residências e que, em algumas localidades da área central, não existiam edifícios em meados do século XX, mas hoje são compostas por arquiteturas similares às do século XVIII. Essa informação foi comparada com fotografias atuais, evidenciando que determinadas edificações foram construídas no século XX, contribuindo para a compreensão da construção da imagem de Tiradentes como cidade colonial “autêntica” com uma autêntica invenção de tradição, no sentido de Hobsbawm (HOBSBAWM, 1984).

Posteriormente, foram analisados materiais de propaganda e “informação” destinados a turistas, tais como, entre outros, impressos, veiculados em jornais ou na Internet<sup>3</sup>, e *folders*, elaborados por ocupantes do poder público local, intelectuais, promotores culturais, empresas de *marketing* etc. Procuramos compreender de que forma essa propaganda foi importante para o surgimento do *marketing* urbano e da reconstrução simbólica do passado voltada para o mercado turístico.

Após a análise dessas fontes, aplicamos questionários<sup>4</sup> a cinco turistas em Tiradentes e utilizamos o método de história oral, método esse que ganha legitimidade significativa no ano de 1978, com a criação do Instituto da História do Tempo Presente na França, fazendo com que, nos anos 1980, ocorra a afirmação dessa modalidade de prática historiográfica (MULLER, 2007).

---

<sup>2</sup> Os nomes dos autores, dos artigos, das dissertações e dos livros são citados no decorrer dos capítulos da dissertação.

<sup>3</sup> Aqui, os nomes das edições e dos jornais e os sites da internet, que divulgavam ou divulgam o turismo em Tiradentes também são citados no decorrer dos capítulos da dissertação.

<sup>4</sup> Esses questionários foram compostos por perguntas sobre a cidade de origem dos turistas; motivos que os levaram a visitar Tiradentes; como ficaram sabendo da existência da cidade (se foi através da internet, jornais impressos, TV, de amigos etc.); “atrativos” que foram divulgados nesses meios de comunicação (a Maria Fumaça? A arquitetura “histórica”? A comida? Os eventos?); sua avaliação sobre a cidade ou o “patrimônio histórico” (se é limpa e preservado); se gostaram de visitar a cidade; e se irão voltar a Tiradentes.

Antônio Fernando de Araújo Sá relata que, inerentemente à afirmação dessa história, surgiram discussões sobre a relação entre passado e presente que abriram novos caminhos para a historiografia. O estudo da representação do passado de acordo com os interesses do presente passou a ser valorizado, o que contribuiu para a expansão dos debates sobre a ligação entre memória e história, ligação que reconhece que a construção histórica da memória se dá de acordo com a necessidade e interesse presente de diferentes grupos sociais. Esse estudo da representação do passado pelo presente permitiu aos historiadores buscar a análise crítica de como a história é representada pelas forças sociais de cada época. Tal análise foi importante para o consentimento da utilização de depoimentos orais (SÁ, 2006).

Dessa ótica, para Robert Frank, a história oral, registrada em fitas e transcrita, passou a ser relevante para a construção de histórias esquecidas e do tempo presente, como, por exemplo, a recuperação histórica de grupos sociais excluídos, a respeito da qual as fontes são precárias. Ela tornou-se importante para a análise das falhas e da omissão histórica deixadas nos documentos escritos (FRANK, 1999) e tem levado os historiadores a refletir sobre a questão do distanciamento do tempo em relação aos estudos históricos, fazendo com que a história do presente, ao invés de ser um problema, se transforme em um instrumento para uma melhor compreensão da realidade, o que contribui para que o estudo do passado incorporado ao presente abra novas temáticas e abordagens para cientistas de outras épocas históricas. Hobsbawm acredita que o historiador, ao analisar a história recente, deve compreender que ela está relacionada à própria história da vida dele, independentemente das rupturas históricas que ocorreram (HOBSBAWM, 1998).

Segundo Amado e Ferreira, ao se referirem a essa historiografia, a fonte ou história oral passou a ser e deve ser utilizada como um método, servindo de elo entre teoria e prática, isto é, ela é um instrumento que indica como o pesquisador deve trabalhar a sua pesquisa, como o historiador deve se relacionar com seus entrevistados, como devem ser as entrevistas e quais as vantagens e desvantagens destas (AMADO; FERREIRA, 2001). Já para Meihy e Holanda, ao escreverem o livro “História Oral: como fazer, como pensar”, essa história está relacionada ao conjunto de processos que têm sua origem na formulação de um projeto que está ligado à forma como o trabalho de pesquisa deve ser planejado, levando em consideração a importância social do

diálogo com os entrevistados, da localidade<sup>5</sup>, da duração das entrevistas e da responsabilidade do pesquisador na devolução do trabalho para os entrevistados. Esses autores, no que diz respeito aos depoimentos orais, ressaltam que as documentações produzidas podem estar relacionadas aos arquivos gravados em áudio ou a textos transcritos das entrevistas. Eles salientam que o pesquisador deve criar um banco de história em que as entrevistas que não foram utilizadas podem, futuramente, ser úteis e em que as entrevistas utilizadas sirvam para outras pesquisas. Mas é importante relatar que, para haver a produção dessa documentação, é necessário o aval do entrevistado, que pode ser colocado no anonimato, caso ache que a entrevista possa trazer-lhe situação de comprometimento. Outra questão ressaltada por Meihy e Holanda refere-se à conduta ética do entrevistador, que não deve coagir o entrevistado a fornecer respostas que se pretende obter (MEIHY; HOLANDA, 2007). Dessa ótica,

[...] segundo preceitos firmados no projeto, história oral implica uma série de decisões sobre circunstâncias das entrevistas; assim, deve-se especificar, além das definições de espaço e tempo de duração, se elas terão ou não estímulos e se as narrativas decorrentes serão livres ou estruturadas. Vantagens e desvantagens de cada situação devem fazer parte dos projetos. A memória individual, apesar de se explicar no contexto social, é aferida por meio de entrevistas nas quais o colaborador tenha ampla liberdade para narrar. Cuidados devem ser tomados em relação às interferências ou estímulos presentes nas entrevistas. Estímulo é ato de incitação, não forma de colocar na boca do entrevistado as respostas que se quer obter. Estímulos podem existir ou não; tudo, porém, depende dos pressupostos estabelecidos no projeto [...] (Idem, 2007, p. 55-56).

Paul Thompson, em seu livro “A Voz do Passado”, resalta que, quando se trata dessa história, é importante que os depoimentos orais sejam comparados com outros depoimentos coletados e com as fontes escritas analisadas na pesquisa. Para esse autor, o historiador deve considerar a produção do documento, elaborado a partir desses depoimentos, como algo que não é descoberto, mas sim como construção de uma importante documentação que é diferente de outras. Ele salienta que a história oral é relevante para que o pesquisador, no decorrer de sua pesquisa, compreenda como o objeto a ser pesquisado pode ganhar novas perspectivas de análise e novas abordagens históricas. Essas novas perspectivas analíticas fazem com que o historiador busque, a

---

<sup>5</sup> No que refere ao local da entrevista “deve-se, sempre que possível, deixar o colaborador decidir sobre onde gostaria de gravar a entrevista” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 56). O ideal para a entrevista seria um lugar onde possibilite condições de pureza para o som e que não haja “interrupções e outros impedimentos que distraiam a concentração” (Idem, 2007, p.57).

partir de multiplicidade de registros orais da memória, novos caminhos que possam proporcionar novos conteúdos históricos (THOMPSON, 1992). Nesse sentido,

[...] a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto conteúdo, como finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação [...] (Idem, 1992, p. 25).

É nessa perspectiva que, através de entrevistas temáticas semi-estruturadas acompanhadas de roteiros<sup>6</sup> de perguntas pré-estabelecidas, coletamos, também nessa pesquisa, depoimentos orais do ex-secretário de turismo, Ralph Justino, de cinco ex-moradores do centro “histórico”, do pesquisador do IPHAN, Olinto Rodrigues Santos Filho, de um dos fundadores e membro da SAT (Sociedade dos Amigos de Tiradentes), John Parsons, de um empresário e de um arquiteto de Tiradentes, que coordenou várias obras para empresários do centro. Para o ex-secretário de turismo, elaboramos perguntas sobre como surgiu o turismo, o *marketing* urbano da cidade e se alguns eventos criados no século XX (Mostra de Cinema e Festival Internacional de Gastronomia) foram importantes para a intensificação do turismo e para a divulgação de Tiradentes, em âmbito nacional e internacional. Para os ex-moradores do centro histórico, foram elaboradas perguntas sobre sua opinião em relação ao processo da transformação e desenvolvimento turístico do centro “histórico”, sobre a relação entre esse processo e o fato de haverem vendido suas casas indo morar em bairros periféricos, e qual foi a participação do poder público no que se refere ao provimento da infraestrutura urbana da cidade e os pontos positivos e negativos do turismo. Para o pesquisador do IPHAN, foram elaboradas perguntas sobre como ocorreu a “preservação” e qual foi o papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no processo de transmutação do centro de Tiradentes e se esse processo “preservou” a história da cidade ou contribuiu para a exclusão social ou para o surgimento de conflitos entre “preservação” e desenvolvimento do turismo. Para um dos fundadores e membros da SAT (Sociedade dos Amigos de Tiradentes), foram elaboradas perguntas sobre o motivo da constituição da entidade, qual é a relação dessa associação com a “preservação” arquitetônica, como ocorreu à transmutação da área central, na ótica do turismo, e quais foram as opiniões

---

<sup>6</sup> É importante dizer que, em alguns momentos, não ficamos limitados a esses roteiros. Isso ocorreu porque percebemos, em algumas entrevistas, possíveis dificuldades do entrevistado em compreender algumas perguntas. Assim, para facilitar a compreensão por parte do entrevistado, foram reformuladas ou geradas perguntas durante as entrevistas.



dos integrantes dessa instituição sobre o processo de transformação e elitização do centro da cidade. Para o empresário, foram feitas perguntas sobre sua opinião em relação à “restauração” dos imóveis do centro da cidade, se essa “restauração” contribuiu para a intensificação das atividades turísticas, quais foram os motivos que o levaram a abrir uma empresa em Tiradentes e o que ele acha sobre a atuação do IPHAN, no que diz respeito ao embargo de obras. E, para finalizar, para o arquiteto da cidade, foram elaboradas perguntas sobre como ocorreu o processo de transformação da área central, se esse processo veio acompanhado de tensões ou conflitos entre empreendedores, IPHAN e turismo e qual a opinião dele em relação à atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no que se refere à “preservação”.

As entrevistas foram feitas com cautelas, deixando o colaborador escolher o local onde seria entrevistado. Nelas, o pesquisador teve todo o cuidado em não forçar o entrevistado, deixando o colaborador narrar as respostas livremente.

Posteriormente, a análise desses depoimentos foi comparada com fontes escritas. Por meio dessa comparação, percebemos que, a partir de 1980, o centro “histórico” da cidade mineira de Tiradentes foi passando por um processo de transformação e se tornando objeto da construção de uma representação histórica que contribuiu para que, no final do século XX e início do XXI, os imóveis residenciais se tornassem comerciais, pertencendo, em sua maioria, a empresários oriundos de outras cidades. Esses estabelecimentos comerciais se destinam, essencialmente, à acumulação de capital mediante o oferecimento de mercadorias e serviços a turistas de média e alta renda. Esses processos significaram a “mercadorização” e a gentrificação do “centro histórico” de Tiradentes.

Após essas análises comparativas, demos início à escrita da dissertação. Entretanto, para compreender a “mercantilização” do território em estudo, fez-se necessário empreender a discussão sobre a produção social e simbólica da noção de patrimônio “histórico” no Brasil que, no decorrer do tempo, assumiu vários significados, que vão desde sua consideração como elemento-chave de um projeto de construção da identidade nacional até sua concepção como mercadoria.

Nesse sentido, no primeiro capítulo dessa dissertação, ocorre a discussão sobre o surgimento da noção de patrimônio “histórico” no Brasil, que veio inerentemente ao projeto de produção de uma nova identidade nacional e que influenciou a transformação

simbólica e material da área central de Tiradentes. O capítulo apresenta, também, a transformação da política patrimonial no país ocorrida, a partir dos anos 1960, por influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e das cartas patrimoniais internacionais que destacavam a relevância da utilização social e da “recuperação” dos conjuntos urbanos “históricos”, “recuperação” essa que devia ocorrer juntamente com o desenvolvimento econômico e turístico de algumas cidades.

No segundo capítulo, discute-se o aparecimento, nos anos 1970 e 1980, de ambições preservacionistas em meio a um grupo de intelectuais e artistas que se preocuparam com a “recuperação” do conjunto urbano “histórico” da cidade, que estava em ruínas e ameaçado de desaparecimento. Esse grupo criou a SAT (Sociedade dos Amigos de Tiradentes). A constituição de concepções e iniciativas preservacionistas ocorreu inseparavelmente do surgimento de um discurso sobre a necessidade de desenvolvimento do turismo, que gerou uma política de “restauração” das arquiteturas “históricas” e a modificação material e simbólica do centro de Tiradentes, contribuindo para que, aos poucos, surgisse o *marketing* urbano.

No terceiro capítulo, salienta-se a emergência de uma nova fase da história do território de Tiradentes, marcada pela segregação sócio-territorial, já que, a partir dos anos 1990, as residências do centro “histórico” começaram a ser transmutadas, em grande parte, em estabelecimentos comerciais vinculados aos negócios do turismo. Esse fenômeno se intensificou na segunda metade dessa década, quando as edificações foram reformadas e se tornaram “mercadorias” a serem consumidas por turistas e a área central passou por um processo de gentrificação e foi se transformando em simulacro ou não-lugar.

Por fim, após o terceiro capítulo, apresentam-se as considerações finais.

## CAPÍTULO 1

### **Patrimônio histórico, identidade nacional e ruínas.**

Neste capítulo, serão discutidas as tentativas implementadas, nos anos 1930, pelo governo de Getúlio Vargas, que objetivavam a construção simbólica<sup>7</sup> da noção de “patrimônio histórico”, erigida em eixo de uma “identidade nacional” brasileira. Demonstraremos qual foi a relação e a influência que essa construção teve para o surgimento de uma nova significação da arquitetura e do espaço urbano da cidade de Tiradentes.

Nessa perspectiva, num primeiro momento, discutiremos como essa construção simbólica foi influenciada por intelectuais do movimento modernista, que procuraram “integrar modernidade e tradição”. Esses intelectuais elegeram o barroco mineiro como elemento central da representação de um “passado” que passou a ser considerado o “patrimônio” e a “identidade” do país. Eles tiveram um significado na vida política e cultural e, ao mesmo tempo em que apoiavam o desenvolvimento e a modernização do Brasil, resgataram, a partir da “invenção da tradição”<sup>8</sup>, elementos do passado brasileiro que rerepresentaram como cerne da “identidade da nação”.

Posteriormente, será ressaltado que a atuação desses intelectuais se efetivou na política nacionalista do presidente Getúlio Vargas, que tinha como objetivo construir uma “identidade nacional” para o Brasil. Vargas deu autonomia para que Gustavo Capanema, titular do Ministério da Educação e Saúde, fizesse algo em relação à organização e proteção do “patrimônio histórico e artístico nacional”. No entanto, essa tarefa exigia uma atuação abrangente, fazendo com que Capanema recorresse a Mário de Andrade<sup>9</sup>, pedindo-lhe para fazer um estudo sobre o assunto. Esse estudo contribuiu, no ano 1937, para o surgimento do SPHAN<sup>10</sup> (Serviço do Patrimônio Histórico e

---

<sup>7</sup> A construção simbólica, segundo Pierre Bourdieu, é mediada por disputas de forças entre grupos sociais e instituições, que lutam e tentam impor, como socialmente legítimos, significações e definições do mundo social de acordo com suas posições sociais (BOURDIEU, 1989).

<sup>8</sup> Conceito elaborado por Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 1984).

<sup>9</sup> Intelectual modernista.

<sup>10</sup> Instituição que mudou várias vezes de nome. De SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) passou para DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em julho de 1970, passou de DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1979 passou a se chamar SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1990 passou a se chamar IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). E, finalmente, em 1994, voltou a se chamar IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (SOUZA, 2006).

Artístico Nacional) (BOTELHO, 2006) e para que as arquiteturas do barroco mineiro, incluindo as da cidade mineira de Tiradentes, fossem tombadas como “patrimônio nacional” e simbolicamente constituído como eixo de uma “autêntica” representação do Brasil. Ressaltaremos que, apesar desse tombamento, grande parte das arquiteturas do núcleo central de Tiradentes ficou em estado de ruína do período dos anos 1930 até os anos 1970, período em que não existiu política relacionada à conservação do núcleo urbano histórico das “cidades históricas”, mas sim dos monumentos isolados, como igrejas e museus. Isto, fez com que algumas edificações residenciais e “históricas” fossem, aos poucos, destruídas e ameaçadas de desaparecimento. Tais destruições e ameaças se intensificaram nos anos 1960 e 1970 e foram consequências das políticas desenvolvimentistas surgidas no Brasil nessa época.

É nesse sentido que, para finalizar, será salientado essas políticas, que contribuíram para o aparecimento de um novo sentimento preservacionista. Demonstraremos que é no interior dessas políticas que alguns intelectuais, artistas e o poder público federal passaram a se preocupar mais intensamente com a “restauração” de certas edificações e a “conservação” dos núcleos urbanos “históricos” de algumas cidades, “restauração” e “conservação” que vieram associadas ao desenvolvimento turístico. Ressaltaremos também como ocorreu o aparecimento do turismo e de um sentimento preservacionista relacionado aos edifícios em Tiradentes e as relações entre ambos.

### **1.1--O Movimento Modernista e a “Identidade Nacional”.**

Uma vertente de intelectuais modernistas, desde os anos 1920, procurou interligar desenvolvimento e algumas “tradições” do Brasil. Esses intelectuais acreditavam que a “recuperação” de algumas “tradições” seria importante para a construção da identidade simbólica de uma nova nação brasileira. Tal identidade iria surgindo a partir da produção de uma memória coletiva, que faria com que determinados “costumes” e “tradições” fossem “lembradas” pela população do país. Essa produção que desencadeará nova visão do passado - no interior da qual se constitui o sentido de “patrimônio histórico nacional”, assim como o projeto de preservação

---

desse “patrimônio” – é consequência da mudança de visão da nacionalidade vinda do novo nacionalismo do período pós-primeira guerra mundial.

É nessa perspectiva, dentro da ótica dessa mudança de visão, que os modernistas, nos anos 1920 e 1930, se apropriaram de algumas “tradições” que iriam representar, através da luta e construção simbólica, a nação e o patrimônio “histórico” do Brasil. Esse patrimônio, segundo esses intelectuais, estaria associado à arquitetura “histórica” e barroca de Minas Gerais.

No entanto, é importante dizer que, dentro dessa disputa pela significação do patrimônio e da identidade nacional, existiram outros intelectuais e movimentos que concorreram com os modernistas. Dentre estes movimentos, podemos destacar o neocolonial e o integralismo.

O movimento neocolonial foi liderado por Ricardo Severo e procurou valorizar, nos anos 1910 e 1920, as arquiteturas coloniais americanas de influência ibérica, que deveriam ser inseridas na arquitetura contemporânea. Ele nasceu da reação contra o ecletismo, arquitetura dominante nos primeiros anos do século passado, e tentou buscar, através das formas construtivas tradicionais do Brasil, a edificação que pudesse definir a característica genuinamente brasileira. Tal movimento apropriou-se da relação entre passado e presente, justificando assim uma intervenção concreta na vida social, através da construção de escolas, residências, prédios públicos etc., que visava à salvação do espírito da nação e de uma sociedade considerada em decadência. Nos anos 1930, essa luta contra o eclético dá lugar ao combate contra a arquitetura moderna, que será “personificada pela nova geração de profissionais envolvida nas iniciativas que culminariam na construção da sede do Ministério da Educação e Saúde e na implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, liderada então por um jovem arquiteto que, posteriormente, havia renegado a filiação ao que chamaria, de “equivocado neocolonial”: Lúcio Costa” (KESSEL, 1999, p.66).

Já o integralismo acreditava que o nacionalismo tinha um conteúdo antiimperialista e anti-semita que dava destaque para o corporativismo (VIANNA, 2009) e teve como um dos principais teóricos Gustavo Barroso, que concorria com os modernistas pela gestão federal do patrimônio (FONSECA, 1997). Este teórico preocupou-se com o ufanismo e foi fundador e o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional criado em 1922, no ano do centenário da independência do Brasil. O museu

tinha como objetivo fiscalizar os monumentos e objetos “históricos”, além de “guardar e expor as relíquias de nosso passado, cultuando a lembrança de nossos grandes feitos e de nossos grandes homens” (POMIAN, 1983, p. 59).

A estrutura organizacional desse museu foi alterada no ano de 1934, quando passou a abrigar a Inspeção dos Monumentos Nacionais, que, para Gustavo Barroso, seria o embrião do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). No entanto, os ideais propostos pelos modernistas eram muito mais abrangente que a visão ufanista valorizada por Barroso. A proposta de lei elaborada, em 1936, pelo intelectual modernista Mário de Andrade,

[...] mas que não foi adotada no final, sugeria que o SPHAN deveria se incumbir da preservação do patrimônio nacional, compreendendo os bens arqueológicos, ameríndios, populares, históricos e as manifestações de arte erudita e aplicada. A idéia de nação pretendida pelos modernistas era capaz de incluir a diversidade nacional. A associação ideológica às heranças monumentais e a conservação dos bens culturais edificados capazes de exaltar a nacionalidade, de simbolizar um passado sem conflitos, de expressar união, harmonia e grandeza, ajudava na construção da identidade nacional almejada pelo novo governo [...] (MEIRA, 2004, p. 5).

Segundo Lúcia Lippi Oliveira,

[...] a integração entre o modernismo e o Estado Novo se funda na oposição dos modernistas ao "ufanismo", ou seja, à idéia de que a grandeza territorial se confunde com a grandeza nacional, e ainda no aprofundamento da denúncia do Brasil arcaico, atrasado. Pedro Dantas nos diz que, antes de 30, dominava uma ingênua expressão de orgulho na qual estava implícito o sentimento de inferioridade sob a fórmula "a Europa curvou-se ante o Brasil". Sofríamos uma crise de patriotismo por nos faltarem razões para amar o Brasil. E a grande contribuição do modernismo "foi a conversão de valores até então havidos como negativos - porque eram diferentes dos valores cosmopolitas - em positivos, por uma aceitação que parecia impraticável". Para o autor, apesar das diferenças entre os modernistas - "harmonioso desentendimento" - todos se incluem numa mesma corrente ocupada em pensar e valorizar o que é nosso [...]. (OLIVEIRA, 1990, p. 194).

É nesse sentido que o movimento modernista, aos poucos, foi ganhando e vencendo a luta pela gestão patrimonial, o que irá desencadear na consolidação da produção simbólica de uma nova nação e do “patrimônio brasileiro”. O movimento modernista foi composto por um grupo de intelectuais (como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Lúcio Costa etc.) não homogêneo e, em um primeiro momento, exclusivamente artístico, teve várias orientações estéticas e

ideológicas, tendendo a criticar o passadismo e a expressar a adesão ao futurismo, ao dadaísmo e ao surrealismo europeus (FONSECA, 1997).

A tendência a criticar o passadismo recebeu influência do contexto histórico do início dos anos 1920, quando o país começava a passar por uma fase de aceleração da industrialização. Dessa ótica, era impossível que os artistas e intelectuais da época não destacassem, em suas obras artísticas, as transformações ocorridas pela “modernização”. Se a Semana de Arte Moderna se realiza em 1922, é somente a partir de 1924 que ocorre a transformação no pensamento desses modernistas que nos interessa mais de perto: o passado, o nacionalismo e a “brasilidade”, aos poucos, passaram a fazer parte do processo de renovação artística, isto é, da produção da ideia de que o povo brasileiro e o Brasil só se tornariam modernos se fossem nacionais (Idem, 1997). Segundo Maria Inez Machado Borges Pinto, é nesse sentido que

[...] o "Manifesto Pau-Brasil", de Oswald de Andrade, lançado em 1924, pode ser considerado uma obra inaugural. Aqui não é o passado genérico que é negado, mas parte concreta deste passado, o lado bacharelesco, aquele que escondia, em função do processo de transplantação cultural, o verdadeiro passado brasileiro que deveria ganhar visibilidade [...] (PINTO, 2001, p. 440).

Posteriormente ao Pau-Brasil, surgiram o “Manifesto Antropofágico”, em 1928, e o “Manifesto Nhengaçu verde-amarelo”, em 1929. O “Manifesto Antropofágico” esteve relacionado à ideia de integração cultural. Tal integração tinha o objetivo de reconstruir a cultura nacional, a partir do pensamento de que deveríamos devorar, de forma crítica, o legado cultural universal, ou seja, o inimigo externo. A devoração era ilustrada, nas obras artísticas, pelo índio “mau selvagem” que comia o branco. Nesse sentido, Tarsila do Amaral, em sua fase antropofágica, produz a obra "Abaporu". Palavra da língua tupi-guarani, “Abaporu” é composta por duas palavras, isto é, por aba, que significa homem, e por poru, que significa comer. Isso “nos remete à palavra antropofagia, que vem do grego: antropos (homem) e fagia (comer)” (NECKEL, 2007, p. 150). Era com essa ideia do “homem que come” que se tentava celebrar uma união cultural. Já o “Manifesto Nhengaçu verde-amarelo” preocupava-se com o retorno do passado e das tradições do país, pois era esse retorno que contribuiria para a produção da “identidade nacional”. Esse manifesto elegeu o povo tupi como característico da nacionalidade e afirmou que, com a chegada dos portugueses ao país, ocorreu uma

integração pacífica de etnias e culturas, que, com o decorrer do tempo, permaneceram na história brasileira (VELLOSO, 1993).

Além desses manifestos e autores, é relevante ressaltar que um dos maiores intelectuais do movimento modernista foi, sem dúvida, Mário de Andrade. Esse teórico tinha como objetivo

[...] entender e dar sentido à diferença brasileira, às nossas especificidades e à força que daí poderia derivar. Pois da compreensão do “brasileiro” poderia surgir uma capacidade verdadeira de organização de vida, do país, da cultura, que, tomada dos processos de composição identificados na cultura popular brasileira, nos desse um modelo coletivo para a construção de uma nação [...] (ALAMBERT, 2003, p.60).

Pode-se dizer que é no interior dessa nova construção simbólica, na procura de algo novo, que, com o tempo, esses intelectuais perceberam que a ruptura radicalizada com o passado não tinha sentido para o Brasil, mas sim para países em que ocorreu construção de uma “tradição” nacional internalizada. No caso brasileiro, essa “tradição” estava para ser construída. Isto significaria que a produção artística própria do Brasil deveria demonstrar, através da apropriação do passado, a cumplicidade com a modernidade. Assim, apareceu o conceito de “tradição” brasileira que, segundo os modernistas, permanecia viva no presente e representava a “brasilidade” e a “identidade nacional”, o que possibilitaria nova missão social, ou seja, a de produzir a “autêntica” característica da nação brasileira (FONSECA, 1997).

Dessa ótica, esses intelectuais, a partir da (re)elaboração, da apropriação e da continuidade do passado, construíram uma “tradição” que se integraria com a modernidade e que seria a “marca” da “identidade nacional”. Tal construção foi feita também no campo da arquitetura. É dentro desse campo que os modernistas passaram a ver as edificações barrocas do passado da América portuguesa como algo autêntico da formação histórica do Brasil e lutaram simbolicamente para que o barroco mineiro se tornasse “patrimônio histórico” e a “identidade” da nação brasileira. Isto ocorreu pelo motivo de que os modernistas acreditavam que a “civilização brasileira” teria se formado no século XVIII, através da mineração e ocupação de Minas Gerais. Assim, esses intelectuais procuraram enaltecer a tradição vinda da colônia, o que contribuiu para a valorização da arquitetura barroca mineira, cujo efeito era evocar o passado. Porém, é relevante ressaltar que essa luta e valorização só ocorreram devido à viagem desses modernistas a Minas Gerais.



## 1.2-Os modernistas e a viagem a Minas Gerais

Desde a segunda década do século XX, Minas Gerais foi tornando-se um local irradiador de ideias nacionalistas. Essas ideias foram sendo difundidas a partir das viagens de alguns intelectuais paulistas, modernistas, para esse estado. Maria Cecília Londres Fonseca afirma que

[...] para os modernistas, Minas se constituiu, desde a segunda década do século, em pólo catalisador e irradiador de idéias. Foi numa viagem a Minas, em 1916, que Alceu Amoroso Lima e o então jovem Rodrigo Melo Franco de Andrade “descobriram” o Barroco e perceberam a necessidade de proteger os monumentos históricos. Foi numa viagem a Diamantina, nos anos 20, que o arquiteto Lúcio Costa, então adepto do estilo neo-colonial, teve despertada sua administração pela arquitetura colonial brasileira. Foi também em viagens a Minas, uma delas em 1924, acompanhando o poeta Blaise Cendrars, que Mario de Andrade entrou em contato com a arte colonial brasileira e com os jovens inquietos da rua da Bahia (Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Emílio Moura, etc. ), com os quais manteve contato pessoal e correspondência a partir de então. O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros [...] parte da construção da tradição nacional [...] (FONSECA, 1997, p. 99).

Esses intelectuais saíram de São Paulo e, primeiramente, passaram pelas cidades de Juiz de Fora e Barbacena, até chegarem a São João del-Rei. De São João del-Rei foram para Tiradentes e, posteriormente, partiram para Belo Horizonte e conheceram as cidades próximas da capital mineira, como Sabará, Lagoa Santa etc. A partir da capital mineira o grupo se dividiu. Alguns foram para Ouro Preto e outros para outras cidades mineiras. Para Ouro Preto foram Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Cendrars e Nonê (filho de Oswald). É nessa cidade que ocorre o ponto máximo da viagem a Minas, pois lá a arquitetura barroca “grandiosa e os inúmeros monumentos refletem de imediato o passado de riqueza e glória” (BRAGA, 2010, p. 41).

Essa reflexão imediata relacionada ao passado e aos monumentos barrocos de Ouro Preto ocorreu pelo motivo de que os modernistas passaram a ver as edificações das cidades mineiras formadas no século XVIII como parte da civilização e da expressão artística do Brasil. Isto quer dizer que estes intelectuais, através do lusitano modelo barroco, procuraram produzir simbolicamente a arte brasileira “tradicional” e “autêntica” (NATAL, 2007).

Nesse sentido, a produção artística do Brasil não focalizou somente a arquitetura de Ouro Preto, mas também a de outras cidades mineiras barrocas, que foram visitadas por outros modernistas. Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao chegarem a outras cidades de Minas e descobrirem o barroco mineiro, perceberam a importância da preservação dessa arquitetura, que, por meio de uma construção social e simbólica, passou a ter um significado para a “nação brasileira”. Lúcio Costa, ao visitar Diamantina no início dos anos 1920, se interessou pela arte colonial brasileira (FONSECA, 1997).

No caso de Tiradentes, essa arquitetura barroca foi admirada por Mário de Andrade, Gofredo da Silva Telles, Blaise Cendrars, Oswald de Andrade, Olívia Penteadó, Oswald de Andrade Filho (Nonê), Tarsila e René Thiollier, intelectuais modernistas que visitaram essa cidade em 1924 (FROTA, 1993), como pode se observar na **Foto 1** abaixo.

**Foto 1.** Visita dos modernistas a Tiradentes, em 1924.



**Fonte:** FROTA, 1993.

Nesse período, as residências do núcleo central estavam sendo demolidas e abandonadas pela população local. Os moradores pobres iam trabalhar nas fazendas próximas à cidade através do sistema de plantar “de meia”<sup>11</sup> (Idem, 1993). A economia de Tiradentes, que estava voltada para a agropecuária<sup>12</sup>, não trazia perspectivas para grande parte da população local. Nesse sentido, vários moradores abandonavam suas residências e migravam para outras cidades a procura de emprego. Em consequência disso, a população de Tiradentes, “que nos tempos abastados chegara a 4000 habitantes, em 1920 foi reduzida a apenas 1236 moradores” (INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES, 2002, p. 7).

No entanto, esse abandono e pobreza existentes na cidade não impediram que esses viajantes admirassem e observassem a edificação barroca mineira. Os modernistas produziram obras relacionadas às edificações “autênticas” do Brasil e do passado de Tiradentes. Tais obras estiveram associadas aos manifestos Pau-Brasil e Antropofágico. Tarsila do Amaral, na ótica do Movimento Pau-Brasil, desenha, em 1924, a vista da arquitetura barroca de Tiradentes e crianças brincando na cidade, como se pode observar na **Figura 1**, a seguir.

---

<sup>11</sup> Esse sistema funciona da seguinte forma: o proprietário da fazenda arrenda a terra arada para o trabalhador rural. O trabalhador dá a sua mão de obra e produz nessa terra. A colheita dessa produção é dividida entre o trabalhador e o proprietário (FROTA, 1993).

<sup>12</sup> Os principais produtos dessa agropecuária eram: leite, laranja, tomate, arroz e manga (INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES, 2002).

**Figura 1.** Desenho de Tarsila do Amaral



**Fonte:** FROTA, 1993.

Nicolau Sevcenko, ao se referir às viagens dos modernistas a Minas, ressalta que é na cidade de Tiradentes que Oswald de Andrade

[...] conheceu na cadeia pública um detento acusado de assassinato seguido de antropofagia, cuja história, incluindo considerações sobre o ritual antropofágico em comunidades tribais, ele marcaria no seu estilo da vida perigosa, de 1926. Para os poetas presentes na excursão e para Tarsila, o roteiro seria revelador de raízes históricas, étnicas e culturais de que eles andavam ávidos para consubstanciar o seu acento modernista. Dessas viagens derivariam as impressões, estímulos e margens que motivariam o empenho de fusão entre as linguagens modernas e a temática nacional, a qual Oswald de Andrade denominaria Movimento Pau-Brasil [...] (SEVCENKO, 1992, p. 295).

Dessa ótica, pode-se dizer que é nessas viagens que a arquitetura colonial mineira do passado brasileiro passa a ser identificada, pelos intelectuais paulistas, cariocas e outros, como elemento “autêntico” da civilização nacional. Essa arquitetura começou a ser ilustrada nas obras de artes, através das igrejas, palácios, casas de câmara, cadeias, entre outros, que ganharam o nome de “pedra e cal” (GONÇALVES, 2002). Surgiram vários artigos que expressavam a preocupação em preservar os monumentos barrocos. Exemplo disso é o artigo “Pelo Passado Nacional”, escrito por

Alceu Amoroso Lima e publicado na Revista do Brasil. Outros modernistas também publicaram nessa revista, como Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade etc. (FONSECA, 1997). Essas publicações e as obras de arte associadas à cultura da “brasilidade” foram importantes, nos anos 1930, para a concretização da noção de “patrimônio histórico” e do surgimento do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

### **1.3- Surgimento do SPHAN: o barroco mineiro como “identidade” da nação brasileira e a cidade de Tiradentes em ruínas.**

É importante salientar que é somente nos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas, que o “patrimônio arquitetônico” ganhou um significado forte, em âmbito nacional, relacionado à identidade e ao “patrimônio histórico” da nação brasileira. Essa significação esteve aliada ao projeto centralizador de governo, que produziu uma política cultural associada à memória nacional e ao questionamento da intangibilidade da propriedade privada, intangibilidade essa que representava um empecilho para a criação de uma lei nacional de “patrimônio” durante o regime político da Primeira República. Nesse sentido, no governo getulista surge a visão em que o “patrimônio” ganha um valor coletivo e as propriedades com arquiteturas consideradas como “históricas” e nacionais são representadas como bem público, com precedência sobre o privado (FONSECA, 1997).

Vargas procurou “recuperar” algumas tradições, como, por exemplo, a celebração do período colonial, da arte barroca, do bandeirantismo etc. Vários intelectuais - modernistas, integralistas, católicos, socialistas - foram convidados para trabalhar para o governo e fazer parte dessa construção; entre eles, se destacam Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villa Lobos, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Cândido Portinari, Lúcio Costa e Mário de Andrade. Nessa perspectiva, Simone Marafon Schneider destaca que

[...] na década de 30, o passado passa a ter um significado mais amplo, sendo transportado para o presente como estratégia para dar forma à nação brasileira. O passado é usado como instrumento de resgate de tradições, de busca de essências, de definição de identidades [...] (SCHNEIDER, 2008, p. 30).

É nesse contexto que o passado arquitetônico barroco de Ouro Preto é alçado por Getúlio Vargas, em 1933, através do decreto federal nº 22.928, à categoria de monumento nacional (FONSECA, 1997). No ano de 1934, é criado o MES (Ministério da Educação e Saúde), que passou a divulgar e controlar a produção simbólica das tradições e da cultura do passado do Brasil. Dentro desse ministério, os modernistas lutaram pela construção simbólica de uma identidade “genuinamente” brasileira. Isto só foi possível porque Gustavo Capanema<sup>13</sup> se tornou ministro desse ministério. Capanema, sob autorização de Getúlio Vargas, convidou e escolheu alguns modernistas para serem responsáveis pela formulação e reformulação dos significados do “patrimônio histórico, arquitetônico e cultural”, integrando-o ao discurso da “identidade nacional”. Esse convite se deveu a duas razões: a “ascensão de Gustavo Capanema ao MES, personagem politicamente forte no governo getulista e identificado intelectual e afetivamente a vários escritores e artistas modernistas” (Idem, 1997, p.104), e ao prestígio que esses intelectuais tinham no que diz respeito à produção artística. Nessa perspectiva,

[...] durante toda a sua gestão, Capanema contou com a presença de intelectuais como consultores, formuladores de projetos, defensores de propostas educativas ou autores de programas de governo [...]. Modernizar a educação, incentivar a pesquisa e preservar as raízes culturais brasileiras foram metas almejadas pelos intelectuais que cercavam o ministro Capanema. Era um momento de reflexão, de revisão de valores, mas que tinha a ambição de promover mudanças urgentes e significativas na estrutura social brasileira [...] (SCHNEIDER, 2008, p. 30).

Assim, os discursos e as ideias desses intelectuais acabaram produzindo uma política de “preservação” para o Brasil e fizeram com que o governo federal se preocupasse com a “questão patrimonial”. Dessa ótica, no ano de 1936, Getúlio Vargas deu autonomia para que Gustavo Capanema criasse algo relacionado à organização e “preservação” do “patrimônio histórico e artístico nacional”. A organização e a “preservação” deveriam estar vinculadas aos interesses do governo e aos acontecimentos históricos que seriam tomados como essenciais à “identidade nacional”. Mas, como essa proteção e “preservação” exigiam estudos abrangentes, Capanema pede para Mário de Andrade<sup>14</sup> fazer algo sobre o assunto. Dessa ótica, Mário de Andrade cria

---

<sup>13</sup> Gustavo Capanema foi ministro do Ministério da Educação e Saúde no período de 1934 a 1945 (SCHNEIDER, 2008).

<sup>14</sup> Diretor do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo (SCHNEIDER, 2008).

um anteprojeto<sup>15</sup> relacionado à “preservação” do “patrimônio histórico” e “artístico nacional”, que tinha como objetivo a criação de um órgão responsável por essa questão. Tal anteprojeto foi encaminhado por Getúlio Vargas ao poder legislativo e possibilitou que, no ano de 1936, o governo criasse, de forma experimental, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que, com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, passou a se integrar ao Ministério da Educação e Saúde. O SPHAN, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, se tornou instituição permanente, através do Decreto-Lei 25 de 30 de Novembro de 1937 (BOTELHO, 2006). Segundo Simone Marafon Schneider,

[...] na visão modernista do anteprojeto de Mário de Andrade, a política federal na área de preservação deveria englobar todas as formas de expressão, aí incluídas as obras de arte pura e de arte aplicada de interesse estético; as obras ligadas ao artesanato; as artes populares, mas também o patrimônio imaterial e todas as demais manifestações e heranças do povo que pudessem colaborar na construção do caráter nacional [...] (SCHNEIDER, 2008, p.34).

Porém, esse conceito ampliado de bem cultural ressaltado no anteprojeto de Mário de Andrade não foi totalmente inserido na política “preservacionista” do governo getulista. A política de “preservação” focalizou-se exclusivamente nos bens arquitetônicos e monumentos históricos isolados do barroco mineiro (MOTTA, 2002). A escolha desses bens esteve associada à ideia, construída simbolicamente pelos modernistas e por Vargas, de que essas edificações e monumentos representavam a imagem homogênea da nação brasileira. Nessa perspectiva, essa política deu ênfase à “preservação” e à restauração de um edifício ou de um monumento de forma isolada, deixando a questão da conservação de todo o conjunto urbano histórico de lado. Esses bens e monumentos estiveram associados aos Casarios<sup>16</sup>, igrejas, museus etc., que, dentro de uma construção social e simbólica, se tornaram importantes para a representação da nação brasileira e possibilitaram

[...] a construção de uma imagem homogênea do país, da unidade necessária para a implantação do modelo político e ideológico do Estado Novo. Essa uniformidade também seria atingida através dos processos de restauração e de autorização das novas construções que foram realizadas nos primeiros

---

<sup>15</sup> O anteprojeto relacionado à questão do patrimônio foi apresentado em uma primeira versão por Mário de Andrade e reformulado, no Decreto-Lei nº 25, por Rodrigo Melo Franco de Andrade (FONSECA, 1997).

<sup>16</sup> No caso da cidade de Tiradentes, podemos citar, como exemplo, a Casa do Padre Toledo.

anos de atuação do SPHAN [...]. A orientação dos técnicos do órgão para os novos projetos arquitetônicos era a manutenção das características coloniais. Desse modo, as diferenças tanto regionais quanto sociais eram amenizadas para a manutenção do poder central e para a implantação de um projeto político que defendia a primazia do coletivo sobre o individual [...] (SILVA, 2010, p.100).

Num primeiro momento, no ano de 1938, as cidades que tiveram algumas arquiteturas e monumentos tombados como “patrimônio histórico e nacional” pelo SPHAN foram, além de Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, Tiradentes e São João del-Rei. Posteriormente, aos poucos, as edificações barrocas de outras cidades mineiras foram tombadas. As fachadas dessas edificações foram consagradas, pelo Estado, como representação da identidade da nação brasileira. Tal representação esteve relacionada ao projeto dos modernistas de conexão entre tradição “histórica” e desenvolvimento do país, ou seja, entre “o passado colonial da América portuguesa e o destino da nação brasileira no século XX” (BOTELHO, 2006, p.472). Lúcia Lippi Oliveira salienta que

[...] a valorização do barroco e das cidades mineiras caminharam juntas, já que é nessa área que se concentra o mais importante conjunto de arte e arquitetura barroca na América do Sul. Ao mesmo tempo, isso conferia a importância de Minas na formação histórica e cultural brasileira. E o passado mineiro – barroco e católico – seria exemplar. Essa linha de reconstrução histórica reforça o mito da mineiridade, já que junta tradição e modernidade, passado e futuro [...] (OLIVEIRA, 2002, p. 167).

É importante dizer que, apesar desse tombamento e da significação de uma memória nacional dessas cidades, em Tiradentes, as edificações ficaram em estado de ruínas no período de 1938 até os anos 1970 (INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES, 2002).

No ano de 1938, o SPHAN, dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, tinha como objetivo “preservar” e restaurar alguns edifícios ou monumentos históricos isolados da cidade. Porém, a falta de verba, do órgão, para a restauração e a falta de interesse da população de origem Tiradentina<sup>17</sup> em preservar o patrimônio cultural iam, aos poucos, transformando a cidade mineira de Tiradentes “em uma quase pré-ruína irrecuperável” (FROTA, 1993, p. 111). Nessa perspectiva, Olinto Rodrigues Santos Filho afirma que, nas décadas de 1930 e 1940,

---

<sup>17</sup> A população nascida e criada em Tiradentes, nessa época, ainda não tinha a concepção de que esses edifícios barrocos representavam simbolicamente o “patrimônio histórico e nacional”.



[...] a situação da cidade é dramática em seu abandono [...]. As propriedades não valem quase nada, as casas estão em ruínas, rebocos caídos, ruas abertas por matagais. Os belos sobrados ruem ou os proprietários provocam sua ruína para aproveitar o material [...] (SANTOS FILHO, 1989, p. 8).

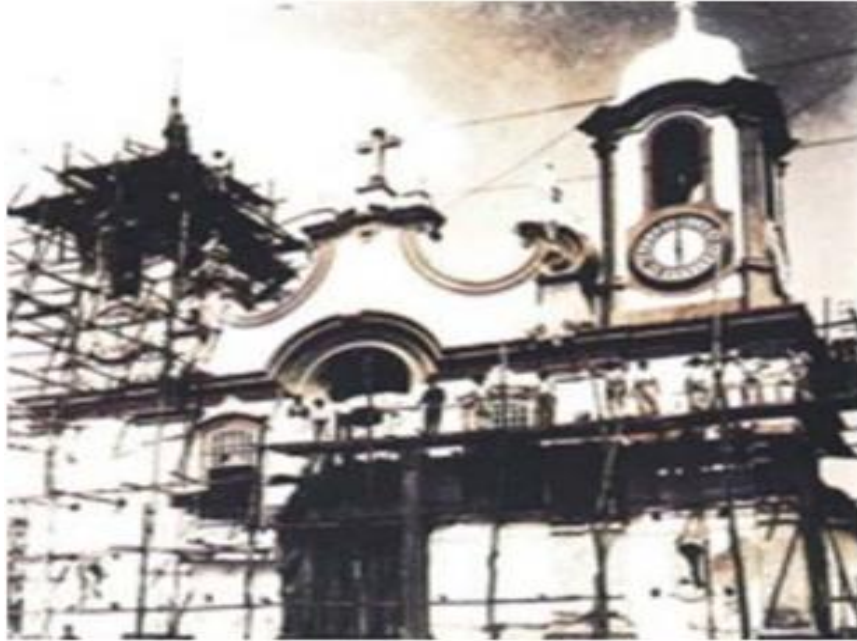
Dessa mesma ótica, Lélia Coelho Frota salienta que os

[...] monumentos de grande porte como a Igreja da Matriz Santo Antônio, a Casa do Padre Toledo, o Fórum, a Cadeia, construídos de taipa de pilão, eram infiltrados pela chuva e sua integridade se achava ameaçada. Escoramentos, pequenas consolidações consecutivas com telha ou massa, as únicas então possíveis, não bastavam para assegurar a estabilidade desses edifícios de grande porte, realçados e ligados organicamente entre si pelo casario [...] (FROTA, 1993, p. 111).

Mesmo com esse arruinamento, o SPHAN conseguiu “restaurar” algumas edificações e monumentos, como a Casa do Padre Toledo, em 1944, e a igreja da Matriz de Santo Antônio, em 1946 (**Foto 2**). Nesse sentido, o excerto do jornal *Diário do Comércio*, ao se referir à Casa do Padre Toledo, destaca que

[...] esse edifício, tão ligado ao movimento libertador do século 18, está sendo convenientemente restaurado sob a supervisão do dr. Edgard Jacinto da Silva, brilhante engenheiro do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e assistência técnica do sr. Rosino Bacarini [...]. Daí os aplausos que, ao ensejo desta nota, enviamos ao dr. Rodrigo M. F. Andrade, seu digno e operoso diretor [...] ( DIÁRIO DO COMÉRCIO, 22 DE SETEMBRO DE 1944, Nº 1964. MATÉRIA: “ESTÁ SENDO RESTAURADA A CASA DO PADRE TOLEDO”; EDITORIAL).

**Foto 2.** Restauração da Matriz de Santo Antônio, em 1946.



**Fonte:** FROTA, 1993.

Essas restaurações não conseguiram amenizar a situação de ruína em que a maioria dos casarios de Tiradentes se encontrava. Vários sobrados das ruas Direita, da Câmara, Resende Costa e no largo do Ó estavam arruinados e sendo demolidos (SANTOS FILHO, 1989). Alguns moradores tiradentinos desmanchavam suas casas ou sobrados e delas retiravam materiais de construção. Eles migravam para São João del-Rei e aproveitavam esses materiais para erguer novos edifícios na cidade vizinha (FROTA, 1993). Tais movimentos eram perpassados pela construção simbólica do discurso<sup>18</sup> de que a cidade de Tiradentes não estava se “desenvolvendo economicamente”. Tal discurso esteve relacionado ao conceito de “cidade morta”, de meados do século XX, que se contrapunha aos princípios preservacionistas da construção da nação preconizados pelos modernistas. Argumentava-se que as cidades coloniais, que, no passado, tiveram “importância econômica” e que, no período compreendido entre o final da década de 1930 e a década 1950, não acompanhavam a modernidade, eram atrasadas, isto é, que não se “desenvolviam” e “paravam no tempo”.

---

<sup>18</sup> Discurso inserido em excertos de jornais, que serão citados no decorrer desse subcapítulo.

Parece razoável que, em grande medida, tenha sido a incorporação desse discurso que fez com que parte dos moradores das cidades ditas “históricas” demolissem algumas edificações do passado, apesar da disseminação anterior das visões oficiais que consideravam essas edificações como ícones do “patrimônio histórico” e da identidade nacional. Como não existia um escritório técnico do SPHAN nessas cidades e uma fiscalização rígida por parte dessa instituição, vários desses edifícios se tornaram ameaçados de desaparecimento. Dessa ótica, surgiram alguns autores e excertos de jornais que denunciavam o estado de ruína e deploravam a “falta de modernização” dessas cidades coloniais e outros que se preocupavam com o abandono e com a importância dos edifícios que representariam a “história” e a nação brasileira.

José Bellini dos Santos, por exemplo, ao escrever no *Diário do Comércio*, classifica Tiradentes como uma cidade que está

[...] morrendo lentamente. Não houvesse de longe em longe a passagem rápida de um veículo motorizado, rumo a outras cidades mais felizes, nada mais ouviria além de badalar compassado e soturno do sino da velha matriz, marcando lentamente e pausadamente as horas [...] (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 15 DE OUTUBRO DE 1940, Nº 785. MATÉRIA: “TIRADENTES, CIDADE EM AGONIA).

Nesse mesmo jornal, Agostinho de Azevedo destaca que Tiradentes está morta, atrasada economicamente, silenciosa e que somente a festa da Santíssima rompe com esse silêncio absoluto. Nessa perspectiva, o autor salienta “está aí a grande festa dos tiradentinos, com suas homenagens à Santíssima Trindade. É um dia de vida na cidade morta, com os romeiros ruidosos bulindo com a sua quietude anciã” (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 4 DE JUNHO DE 1939, Nº 373. MATÉRIA: “A FESTA DE TIRADENTES).

O *Jornal do Brasil*, no ano de 1941, registra: “Velha, abandonada, quase em ruínas, ergues entre o Rio das Mortes e a Serra de São José, à margem da estrada de Ferro Oeste de Minas, a histórica cidade de Tiradentes” (JORNAL DO BRASIL, 26 DE JUNHO DE 1941 *apud* FROTA, 1993, p. 113).

Nesse mesmo ano, o jornal *O correio* ressalta o estado de abandono das edificações históricas, que representavam a civilização e a pátria da nação brasileira.

[...] quem visita a velha São José del-Rei, hoje Tiradentes sentirá um misto de tristeza e de saudade, remontando aos áureos tempos em que tudo ali era

fausto, desde as igrejas suntuosas às vivendas coloniais que se alinhavam ao longo de ruas de calçamento irregular, característico da época em que viveram os fundadores daquele outrora grande empório que hoje não passa de um montão de ruínas a exigir um auxílio, para não se esboroarem aos olhos dos contemporâneos, os últimos vestígios duma civilização que representa o marco em torno do qual gravitam o esforço dos nossos antepassados, pela liberdade, pela independência de nossa Pátria [...] (O CORREIO, 20 de FEVEREIRO DE 1941, Nº 183. MATÉRIA: “TIRADENTES”; EDITORIAL).

Lélia Coelho Frota destaca que, em *A Noite Ilustrada* do Rio de Janeiro, Sílvio Nunes escreve, em 19 de setembro de 1950, que a cidade de Tiradentes estava morta e que

[...] as farmácias deixaram de existir, muitas casas e sobrados foram desmanchados [...]. Passo numa esquina de rua, onde uma velha moradia ostenta duas centenas de anos e leio uma súplica aos condutores dos modernos veículos que vez por outra cortam a cidade: não encoste seu caminhão no telhado: já deu prejuízo. Nenhuma grande fábrica, nenhum ruído maior. O silêncio, apenas o silêncio envolve tudo [...] (A NOITE ILUSTRADA DO RIO DE JANEIRO, 19 DE SETEMBRO DE 1950 *apud* FROTA, 1993, p. 113).

Em outro jornal, o *Diário de Notícias*, Milton Pedrosa, em matéria de 29/10/1950, destaca a destruição da cidade e a importância dos edifícios históricos para a nação e os cidadãos do Brasil. Dessa forma, esse autor ressalta

[...] uma cidade que eu conheço está sendo destruída. Não por bombas, que não fica na Coreia nem noutra zona de guerra, nem a sua população sofre tais efeitos [...] é a cidade de Tiradentes e vem sendo liquidada pela ação do tempo, de uma maneira que causa dó a um cidadão deste país. As ruas desertas dão-nos a sensação de coisas perdidas. O único movimento que nos chama a atenção é o de raras pessoas a caminho da igreja Matriz. Nenhum movimento comercial, nenhuma animação [...] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29 DE OUTUBRO DE 1950 *apud* FROTA, 1993, p. 113).

Esse arruinamento permaneceu aproximadamente até o final da chamada “fase heróica” do SPHAN<sup>19</sup>, o período de 1936 a 1967. Nessa fase não ocorreu mudança na orientação do órgão no que diz respeito à preservação e ao que deveria ser considerado “patrimônio histórico, cultural e nacional”. Isso só aconteceu, a partir de discussões e lutas simbólicas entre os seus membros, nos anos 1970 (BOTELHO, 2006), período em que novas edificações, não relacionadas ao barroco, foram tombadas, os especialistas do

---

<sup>19</sup> Essa fase ficou conhecida como heróica, “principalmente pela falta de recursos, de estrutura, e de pessoal especializado e pela quantidade monumental de trabalho a ser realizado” (OLIVEIRA, 2008, p. 25).

IPHAN passaram a se preocupar com os “bens imateriais”<sup>20</sup>, a restauração dos edifícios ocorreu aliada ao desenvolvimento turístico e Tiradentes começou a ser “descoberta pelo turismo” (INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES, 2002).

#### **1.4- Anos 1960 e 1970: novos desafios e paradigmas para a política patrimonial brasileira.**

A partir de 1968, surge, no Brasil, nova política de desenvolvimento econômico, que intensificou as ameaças de desaparecimento e de destruição de várias edificações consideradas “históricas”. Os grupos e classes sociais hegemônicos engajaram-se na construção simbólica de um novo modernismo. O que se consolidava, dentro dessa construção, era a ideia de que se deveriam construir novos edifícios modernos e o Brasil deveria se industrializar em ritmo acelerado, o que favorecia a indiferença em relação aos edifícios que “representavam” algo do passado ou mesmo a sua destruição.

Dessa ótica, o SPHAN, sob direção de Renato Soeiro<sup>21</sup>, mais uma vez procurou amenizar “a dualidade entre tradição e modernidade”. Isso ocorreu através da articulação da questão patrimonial ao “desenvolvimento econômico” do país (PEREZ, 2009), a partir da inserção da política patrimonial brasileira nos paradigmas de conservação do patrimônio cultural adotados por órgãos internacionais, como a UNESCO<sup>22</sup> (SILVA, 2003), e nas cartas dos encontros internacionais sobre patrimônio. Dentre essas cartas, destaca-se a carta de Veneza<sup>23</sup>, que produziu métodos de ação relacionados à preservação e recuperação dos edifícios e “cidades históricas” que estavam ameaçadas de desaparecimento e que constituiriam a memória da humanidade. Everaldo Batista da Costa ressalta que essa carta representou o

---

<sup>20</sup> Bens que serão considerados como patrimônio, pelo IPHAN, a partir dos anos 1980.

<sup>21</sup> Renato Soeiro era arquiteto e, a partir de 1968, substituiu Rodrigo Melo Franco de Andrade na direção dessa instituição.

<sup>22</sup> United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Essa Organização, no final dos anos 1960, reformulou a política patrimonial e propôs a ideia da necessidade de se preocupar com o desenvolvimento econômico turístico e com a conservação das paisagens naturais e do patrimônio arquitetônico “histórico” e cultural regional e local.

<sup>23</sup> Carta elaborada no ano de 1964, no II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos (SILVA, 2003).

[...] documento chave da atualidade em termos de ampliação da preservação de patrimônio. Em seu primeiro artigo, a carta define o termo *monumento* e diz que ele se estende não somente às grandes criações, mas, igualmente, às obras modestas que adquirem, com o tempo, um significado cultural (nesse ponto, o documento apresenta uma concepção mais ampla do que seria monumento) [...] (COSTA, 2011, p. 241).

O documento, diferentemente da carta de Atenas<sup>24</sup>, destaca a importância de se preservar o conjunto urbano “histórico”, isto é, os centros “históricos” das cidades. Ele deu ênfase à conservação dos sítios urbanos e rurais que representavam o testemunho e a vida social de um povo. O edifício “histórico”, dentro dessa carta, é visto como algo inseparável da história e deve ser restaurado a partir de estudos históricos e arqueológicos relacionados a esse edifício. Dessa ótica, Vanessa Baggio Franco Perez, ao se referir a essa carta, explica que

[...] o entendimento de *sítio urbano* apontava, ainda que de maneira incompleta, [...] a associação da preservação à utilização social dos monumentos e ao progresso dos sítios históricos [...] (PEREZ, 2009, p. 78).

A carta de Veneza, além de salientar a possibilidade de o patrimônio ter uma função útil à sociedade, destaca que os conjuntos urbanos “históricos” podem ser adaptados às “necessidades modernas”. Isso quer dizer que a restauração do monumento, apesar de sua função original, proporciona novo uso, isto é, o monumento ganha uma refuncionalização (UNESCO, 1965 *apud* COSTA, 2011).

Essa refuncionalização, no Brasil, veio acompanhada de um discurso e de uma política que deu maior ênfase ao potencial de desenvolvimento turístico que os conjuntos urbanos “históricos” poderiam propiciar para o país. Tal discurso foi influenciado também por outra carta internacional, a de Quito, documento elaborado em 1967, num encontro realizado no Equador, onde os países participantes discutiram a questão patrimonial. A carta expressava que os projetos de valorização do patrimônio deveriam fazer parte dos planos de desenvolvimento nacional e ser realizados “simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas” (RODRIGUES, 2002, p. 18).

São essas diretrizes e cartas que serão apropriadas, a partir dos anos 1970, pela ditadura militar do Brasil, processo que se iniciou no governo do general Emílio

---

<sup>24</sup> Carta internacional, criada nos anos 1930, sobre a questão do patrimônio, que salientava que a conservação deveria estar relacionada aos edifícios e monumentos históricos isolados e não ao conjunto urbano histórico como um todo (COSTA, 2011).

Garrastazu Médiçi (1969-1973). Durante a ditadura, a partir do início da década de 1970, a questão cultural e a conservação do patrimônio natural, arqueológico e arquitetônico “histórico” passaram a fazer parte da política associada à nova concepção de “identidade nacional” e ao desenvolvimento econômico turístico do país. Nessa perspectiva, é outorgada uma constituição, em 1967, cujo artigo 172 delega ao poder público a responsabilidade de proteger as obras, os documentos, as paisagens naturais notáveis, jazidas arqueológicas e os locais de valor histórico, artístico e nacional. Aliado a essa emenda apareceram secretarias estaduais de cultura que, sob a orientação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), passaram a atuar na preservação do patrimônio e da cultura.

Nos anos de 1970, são criadas, recriadas e reorganizadas várias instituições responsáveis pela questão da cultura, do teatro, do turismo etc. Dentre essas instituições, podemos citar o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) (1972), o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), o Programa de Ação Cultural (PAC), o Conselho Nacional de Direito Autoral (1973), o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), a Fundação Nacional de Arte (Funarte), a Política Nacional de Cultura (PNC) (1975) e o Conselho Nacional de Cinema (1976). No início da década de 1970, os discursos sobre a questão cultural e patrimonial modelaram três ações desempenhadas pelo Estado. Essas ações eram feitas pelo PAC, PCH e CNRC. O PAC, que no ano de 1975 foi transformado em FUNARTE (Fundação Nacional de Arte), se preocupava com a produção cultural do país, que estava associada às artes e à cultura popular em geral. Já o CNRC e o PCH estavam voltados para a conservação e recuperação do patrimônio histórico e nacional (SCHNEIDER, 2008).

No caso do PCH, pode-se dizer que foi um programa que esteve ligado à política do governo de geração de renda para algumas “cidades históricas” que necessitavam recuperar as suas edificações que se encontravam em estado de ruína. Essa recuperação esteve aliada aos critérios de restauração de monumentos “históricos” inerentes ao desenvolvimento econômico e turístico (RODRIGUES, 2002). Nesse sentido, surgiram alguns financiamentos, por parte do governo, associados a cursos de formação de técnicos e mão de obra especializada, projetos de pesquisa e planos de desenvolvimento urbano (SILVA, 2005). Já o CNRC procurou ir além das ações de preservação voltadas apenas para o desenvolvimento econômico e urbanístico. Buscou valorizar também a

diversidade das manifestações populares. Essa instituição, que foi criada em 1975 e que era comandada por Aloísio Magalhães, tentou ampliar, dentro da política patrimonial, o conceito vigente de bem cultural, histórico e nacional. Nessa perspectiva,

[...] a idéia que germinava dentro do CNRC era a criação de uma base de dados de referência cultural que abrangeria uma amostra ampla da produção cultural brasileira informada por uma ótica antropológica e etnográfica da diversidade da cultura nacional. Dessa forma, camadas da população que não estavam sendo representadas no patrimônio oficial poderiam se reconhecer como produtoras de bens culturais; seria assim incluída na noção de patrimônio a “cultura viva”, enraizada no fazer popular. Ao todo, foram desenvolvidos 30 projetos dentro de quatro programas de estudos: artesanato, levantamento socioeconômicos; história da ciência e da tecnologia no Brasil; e levantamento de documentação [...] (SCHNEIDER, 2008, p.47).

Tanto o CNRC quanto o PCH eram instituições independentes do IPHAN<sup>25</sup>. Nessa perspectiva, Márcia Genésia Sant’Anna destaca que, de início, houve desconfiança e receio no que se refere à política patrimonial do país. Acreditava-se que o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas iria trazer o esvaziamento ou até mesmo a extinção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SANT’ ANNA, 1995).

No entanto, após o surgimento desse programa, as primeiras impressões de desconfiança e receio foram desfeitas (SILVA, 2005). O PCH tinha como objetivo superar a falta de estrutura administrativa do IPHAN, foi um programa de repasse de recursos financeiros para a recuperação de imóveis “históricos”, não interferiu na manutenção da legislação federal e nas questões teóricas relacionadas à conservação patrimonial, não foi uma ameaça para o IPHAN e reforçou a posição desse órgão, no que diz respeito a como deveriam ser as formas de restauração (SANT’ ANNA, 1995).

O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, num primeiro momento, no ano 1973, esteve voltado para a recuperação das “cidades históricas” do nordeste. O governo acreditava que essa região deveria “se desenvolver” e que a restauração, através do PCH, dos edifícios e dos conjuntos urbanos “históricos” de algumas cidades iria gerar desenvolvimento econômico voltado para o potencial turístico. Assim, as cidades selecionadas, de início, como prioritárias para terem seu patrimônio arquitetônico restaurado e obras emergenciais e de complementação de

---

<sup>25</sup> Em 1979, quando Aloísio Magalhães se torna diretor do IPHAN, ocorre a fusão do CNRC e PCH com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PRUDENTE, 2009).



infraestrutura foram: Salvador, Porto Seguro, Cachoeira (BA); São Cristovão, Laranjeiras (SE); Olinda, Igarassu, Itamaracá, Guararapes, Cabo de Santo Agostinho (PE); Marechal Deodoro, Penedo (AL); Aracati, Sobral, Aquiraz (CE); Oeiras, Piracuruca (PI); e São Luis (MA) (SILVA, 2005).

Os recursos financeiros do PCH eram provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI), que era vinculado à SEPLAN (Secretaria de Planejamento da Presidência da República). Nessa perspectiva, para o desenvolvimento e recuperação das “cidades históricas” do nordeste, esses recursos, “na ordem de US\$ 24 milhões, deveriam ser utilizados num prazo de quatro anos, ou seja, até o ano de 1977, sendo parte deles, cerca de US\$ 14 milhões, destinada ao Iphan” (Idem, 2005, p. 39). A SEPLAN utilizava desse fundo

[...] com o objetivo de tornar mais ágeis segmentos da economia [...]. Sua finalidade, portanto, era dar apoio financeiro a programas regionais de desenvolvimento e a programas urbanos, ou também financiar projetos autorizados pelo Presidente da República [...] (Idem, 2005, p. 39).

O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, no ano de 1976, se expandiu para os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e, no ano de 1977, se estendeu a todo país (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1997). No que refere à grande parte das “cidades históricas” do estado de Minas Gerais, pode-se dizer que, nos anos 1970, elas não receberam recursos do PCH e que as primeiras iniciativas associadas à recuperação do conjunto urbano histórico como um todo e ao desenvolvimento turístico surgiram por parte de instituições civis.

Em Tiradentes, por exemplo, a preocupação em “recuperar” o conjunto “histórico” urbano teve início nos anos 1970 e ocorreu através da iniciativa de um grupo de pessoas como Israel Pinheiro (governador de Minas Gerais no período de 1966 a 1971), Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco (socialite do Rio de Janeiro que se preocupava com a questão da “preservação” do patrimônio, nora do escritor abolicionista Joaquim Nabuco e prima de Rodrigo Mello Franco de Andrade<sup>26</sup>) (FROTA, 1993), Yves Alves (ex-diretor da rede Globo Minas) etc. (CAMPOS, 2006).

No ano de 1968, é construída a BR-265 (**Foto 3**), estrada que liga Tiradentes a outras cidades, como São João del-Rei e Barbacena, inaugurada por Israel Pinheiro,

---

<sup>26</sup> Intelectual do movimento modernista e ex-diretor do SPHAN.

então governador de Minas Gerais (FROTA, 1993). Essa estrada, segundo Helcio Ribeiro Campos,

[...] trouxe um grande subsídio para a consolidação do turismo na cidade. O tripé – transporte, hospedagem e informação [...] se completaria à medida que Tiradentes passou a contar com inserções na mídia, sobretudo como cenário para produções da TV, e de capitais oriundos de empresas, governos e fundações [...] (CAMPOS, 2006, p. 21).

**Foto 3.** Inauguração da BR-265.



**Fonte:** ARAÚJO, 2004.

Na inauguração dessa estrada, Israel Pinheiro se diz emocionado quando vê a beleza e o estado de ruínas das edificações da cidade e afirma que irá lutar pela recuperação do núcleo urbano central de Tiradentes (FROTA, 1993). De volta a Belo Horizonte, o governador telefona para Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco<sup>27</sup>. Israel convida a amiga a vir a Belo Horizonte, para falar sobre o arruinamento em que se encontrava o patrimônio arquitetônico e “histórico” da cidade. O governador de

---

<sup>27</sup> Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, ao visitar Tiradentes no ano de 1969, percebeu que naquela cidade “não havia um único estabelecimento aberto ao público onde se pudesse tomar um copo de água” (FROTA, 1993, p. 114).

Minas pede para que Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco faça algo para “recuperar” Tiradentes (Idem, 1993). Dessa ótica, com ajuda de seu primo Rodrigo Melo Franco de Andrade, a socialite carioca cria, no ano 1970, a Fundação Rodrigo Melo Franco da Andrade (Idem, 1993). Segundo Lélia Coelho Frota, Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco obtém

[...] da iniciativa particular verbas para a recuperação de vários monumentos civis da cidade: o Fórum, a Casa do Padre Toledo, a Cadeia. Na Matriz de Santo Antônio conseguiu a restauração do órgão setecentista, desativado há décadas, e instalou nela pára-raios além de recuperar-lhe o coruchéu [...] (Idem, 1993, p. 114).

A recuperação do conjunto urbano do “centro histórico” de Tiradentes irá se fortalecer, nos anos 1980, com a vinda de Yves Alves, ex-diretor da rede Globo Minas, para Tiradentes (INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES, 2002). Yves, ao se mudar para essa cidade, cria, no ano de 1982, a Sociedade dos Amigos de Tiradentes (SAT), juntamente com outras pessoas (John Parsons, proprietário do Hotel Solar da Ponte, desde os anos 1970; Joaquim Falcão, atual diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, na cidade do Rio de Janeiro; e Ângelo Oswaldo, à época assessor do prefeito de Ouro Preto, Alberto Caram (MORICI, 2006). A SAT teve como objetivo fazer obras emergenciais nos casarios. Tais obras iriam impedir o desmoronamento das casas, possibilitar e assegurar a permanência dos moradores em suas residências no núcleo “histórico”. Assim, num primeiro momento, foram recuperadas 30 casas. “Depois, em convênio com a Fundação Roberto Marinho e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, outras edificações foram recuperadas, incluindo o Solar Ramalho, que hoje abriga a sede da SAT e também do IPHAN”<sup>28</sup> (CAMPOS, 2006, p. 42).

Esse processo de recuperação dos edifícios históricos irá contribuir para o surgimento de estudos relacionados ao potencial turístico que a cidade oferece e para que, com o tempo, surgisse o turismo elitizado, onde a área central de Tiradentes passou pela transmutação e os imóveis residenciais irão se tornar estabelecimentos comerciais.

---

<sup>28</sup> O IPHAN passa a ter um escritório técnico na cidade de Tiradentes, no ano de 1982.

## CAPÍTULO 2

### **Transformações do “centro histórico”: preservacionismo, turismo e “mercadorização” (os anos 1970 e 1980).**

Neste capítulo, será ressaltado o surgimento, nos anos 1970 e 1980, do sentimento preservacionista em meio a um grupo de intelectuais e artistas que se preocuparam com a “recuperação” do conjunto urbano “histórico” de Tiradentes, que estava em ruínas e ameaçado de desaparecimento. Demonstraremos como esse sentimento, aliado ao surgimento do discurso de desenvolvimento do turismo, desencadeou a política de transformação territorial do centro da cidade, que contribuiu para que, aos poucos, aparecessem iniciativas de *empreendedorismo urbano e de marketing urbano*.

Dessa ótica, salientaremos que, apesar dessa política de desenvolvimento do turismo e do surgimento do *marketing e empreendedorismo* urbanos, a área do município de Tiradentes então mais divulgada como atrativo turístico era o Balneário de Águas Santas. É somente nos anos 1980 que as arquiteturas “históricas” do centro passam a ser mais divulgadas, período em que surgiram mudanças urbanísticas na área central, como a implantação da fiação elétrica subterrânea, a reforma do largo das Forras etc. No entanto, no início, as atividades de *marketing e empreendedorismo urbano* não acarretaram a perda da história de vida da população local, nem o deslocamento das pessoas que residiam no “centro histórico” para a periferia urbana, com a conseqüente segregação territorial. Isso só ocorreria em meados da década de 1990, quando as residências da área central são refuncionalizadas, transformando-se, na sua quase totalidade, em estabelecimentos comerciais vinculados aos negócios do turismo. Isso fez com que, aos poucos, ocorresse o processo de (re)construção do “centro histórico” como uma “autêntica” vila barroca mineira, em verdade um cenário-simulacro-mercadoria a ser consumido por turistas de alto poder aquisitivo.

#### **2.1- Anos 1970: A transformação territorial e a formação do espaço turístico em Tiradentes.**

A nova organização dos espaços urbanos sob a ótica do turismo ocorre juntamente com a formação de uma nova história territorial, que faz com que o território

ganhe atrativo turístico, novos usos e seja apropriado material e simbolicamente por determinados grupos sociais que dão novos significados e nova configuração para o espaço urbano, assim transformado.

Assim, partimos da ideia de que o território é construção social e histórica. Ele ganha novas funções e formas a partir da ação e da luta ideológica e simbólica por parte de diferentes grupos sociais ou indivíduos e, quando reestruturado, passa a receber novas simbologias por parte de seus habitantes. Essa luta está relacionada aos usos do espaço urbano e às novas significações que são impostas a ele. Tais usos podem ocorrer a partir da reapropriação e redefinição de antigas formas (normas, objetos etc.) territoriais no presente, que, através de projetos, estratégias e valores, produzem uma nova configuração do território urbano (LEPETIT, 2001).

Antonio Carlos Robert Moraes ressalta que o território é o espaço social e que só é produzido a partir de uma sociedade que o qualifique. Para ele, as construções e destruições efetuadas pelos seres humanos em determinado território, que vai sendo qualificado para as apropriações futuras, estão inseridas em uma história territorial. Nesse sentido, “a constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história” (MORAES, 2000, p. 17). O autor salienta que

[...] o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga [...] O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais [...] (Idem, 2000, p. 18).

Ele ainda relata que os usos do solo, as formas de ocupação e as hierarquias existentes entre os lugares e territórios podem ser consequência de lutas, violências, atos políticos e hegemonias e que a produção territorial está associada a representações simbólicas e discursos (Idem, 2000). Ulpiano Bezerra de Menezes, ao se referir ao espaço urbano ou à paisagem urbana, destaca que

[...] a historicidade da paisagem diz respeito [...] ao uso que dela fizeram as sociedades ou segmentos sociais. Como se assinalou acima, nos usos é que se concentram os significados mais profundos da paisagem [...] (MENESES, 2002, p. 40).

Esses significados, juntamente com a transmutação do território, vão sendo modificados ao longo do tempo histórico. Eles são transformados de acordo com os interesses dos grupos sociais que lutam pela configuração ou reconfiguração material e simbólica de determinado espaço urbano. Nesta luta, se enfrentam projetos, estratégias e ideologias. Dessa ótica, pode-se dizer que a paisagem urbana passa a ter significação para os grupos sociais, fazendo com que estes, por meio de atos políticos, discursos, representações e enunciados, dêem novos sentidos para o espaço, sentidos esses que podem influenciar os usos, as formas e a transformação do território (MORAES, 2002).

Meneses ressalta que, para compreender o espaço urbano de uma cidade, é relevante entender as três dimensões em que a cidade se realiza (MENESES, 2006). A primeira está relacionada à cidade como artefato, ou seja, como algo fabricado, que é produzido e apropriado socialmente e que ganha forma ou função. A segunda refere-se à cidade como campo de forças, isto é, um espaço urbano de conflitos e tensões entre interesses territoriais, econômicos, sociais, culturais etc. Esse artefato e esse campo contribuem para que a cidade ganhe significações, que correspondem à terceira dimensão. Para Ulpiano Bezerra de Meneses

[...] a cidade não é apenas um artefato socialmente produzido, nesse campo de forças, como numa máquina. As práticas que dão formas e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido. Por isso, a cidade é também representação, imagem. A imagem que os habitantes se fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade [...] (Idem, 2006, p. 36).

Os sentidos e significados do espaço urbano contribuem para que alguns territórios de uma cidade sejam mais valorizados que outros. Essa valorização faz com que estes territórios experimentem uma transformação mais intensa e com que empreendedores imobiliários e comerciais modifiquem as formas espaciais de acordo com seus interesses. Os empreendedores, muitas vezes com apoio do poder público, buscam criar infraestruturas que incentivem determinados grupos sociais a investirem nesses territórios valorizados, sejam na compra de residências ou na implantação de estabelecimentos comerciais. Antonio Carlos Robert Moraes relata que

[...] a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um território. Este envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num

intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial [...] (MORAES, 2000, p. 17).

A relação da sociedade com o espaço localizado pode contribuir para que os grupos sociais detentores de capital criem ou reproduzam novas relações sociais e condicionem como deverá ser o uso e qual grupo social utilizará determinados territórios. Essa utilização espacial varia de acordo com cada época histórica, isto é, os diferentes espaços se modificam e se valorizam de acordo com os interesses e ações dos seres humanos no tempo. Dessa ótica, Ruy Moreira destaca que a formação e a transformação espacial estão relacionadas ao “tempo histórico. Não o tempo data” (MOREIRA, 1985, p. 49). Segundo Ana Fani Alessandri Carlos

[...] é o processo de reprodução do capital que vai indicar o modo de ocupação do espaço pela sociedade, baseado nos mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade, que impõe uma determinada configuração ao espaço urbano [...] (CARLOS, 2003, p. 49).

A produção da nova configuração do espaço urbano contribui para a exclusão social e para que os empresários e corretores imobiliários invistam cada vez mais nas regiões ou territórios valorizados que lhes tragam lucros. Tais lucros estão associados à especulação imobiliária em regiões que passam a ser constituídas de belos e caros imóveis residenciais, assim como à implantação de empresas nos espaços que se tornam comerciais. Para Roberto Lobato Corrêa essa valorização ocorre a partir dos atores sociais conhecidos como promotores imobiliários, que são aquelas pessoas que realizam várias funções, dentre elas a realização da transformação do capital-dinheiro em mercadoria, ou seja, em imóvel. Além do mais, essas pessoas definem onde ocorrerá a localização, qual será o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído, “assim como as decisões de quem vai construí-lo” (CORRÊA, 2004, p. 20). O autor ressalta ainda, ao se referir a essa valorização territorial, que

[...] de um lado, verifica-se a manutenção de bairros de status, que continuam a ser atrativo ao capital imobiliário e, de outro, a criação de novas áreas nobres em razão do esgotamento de áreas disponíveis em outros setores valorizados do espaço urbano: os novos bairros nobres são efetivamente criados ou resultam da transformação da imagem de bairros antigos que, dispondo de alguns atrativos, tornam-se de status elevado [...] (Idem, 2004, p. 23).

O processo de valorização espacial faz com que as populações carentes, que ocupam um território que não era valorizado, mas que passa a sê-lo, sejam induzidas a se deslocar para outras regiões desvalorizadas e marginalizadas. Nessa perspectiva, podemos relacionar a valorização espacial com a formação e a organização dos espaços turísticos, que se tornam valorizados e transformados, contribuindo para o surgimento da exclusão territorial. Porém, no território turístico, diferentemente da formação de bairros de *status* ou de novos bairros nobres com residências luxuosas, ocorre a implantação, predominantemente, de determinados estabelecimentos comerciais.

Esse território está relacionado ao espaço que é apropriado e transformado simbólica e historicamente por determinados atores, como publicitários, profissionais da área do turismo, empresários etc. Isso ocorre porque esses atores percebem que tais territórios ganham atrativos turísticos, que podem estar simbolicamente associados ao “patrimônio arquitetônico”, ao “patrimônio ambiental”, a manifestações culturais etc.

Para Rita Cássia Ariza da Cruz, o espaço turístico está relacionado ao território que não se caracteriza por uma peculiaridade de formas, mas sim pela sua valorização cultural. A autora salienta que todo o espaço urbano tem valor cultural e pode se tornar turístico, a partir do momento em que os profissionais do ramo do turismo percebem que esse espaço possui qualidades específicas que podem ser transformadas em atrativo para o desenvolvimento turístico. É nesse sentido que surge o conceito de território turístico, que é produção social e histórica e ganha novos significados que mudam com o passar do tempo (CRUZ, 2001).

Em Tiradentes, pode-se dizer que a formação do “centro histórico” como território turístico tem início nos anos 1980 e veio aliada, de forma não planejada, ao sentimento preservacionista.

Como já ressaltado no capítulo anterior, até o final dos anos 1970, os edifícios “históricos” e o centro de Tiradentes se encontravam em estado de ruínas, período em que surgem as primeiras iniciativas relacionadas à preservação e recuperação do “centro histórico” da cidade. Segundo depoimento de John Parsons [membro da Sociedade dos Amigos de Tiradentes e proprietário do Hotel Solar da Ponte] colhido para esta pesquisa, essas iniciativas só foram possíveis a partir da vinda de algumas pessoas forâneas (às quais nos referimos no capítulo anterior) e, posteriormente, com a



construção da Sociedade dos Amigos de Tiradentes (SAT), instituição que foi de grande relevância para a intensificação da transformação da área central da cidade.

No ano de 1970, no mês de maio, é criada a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade que

[...] entra na cidade pelas portas da frente mais antigas e autorizadas da cultura da região. O amigo Tancredo Neves, de São João del-Rei, ajuda a encontrar uma casa adequada para a instalação da sede. Na época deputado federal, e em São João del-Rei respeitado irmão da Ordem do Carmo, Tancredo conversa com o então prefeito de Tiradentes, Francisco Barbosa, também antigo amigo, e juntos decidem por uma casa pertencente à Confraria da Santíssima Trindade, à rua Padre Toledo nº 8, que depois de restaurada [...] constitui a Casa de Cultura da Fundação, aberta ao público [...] (FROTA, 1993, p. 119).

A Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade, por meio de sua presidente Maria do Carmo Nabuco, consegue verbas da iniciativa privada para a “restauração” de alguns monumentos (como, por exemplo, a Matriz de Santo Antônio) e contribui para o início da transformação histórica e territorial que, a partir dos anos 1970, se realiza na área central da cidade. A Fundação tinha como objetivo colaborar com o IPHAN e com o governo do estado de Minas Gerais no que se refere à “preservação” do patrimônio histórico da cidade e criar, ali, um centro de estudos sobre o patrimônio cultural do estado e do Brasil.

Dessa ótica, no ano de 1973, a Fundação faz um convênio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, “estabelecendo as formas de cooperação que passarão a existir entre os dois órgãos, não só com relação ao Centro de Estudos, mas também com vistas às suas próximas iniciativas: a recuperação e organização do Fórum e da Casa do Padre Toledo, onde será instalado um museu regional” (Idem, 1993, p. 121).

Nesse período, ocorre na cidade à intensificação da produção artesanal de jóias de prata, atividade que surgiu no final dos anos 1940 e início de 1950, então influenciando o acréscimo populacional da cidade. Para o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Tiradentes, o número de habitantes da cidade, que tinha apresentado decréscimo no censo de 1940, começou a aumentar a partir dos anos 1950 (INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES, 2002). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1920 a 1940, a população teve um decréscimo de aproximadamente 40,5% (de 5787 para 3444

habitantes). Na década de 1940 a 1950, a cidade passa a ter um acréscimo populacional de aproximadamente 8,2% (de 3444 para 3727 habitantes). De 1950 a 1960, o acréscimo populacional é de aproximadamente 24,5% (de 3727 para 4640 habitantes). No período de 1960 a 1970, o crescimento populacional foi de aproximadamente 19,7% (de 4610 para 5518 habitantes). Na década de 1970 a 1980, o acréscimo populacional foi de aproximadamente 38,4% (de 5518 para 7637 habitantes). De 1980 a 1991, o crescimento populacional foi de aproximadamente 34% (de 7637 para 10236 habitantes) (Fonte: ACERVO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA).

É importante salientar que, até a década de 1990, a população da cidade de Tiradentes incluía o número de habitantes de Santa Cruz de Minas, que era município de Tiradentes e se emancipou no ano de 1995. De acordo com as pesquisas feitas no IBGE e nas prefeituras de Santa Cruz de Minas e Tiradentes, não encontramos dados sobre o número da população de Santa Cruz de Minas e Tiradentes, após a emancipação da cidade mineira de Santa Cruz de Minas. Nesse sentido, não foi possível identificar o acréscimo ou decréscimo da população de Tiradentes do período de 1990 a 2000. Segundo o Censo do IBGE de 2000, Tiradentes passou a ter 5759 habitantes. Sendo que, da década de 2000 a 2010, em Tiradentes ocorreu o acréscimo populacional de aproximadamente 20,9% (de 5759 para 6961 habitantes). Percebe-se que, ao comparar esse crescimento demográfico percentual com o de São João del-Rei (crescimento de aproximadamente 7,4% (de 78616 para 84404 habitantes)) e o de Prados (crescimento de aproximadamente 8,9% (de 7703 para 8391 habitantes)), Tiradentes teve o maior crescimento demográfico em porcentagem (ACERVO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Isso pode ser relacionado com o turismo e a “mercadorização” do centro “histórico” da cidade, algo que será discutido mais aprofundado no capítulo 3 e contribuiu para a expansão urbana e o crescimento populacional de Tiradentes.

Os produtos artesanais feitos pela população de Tiradentes eram, também, artigos de bijuteria e móveis de estilo e objetos decorativos em prata. Tal produção, aos poucos, ia contribuindo para a transformação da área central da cidade, surgindo assim alguns estabelecimentos relacionados à sua fabricação (INVENTÁRIO DE

PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES, 2002). Nesse sentido, segundo Américo Pellegrini Filho, na década de 1950,

[...] algumas novidades começaram a surgir: ficaram famosas as produções artesanais de jóias de prata, que chegam a ser vendidas para lojas de cidades longínquas. Tão famosas que várias oficinas de ourives ali se instalaram, aumentando a produção e, ao mesmo tempo, fazendo cair à qualidade. Resultado: diminuiu a demanda, as oficinas fecharam ou se mudaram [...] (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 35).

Além dessa produção artesanal, a cidade começou a ser descoberta pelo turismo, o que contribuiu para o surgindo do território turístico em Tiradentes. Para Rita de Cássia Ariza da Cruz, a formação de um território turístico ocorre por meio da divulgação pelos meios de comunicações, seja em âmbito nacional, regional ou internacional, de um espaço geográfico específico. Esse espaço ganha significado e é divulgado, por meio de jornais impressos, internet, jornais falados etc. A divulgação contribui para a propagação de determinadas “paisagens turísticas”, fazendo com que as pessoas sejam induzidas a se deslocarem em direção a essas paisagens, que passam a ser consumidas por turistas de todas as localidades. Nesse sentido, pode-se dizer que o espaço turístico é

[...] o principal objeto de consumo do turismo e disso decorre uma das mais importantes especificidades da prática social do turismo: o consumidor turista tem de se deslocar até o produto a ser consumido, o lugar turístico [...] (CRUZ, 2003, p. 21).

Esse deslocamento só é possível a partir de novos códigos culturais e simbólicos que são produzidos através da linguagem e da imagem, que fazem com que, em determinado período histórico, turistas passem a ter uma visão de determinado espaço turístico da forma como ele é socialmente construído (SÁ, 2002). Para Mikhail Bakhtin, toda construção simbólica tem característica ideológica e surge através do enunciado. Tal enunciado produz signos que são interiorizados pelos indivíduos e utilizados pelo meio social. Os signos estão inseridos em uma arena de conflitos sociais, onde os grupos sociais, através do enunciado, apropriam, criam, recriam e disputam a significação de um objeto (BAKHTIN, 1995).

No caso dos espaços turísticos, os meios de comunicações, através do enunciado, facilitam a reprodução de um conhecimento ou de um significado

relacionado ao território, a milhares de lugares e de pessoas. O enunciado produz uma imagem de como são os significados das diferentes paisagens turísticas (SÁ, 2002). Tais significados estão relacionados às características inseridas nessas paisagens, por exemplo, a um “patrimônio arquitetônico”, a uma festa, a uma manifestação popular, às serras, praias, rios, florestas etc. São essas características que são apropriadas pelos promotores territoriais do turismo e ganham novos significados que são divulgados pela mídia e atraem as pessoas, em seu “tempo livre de lazer”, para o consumo dessas paisagens (RODRIGUES, 2001). Assim,

[...] os meios de comunicação, de um modo geral, baseiam-se na formação de discursos estereotipados aceitos socialmente. É desse modo que encontram consenso na opinião pública. Os meios de comunicação trabalham com idéias e imagens aceitas e reproduzem isso em larga escala. O poder dos meios de comunicação não está na reprodução de estereótipos, uma vez que os indivíduos também reproduzem conceitos socialmente aceitos. O grande poder dos meios de comunicação está na sua credibilidade e no seu alcance. Uma mensagem divulgada pela imprensa ou pela televisão alcança milhares de lares. São milhões de pessoas recebendo e acreditando na mesma mensagem. Obviamente os meios de comunicação, em muitos casos, estão a serviço do marketing e das vendas de produtos [...] (SÁ, 2002, p. 31).

Dessa ótica, os meios de comunicação divulgam as mensagens relacionadas às diferentes paisagens turísticas. Tais mensagens chegam a vários lugares e várias pessoas e estão compostas de ideias que trazem o enunciado de que esses espaços turísticos têm várias características “raras”, “excepcionais”, “singulares”, como, por exemplo, um “patrimônio histórico e arquitetônico” barroco, supostamente preservado em suas características “autênticas” e “originais”. A divulgação da mensagem associada a esse patrimônio ocorre inerente à ideia de que o turista, ao visitar determinado território, está conhecendo um pouco da história de um país, através do olhar voltado para as igrejas, os museus, os edifícios, as praças etc.

Essa divulgação vai fazendo com que os territórios turísticos ganhem uma nova história territorial, ou seja, surgem, nessas paisagens, novos imóveis e estabelecimentos comerciais (*resorts*, pousadas, restaurantes, bares, lojas etc.), mediante a substituição, refuncionalização e reforma de imóveis que, até então, haviam servido como residências.

Segundo depoimentos de alguns ex-moradores<sup>29</sup> do “centro histórico” de Tiradentes e do ex-secretário de turismo Ralph Justino<sup>30</sup>, a divulgação, na ótica do turismo, do “centro histórico” da cidade pelos meios de comunicações tem início nos anos 1980 e intensifica-se em meados dos anos 1990. Antes disso, nos anos 1970, a área do município de Tiradentes divulgada como espaço turístico era o Balneário de Águas Santas, localizado a 20 quilômetros do “centro histórico”. Isso pode ser observado em algumas edições do jornal tiradentino *O Inconfidente*<sup>31</sup>, referentes ao período de 1976 a 1977. Pode-se dizer que os artigos e excertos dessas edições salientavam a importância de se preservar os edifícios do “centro histórico” de Tiradentes para o desenvolvimento turístico, mas destacavam como atrativo turístico, principalmente, o Balneário de Águas Santas (ver **Figuras 2 e 3**). Essas edições ainda salientavam como, nesse período, os balneários das cidades mineiras passaram a ser importantes lugares de atração de turistas. A ideia de divulgação dos balneários como atrativos turísticos era projeto da Hidrominas S/A, empresa mista do estado de Minas Gerais que, segundo um excerto de uma das edições do jornal *O Inconfidente*, tinha por objetivo

[...] o incremento ao turismo interno através da exploração direta de uma rede de hotéis e serviços terminais em Estâncias Balneárias [...] ou de interesse turístico a exploração e industrialização dos recursos hidrominerais das fontes de sua propriedade, ainda, a manutenção de núcleos empresariais diversificados de entretenimento turístico (ÁGUAS MINERAIS DE MINAS GERAIS S/A) (O INCONFIDENTE, OUTUBRO DE 1976, Nº 5).

Outro excerto dessa mesma edição diz, a respeito do Balneário de Águas Santas, que

Dia 14 de outubro, estivemos em vista ao Balneário de Águas Santas, sendo muito bem recebidos, como sempre, pelo nosso amigo o administrador Antônio Guilherme de Paiva. Em palestra com o dinâmico gerente, ficamos a par dos novos melhoramentos que serão introduzidos naquele agradável Parque de Águas. Assim, ficamos sabendo que o diretor administrativo da Hidrominas, Deputado NELSON LOMBARDI, enviará àquela Estância, proximamente, uma arquiteta de Belo Horizonte para estudos e projeto do HOTEL a ser construído na parte de cima. Abaixo da igreja de Nossa

---

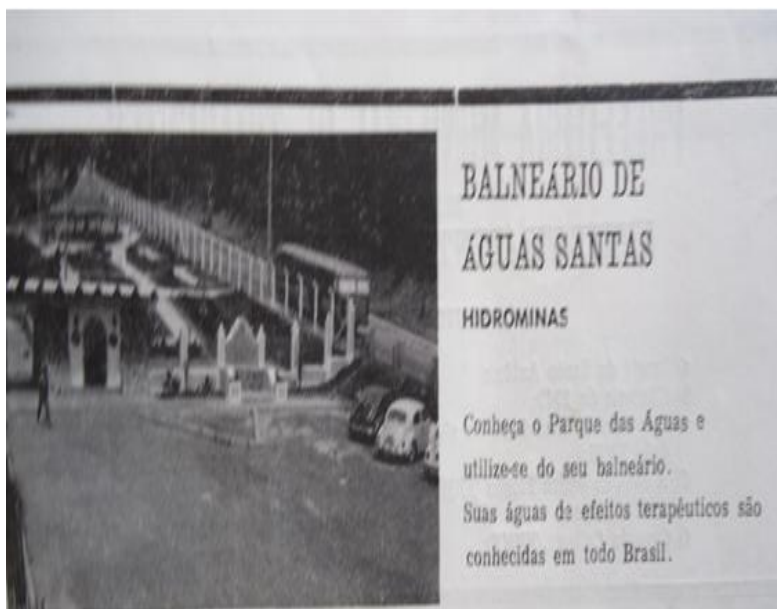
<sup>29</sup> Foram gravadas, em abril de 2012, entrevistas com cinco ex-moradores do centro “histórico”. Esses moradores pediram para ficar no anonimato.

<sup>30</sup> Depoimento retirado de entrevista também gravada em abril de 2012.

<sup>31</sup> Trata-se de periódico mensal, único que existia em Tiradentes, com circulação de âmbito regional. Foram analisadas, para essa pesquisa, as edições de junho de 1976, nº 1; agosto de 1976, nº 3; outubro de 1976, nº 5; setembro de 1976, nº 4; novembro/dezembro de 1976, nº 6; janeiro/fevereiro de 1977, nº 7; abril/maio de 1977, nº 8.

Senhora da Saúde, ficará o novo CENTRO DE HIDROTERAPIA, com Sauna, Fisioterapia, Duchas especiais, etc. No alto da Serra colocarão enorme caixa, que será enchida com água bombeada das nascentes na parte inferior [...] (O INCONFIDENTE, OUTUBRO DE 1976, Nº 5).

**Figura 2.** Jornal divulgando o Balneário Águas Santas.



**Fonte:** O Inconfidente, setembro de 1976, nº 4.

**Figura 3.** Jornal divulgando o Balneário Águas Santas.



**Fonte:** O inconfidente, novembro/dezembro de 1976, nº 6.

O excerto da edição de janeiro/fevereiro de 1977, ao se referir ao turismo e a esse balneário, salienta que o

Balneário das ÁGUAS SANTAS, da HIDROMINAS, orgulho dessa região, que em tempos idos se chamava “Caldas de São José”, voltará a possuir um lago, com ilha no centro e caramanchão. Aquela estância-modelo passará a ser emoldurada por um romântico lago, que além do embelezamento, proporcionará a unidade necessária para o reflorestamento já projetado. Chegou às mãos do Administrador a planta da sondagem do terreno efetuada pelo D. E. R. , para cálculo da estrutura da barragem até 20 metros. Deverá localizar-se a esquerda de quem entra. A construção ficará a cargo da Hidrominas. Terá a profundidade média de 1,5 m. (O INCONFIDENTE, JANEIRO/FEVEREIRO DE 1977, Nº 7).

A divulgação desse balneário nas edições desse jornal, nos anos 1976 e 1977, ocorria pelo motivo de que, apesar de Tiradentes ter arquiteturas barrocas e “históricas” no centro da cidade, a hidrominas, empresa mista do estado de Minas Gerais e que se preocupava com o desenvolvimento turístico de algumas cidades, passou a investir no Balneário das Águas Santas, além de criar o discurso de que era esse balneário que, na época, tinha potencial turístico.

Nesse período, o número de pousadas e estabelecimentos comerciais existentes no “centro histórico” da cidade era pequeno. Américo Pellegrini Filho destaca que, nos anos 1970, surgem algumas pousadas na área central da cidade para receber turista. No entanto, a ideia de fazer turismo no centro “histórico” de Tiradentes não atraía muitas pessoas. O que se via na região central da cidade era a predominância de residências. Havia à época apenas duas pousadas na cidade, a Pousada do Laurito e a Pousada do Pombal (PELLEGRINI FILHO, 2000).

É relevante destacar que, nessa época, não existia uma grande divulgação do patrimônio material arquitetônico e “histórico” da área central de Tiradentes, por meio de jornais, TV etc., em âmbito nacional e internacional. É somente a partir dos anos 1980 que essas edificações começam a ser divulgadas, fenômeno que se intensificará nos anos 1990, como parte do *marketing urbano*.

## **2.2. A transformação histórica da área central de Tiradentes nos anos 1980 e o início do *marketing urbano*.**

É importante relatar que, nos anos 1980, algumas pessoas, como Yves Alves, Ângelo Osvaldo e Joaquim Falcão, compraram casas em Tiradentes para morar ou visitar a cidade, se preocuparam com a conservação dos edifícios “históricos” e criaram, juntamente com membros das “elites” econômicas e políticas, como John Parsons, a Sociedade dos Amigos de Tiradentes (SAT), instituição que se preocupou em recuperar os “edifícios históricos” do centro da cidade, que estavam ameaçados de desabar.

Nesse período, ocorrem mudanças nas ações do IPHAN relacionadas à preservação e conservação do “patrimônio histórico”, que passam a se fundamentar na carta de Burra (Austrália), emanada, no ano de 1980, durante o Encontro Internacional de Monumentos e Sítios. A carta trazia conceitos que diferenciavam preservação de conservação. A preservação estaria relacionada à manutenção de bem edificado isolado que representa simbolicamente um valor histórico e estético, como, por exemplo, as igrejas, museus etc. Ela ganha um caráter imobilista e de limitação da mudança. Já a ideia de conservação designará ações que podem ou não incorporar a preservação ou restauração, de vez que, além da manutenção do bem edificado, podem ocorrer obras mínimas, reconstruções ou adaptações nos imóveis, atendendo assim às necessidades e exigências práticas. (CASTRIOTA, 2004).

Parece que, nos anos 1980, a preocupação da SAT em recuperar os “edifícios históricos” se fundamentou no conceito de conservação, pois a atuação dessa instituição estava voltada não para a restauração, mas para obras mínimas e emergenciais que proporcionassem a conservação das edificações “históricas” que estavam sujeitas a desabamento, assim como do conjunto dos imóveis do centro.

Segundo o depoimento dado, em abril de 2012, por John Parsons, um dos fundadores e membro da SAT, essa instituição não restaurava nada, mas fazia o mínimo de obras necessário para as casas do centro não caírem, pois todos os anos, em época de chuvas, várias edificações residenciais “históricas” despencavam. Ele também ressalta que a SAT, além de conservar as residências “históricas”, tinha como objetivo assegurar a permanência dos moradores no “centro histórico”. No entanto, para John Parsons, grande parte dos moradores não “se importava” com a conservação e queria que sua casa caísse para erguer no lugar uma residência moderna. Nas palavras dele



[...] era considerado normal uma casa ou outra cair na chuva. Em que ninguém se sentia responsável mesmo morando lá dentro. Então, a gente começou a acompanhar esse processo de dilapidação [...].

John Parsons explica que as mínimas obras nos casarios têm início a partir do momento em que Ângelo Oswaldo envia para Tiradentes um mestre de obras de Ouro Preto, chamado Antônio Acássio. Tal mestre de obras tinha experiência com obras relacionadas aos edifícios “históricos” e detectou os pontos das edificações do centro da cidade que poderiam ameaçar os casarios. Com ajuda dele, a SAT conseguiu fazer uma espécie de programa de cinco anos, realizando obras mais urgentes nas edificações mais ameaçadas de dilapidação. O financiamento dessas obras era feito com recursos dos próprios membros<sup>32</sup> da Sociedade dos Amigos de Tiradentes, que contribuía anualmente com uma quantia destinada à contratação de profissionais. Além desses recursos, a Fundação Roberto Marinho, através da intermediação de Yves Alves, passou a ajudar com dois a três salários mínimos por mês e a realizar projetos voltados para a recuperação desses casarios. Nesse sentido, para Carlos Morici, a SAT conseguiu

[...] pequenos, mas constantes recursos, que não permitiam grandes intervenções no patrimônio maior, mas que possibilitavam pequenas e continuadas obras na pequena arquitetura, através do projeto Primeiros Socorros, da Fundação Roberto Marinho. Coisa assim de três pedreiros, um mestre de obras, um pintor. Gesto de salvação. Com esse minúsculo contingente, começaram a trocar uma viga de sustentação aqui, um muro de arrimo ali, um piso acolá. Mobilizaram a comunidade órfã de apoios. A transformação começou a dar vigor ao que estava ameaçado de cair. Paralelamente a isso, as intervenções pontuais do IPHAN, estimuladas pela Fundação Roberto Marinho e pela participação de empresas como Fiat e outras, acalentavam as ações em favor do acervo de maior história [...] (MORICI, 2006, p. 74).

A SAT foi importante para a recuperação de casas que estavam em ruínas e contribuiu, através do convênio com a Fundação Roberto Marinho, para o surgimento de novas parcerias e iniciativas

[...] visando a revitalização da cidade, destacando-se o Projeto Tiradentes, do ano de 1981, realizado através do convênio entre o SENAC [Serviço Nacional do Comércio] e CINTERFOR/OIT [Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional/Oficina Internacional del Trabajo], e as atuações da Fundação Rodrigo Melo Franco

---

<sup>32</sup> Segundo John Parsons, a SAT passou a ser composta por mais ou menos 100 pessoas, que eram, além das citadas no capítulo anterior, alguns moradores de origem tiradentina e pessoas que visitavam a cidade e ficavam emocionadas com o estado de ruínas em que se encontravam os casarios do centro, passando a contribuir financeiramente para a manutenção do projeto da SAT.

de Andrade, Instituto Histórico Geográfico de Tiradentes e SAT - Sociedade dos Amigos de Tiradentes [...] (INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES, 2002, p. 10).

Essas parcerias e iniciativas foram fazendo com que, na década de 1980, houvesse mudanças na área central da cidade, que foi ganhando novas características. Dentre as transformações, podemos destacar a implantação da rede subterrânea de energia elétrica, “que adaptou a iluminação pública ao caráter do período colonial” (FROTA, 1993, p. 114) e a reforma da praça do Largo das Forras, que esteve associada ao projeto paisagístico que, a pedido de Maria do Carmo Nabuco, foi gratuitamente realizado por Burle Marx (Idem, 1993). Segundo Carlos Morici, a implantação dessa rede subterrânea de energia elétrica

[...] fez da cidade a primeira em que a CEMIG [Companhia Energética de Minas Gerais] e a TELEMIG [extinta empresa Telecomunicações Minas Gerais] utilizaram cabeamento subterrâneo, para não macular ali as fachadas, cumeeiras e beirais com a profusão de horripilantes fios de eletricidade e telefonia, necessários, mas profundamente agressivos ao visual de tão imponente conjunto arquitetônico [...] (MORICI, 2006, p. 74).

John Parsons, em seu depoimento, ao se referir a essas parcerias e iniciativas, ressalta que a Sociedade dos Amigos de Tiradentes, no que diz respeito à conservação do patrimônio arquitetônico e “histórico”, não tinha intuito de relacioná-la com o desenvolvimento turístico e comercial. No entanto, essa conservação foi fazendo com que os casarios começassem a serem apreciados e valorizados, contribuindo para o surgimento de estudos relacionados ao potencial que a cidade tinha para se desenvolver turisticamente.

Dentre esses estudos, destaque-se o da Fundação João Pinheiro, que elaborou um plano de organização territorial, de desenvolvimento econômico e de conservação do “centro histórico” da cidade (INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES, 2002).

Os estudos e transformações relacionadas ao centro histórico de Tiradentes fizeram com que surgisse, aos poucos, um *marketing urbano* relacionado às edificações históricas. O *marketing urbano* tem como objetivo a construção e disseminação da imagem de uma cidade associada a uma “marca” distintiva, como em qualquer mercadoria, a ser vendida, pelos meios de comunicação, em mercados de âmbito regional, nacional ou internacional (SÁNCHEZ, 2003). Ele contribui para o

aparecimento de uma nova fase na história de um território que se torna turístico e está associado à percepção, por parte de atores político e economicamente hegemônicos, da cidade como uma empresa. Esses atores passam a investir cada vez mais, tanto em infraestrutura urbana quanto em publicidade, nos espaços receptores de turistas, para assim não perderem o seu lugar no mercado globalizado do turismo. Dessa ótica, a partir desse *marketing*, surge uma competição entre as cidades pela atração de investimentos públicos e privados e de gastos de consumo. O *marketing* urbano aplicado a Tiradentes procura inserir a cidade, de forma competitiva, no mercado das cidades turísticas, veiculando mensagens que apresentam o conjunto arquitetônico barroco como marca distintiva da cidade. Essa competição entre cidades é consequência da “desgovernamentalização do Estado”, conceito foucaultiano utilizado por Henri Acselrad, para quem a “desgovernamentalização” ocorre quando, em razão da mundialização da reprodução do capital, o Estado nacional vê diminuída sua capacidade de ordenamento e controle dos usos de seu território. A fragilização das funções de governo e planejamento no âmbito nacional repassa à escala local a responsabilidade pela tomada de iniciativas que promovam condições de atração de capitais privados, recursos públicos e gastos de consumo. Nessa perspectiva, desenvolve-se uma disputa interterritorial e interlocal (ACSELRAD, 2006) “pela oferta de possibilidades de consumo de lugar, pela atração de turistas e de projetos/eventos culturais” (ACSELRAD, 2004, p.30-31).

Os eventos e projetos atraem turistas, capitais e fazem com que uma cidade ou determinadas características de um território turístico se tornem “mercadorias” a ser vendidas para os turistas. É nesse sentido que o *marketing* urbano contribui, em algumas cidades “ditas históricas”, para que o “patrimônio histórico arquitetônico” se transforme em uma “mercadoria” turística.

No caso de Tiradentes, as atividades de *marketing* urbano têm início na década de 1980. No entanto, a divulgação da cidade se fazia em âmbito regional. Nessa época, os imóveis do “centro histórico” eram, em grande parte, residências (ver **Fotos 4, 5, 6 e 7**) e os moradores, na maioria nascidos em Tiradentes, se conheciam e se identificavam com esse espaço. Dessa forma, segundo uma ex-moradora da área central da cidade, o centro histórico, dos anos 1980 até meados de 1990, era composto, na maioria, por residências de pessoas de Tiradentes, pessoas que se conheciam e tinham relações de

sociabilidade, através de conversas e encontros na Praça do Largo das Forras. Ela ainda ressalta que, nesse período, não havia um turismo forte e o número de turistas na cidade era pequeno.

**Foto 4.** Vista parcial da Igreja da Matriz, na década de 1980



**Fonte:** Acervo particular do fotógrafo Francisco de Assis.

**Foto 5.** Foto do Largo das Forras, na década de 1980



**Fonte:** Acervo particular do fotógrafo Francisco de Assis

**Foto 6.** Imóvel localizado na Rua Jogo de Bola, no ano 1982



**Fonte:** Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**Foto 7.** Largo das Forras, no ano 1982.



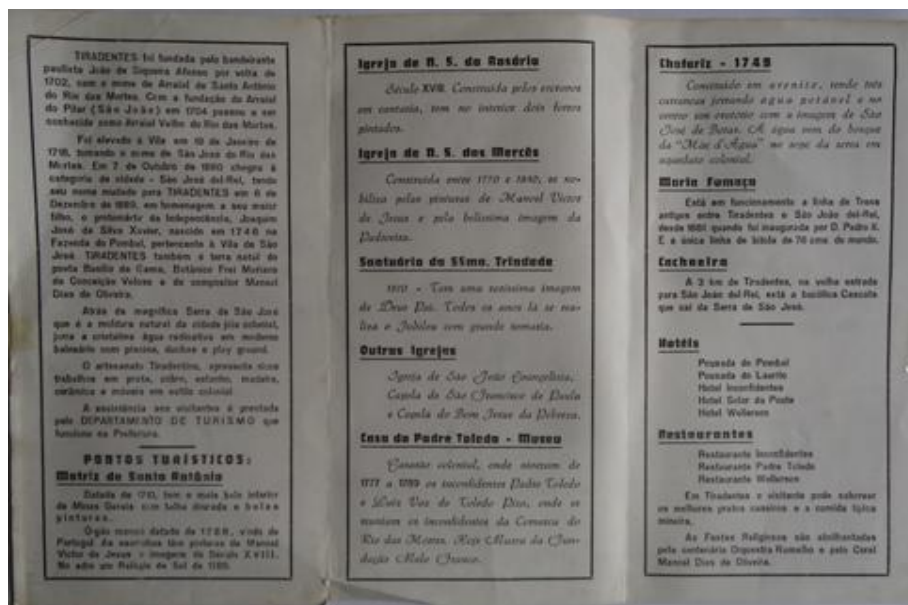
**Fonte:** Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Segundo depoimento informal de um professor tiradentino do ensino básico e criador, em 1982, do primeiro folheto sobre turismo da cidade, o número de estabelecimentos comerciais era baixo, existindo apenas aqueles presentes no folheto. Ao analisarmos esse *folder*<sup>33</sup> (**Figura 4**), percebemos a divulgação, através de desenhos, do patrimônio edificado e “histórico” e que os estabelecimentos comerciais se reduziam a oito: as pousadas do Pombal, do Laurito, Inconfidentes, Solar da Ponte e a do Wellerson, e os restaurantes Inconfidentes, Padre Toledo e do Wellerson.

**Figura 4.** *Folder* divulgando os monumentos históricos de Tiradentes no mercado turístico.



<sup>33</sup> Esse folder tinha circulação regional e foi feito em parceria com a prefeitura.



Fonte: Acervo particular do professor Luiz Cruz.

Esse elevado número de imóveis residenciais no centro histórico de Tiradentes prevaleceu até meados dos anos 1990. Nessa década, outros meios de comunicação (TVs, como a Rede Globo e a TV Bandeirantes, Internet, jornais impressos etc.) e eventos, criados no ano de 1997 por Ralph Justino (Inventário de proteção do acervo cultural de Tiradentes, 2002), como a Mostra de Cinema e o Festival Internacional de Gastronomia passaram a divulgar a cidade em âmbito nacional e internacional. Isso fez com que, aos poucos, de forma não planejada, empresários forâneos comprassem os imóveis residenciais no “centro histórico”, transformando-os em estabelecimentos comerciais. Esse processo contribuiu para a intensificação do *marketing urbano*, o surgimento do turismo elitizado, a especulação imobiliária e para que atores sociais, como empresários, publicitários e representantes do poder público, promovessem a conversão do espaço construído já socialmente consagrado como “patrimônio” em “cenário-mercadoria” para consumo de turistas solventes.

A cenarização e mercadorização da área central de Tiradentes divergem dos ideais preservacionistas defendidos pelos membros da SAT e do IPHAN, pois o “patrimônio histórico” passou a ser visto como mercadoria pela maioria dos empresários, publicitários e representantes do poder público e a área central se transformou em simulacro-lugar, perdendo a sua identidade.

### CAPÍTULO 3

#### **Turismo e exclusão social: a venda da imagem e a “mercadorização” do “Centro Histórico” de Tiradentes.**

Neste capítulo será relatado como o território central de Tiradentes foi se transformando em uma “mercadoria” turística. Tal transformação “mercadológica” só foi possível por meio do *marketing* urbano, que, no caso de “cidades históricas” como Tiradentes, passou a ser divulgado, na década de 1990, a partir da “venda” de espaços urbanos compostos por algumas arquiteturas ditas “históricas”. Essa venda ocorre por meio de peças publicitárias e dos meios de comunicação, que produzem e lançam a “marca” da cidade ou de um patrimônio “histórico” arquitetônico e urbano no cenário nacional ou internacional. No processo, as edificações “históricas” se tornam espetáculos, “valorizadas” e “gentrificadas”. Isso contribui para que as residências do espaço composto por essas “edificações históricas” se transmutem em estabelecimentos comerciais e para que as populações mais carentes acabem se deslocando para outros bairros menos valorizados pelo mercado imobiliário.

Dessa ótica, num primeiro momento, demonstraremos como se desenvolveu esse *marketing urbano* e a política, praticada pelo poder público local e empresários, de desenvolvimento do turismo e de transformação do centro de Tiradentes a partir dos anos 1990. Salientaremos como o *marketing* urbano procurou divulgar a cidade e as arquiteturas “históricas” em âmbito nacional e internacional, divulgação essa que foi feita por meio de jornais impressos, Internet e *folders*, e contribuiu para que, aos poucos, as residências da área central da cidade fossem transformadas em estabelecimentos comerciais e para que as populações mais carentes vendessem as suas casas por um valor relativamente baixo e se deslocassem para bairros menos valorizados.

Para finalizar, ressaltaremos como esse processo de transmutação da área central fez com que ela ganhasse uma nova história territorial e se convertesse em “espetáculo”, “simulacro” ou não lugar, um espaço “gentrificado” com edificações “históricas” a serem consumidas por turistas. Essa transmutação fez com que grande parte da população de origem tiradentina fosse excluída do “usufruto” da área central da cidade e com que os edifícios históricos ganhassem novas funções socioeconômicas.



### **3.1-Anos 1990: *marketing urbano* e a divulgação do “patrimônio histórico e arquitetônico” de Tiradentes no mercado turístico.**

O *marketing* urbano ocorre por meio de projetos de promoção das cidades, elaborados pelo poder público, publicitários, empresários etc. Ele visa à produção de imagens, na escala global, de “modelos” relativos à reestruturação do espaço urbano das cidades, em que determinados grupos sociais criam determinadas categorias de representação simbólica e de leitura do território urbano. Tais categorias e leitura influenciam e condicionam outros atores sociais, como novos empresários, na definição de estratégias relacionadas à produção da cidade-mercadoria, que está associada à chamada “reestruturação produtiva” da economia capitalista.

A “reestruturação produtiva” surge a partir da crise do modelo fordista, nos anos 1970. Ela fez emergir o aumento da mundialização do capital produtivo, através de um novo padrão flexível de acumulação de riqueza (PAVLICK, 2010). Tal padrão flexível criou um modelo diferente de apropriação espacial, através do enfraquecimento dos Estados Nacionais em controlar e proteger seus territórios. Isto quer dizer que os Estados Nacionais

[...] passaram [...] a ser representados cada vez menos como fronteiras defensivas de proteção de territórios politicamente delimitados, passando a ser vistos progressivamente como plataformas ofensivas para a economia mundial [...]. Mecanismos supranacionais [...] concorreram para uma relativa deslegitimação dos Estados Nacionais [...]. No âmbito das políticas públicas [...] substituiu-se a política operada em escalas abrangentes pelos procedimentos técnicos acionados em escalas locais e fragmentárias [...] (ACSELRAD, 2006, p. 15).

O enfraquecimento dos Estados Nacionais em proteger seus territórios contribuiu, principalmente a partir dos anos 1990, para a intensificação da competição interterritorial entre as cidades no mercado globalizado, competição essa que ocorreu através do aparecimento do *marketing* e empreendedorismo urbano, que têm como objetivo divulgar a imagem da cidade-mercadoria e fazer com que os diferentes territórios, que vão crescendo e surgindo em uma cidade, sejam submetidos a diversos modos de apropriação e de controle privado. A divulgação de imagens da cidade faz com que os significados impostos aos espaços urbanos condicionem o modo de apropriação espacial e quem irá usufruir dos diferentes territórios. A produção desses

espaços pode estar relacionada à construção de significados e obras de infra-estrutura que atraem e incentivam a implantação de empresas multinacionais nestes locais ou pode estar associado a um espaço dotado de “atrativo turístico” e que é “consumido” por turistas. Dessa ótica, Fernanda Sánchez ressalta que

[...] os espaços capturados pelas relações de produção capitalista, que são incorporados aos processos de reestruturação urbana em curso, podem se destinar à produção (por intermédio de obras de infra-estrutura, operações logísticas de otimização de fluxos produtivos e obras de modernização tecnológica que agregam densidade técnica aos lugares para atração de empresas multinacionais) ou propriamente ao consumo do espaço (por meio de operações vinculadas ao turismo e lazer, operações imobiliárias e, finalmente, operações voltadas ao consumo da cidade, estimuladas pela publicidade) (SÁNCHEZ, 2003, p. 45).

É importante relatar que essa transmutação do espaço em mercadoria é um processo inerente à globalização, que contribui para que o espaço urbano cada vez mais se torne mercadoria, ou seja, as diferentes cidades são vendidas na escala mundial. Tal venda, aliada a incentivos e estratégias, feitos por prefeituras e empresários, contribuem para que determinadas empresas e capitais se apropriem de alguns territórios dessas cidades. Nesse sentido, pode-se dizer que, nesse mercado de cidades, ocorre a reestruturação urbana, feita pelo poder político dos governos locais. A reestruturação (renovação urbana, infra-estruturas etc.) é uma forma de deixar a cidade mais “atraente”. Ela ocorre juntamente com a constituição das imagens e discursos referentes à cidade, que são difundidos pela mídia e nas políticas de *marketing* urbano, surgindo assim à promoção da cidade que gera um significado urbano positivo para os habitantes e atrai investidores (SÁNCHEZ, 2001).

Os significados de um território resultam de lutas travadas no campo simbólico e no campo econômico. Esses campos são o lugar de disputas de poder, onde diferentes grupos sociais e atores lutam pela imposição de significados e definições do mundo social. Nessa luta, os agentes se orientam pelos seus respectivos *habitus*, princípio subjetivo que orienta a forma como as pessoas percebem e avaliam o mundo social e, conseqüentemente, sua atuação sobre ele. O *habitus* surge a partir da socialização dos indivíduos que, compartilhando determinada posição social e trajetórias de vida, experimentam certa homogeneização de gostos e preferências e percepções do mundo social consonantes com os critérios construídos e impostos pelos grupos sociais a que pertencem (BOURDIEU, 1989). O *habitus* dá origem à possibilidade de entender uma

determinada construção de significações que, “ao serem interiorizadas pelos indivíduos, estruturam identidades<sup>34</sup> e, quando exteriorizadas, assumem função estruturante<sup>35</sup> da memória de uma sociedade”. (CESÁRIO; NOLLI, 2007, p. 3). Essas significações se tornam “instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento” (BOURDIEU, 1989, p. 11), assim como de poder de constituição simbólica do real, isto é, são portadoras da violência simbólica que está fundamentada em crenças surgidas no processo de socialização (Idem, 1989). Fernanda Sánchez destaca que

[...] o city marketing e a imposição de imagens urbanas tornadas dominantes contribui para o exercício da violência, especialmente em sua forma simbólica, pelas vias da comunicação e do conhecimento, violência nem sempre percebida por suas próprias vítimas. Com efeito, a discussão acerca dos processos de reestruturação urbana e da “necessidade de inserção competitiva das cidades” vem acompanhada por uma significativa mudança na linguagem relativa ao planejamento e à gestão [...] (SÁNCHEZ, 2001, p. 38).

Essa luta é inerente à renovação urbana, que impõe dominação e novas leituras para o espaço. Tal renovação é feita por meio de estratégias e projetos baseados nas parcerias público-privadas e que podem gerar e/ou reafirmar formas de inclusão e exclusão social, no que diz respeito ao uso e a apropriação dos diferentes territórios. Nesse sentido,

[...] esses espaços “dominados”, essas parcelas da cidade, determinam novas especializações, impõem modos de apropriação e comportamentos apoiados em representações que, em alguns casos, reforçam e em outros, determinam novas formas de inclusão e exclusão de grupos sociais. Na escala da cidade, as intervenções baseadas nas “parcerias público-privadas” constroem novas centralidades, pólos de atração que redimensionam o fluxo das pessoas e reordenam o consumo. Elas podem ser interpretadas como a expressão do movimento que transforma o espaço em mercadoria, produzindo o consumo do espaço (SÁNCHEZ, 2003, p. 47).

A venda do espaço urbano ou o *marketing* urbano vem acompanhado dos discursos de consciência de crise e de patriotismo cidadão. O primeiro está associado à ideia, que é absorvida pelo governo local, população e empresários, de que a cidade vive uma crise, que pode estar ligada à poluição, à falta de preservação do “patrimônio”, à falta de saneamento básico, ao desemprego etc. A partir desses “problemas”, deve

---

<sup>34</sup> A estruturação de identidade surge pelos “instrumentos estruturados que são os meios de comunicação (língua ou culturas, vs. discurso ou conduta)” (BOURDIEU, 1989, p. 16).

<sup>35</sup> Os instrumentos estruturantes são “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objectivo” (Idem, 1989, p. 16).

surgir uma reação, por parte da população, de busca de soluções. Nessa busca, os promotores do empreendedorismo urbano acionam a noção de patriotismo cidadão: os cidadãos, na ótica de pertencimento à cidade, passam a ver a preservação do patrimônio, os projetos de infraestruturas urbanas, entre outros, como algo importante e que lhes confere dignidade. Assim, aceitam projetos de promoção da cidade, a partir da interiorização do enunciado de que a renovação urbana, além de ser importante para a visualização de um lugar mais bonito a partir da venda da cidade pelos meios de comunicação, atrai investimentos de empresas multinacionais, de empreendedores turísticos e de promotores imobiliários que se instalam na cidade, podendo, assim, contribuir para o crescimento econômico e para a geração de empregos. Esses projetos, que são elaborados pelo poder público em “parceria” com empresas privadas, contribuem para a criação de um “modelo” de cidade. Nesse sentido, podemos ressaltar que o *marketing* urbano está associado à forma como as cidades passam a ter uma função parecida à de uma empresa, isto é, os prefeitos criam atrativos cada vez melhores em determinados territórios de suas cidades, para não perderem seu lugar no mercado globalizado (VAINER, 2000).

Dessa forma, é relevante destacar que um dos fatores importantes para o *marketing* urbano é a criação de imagens que produzem a representação da cidade por meio de campanhas publicitárias, fomentando o sentimento de patriotismo cidadão e solicitando a participação e apoio dos cidadãos no que diz respeito ao projeto de cidade que será realizado (FERNANDES, 1998). Para Fernanda Sánchez, ao se referir a este *marketing*,

[...] não são apenas fragmentos do espaço urbano que entram nos fluxos mercantis, incorporados de acordo com interesses locais específicos e respectivas estratégias de acumulação de empreendedores imobiliários, agentes empresariais multinacionais ou empresários do turismo. São as cidades que passam a ser “vendidas” dentro das políticas do Estado que, no atual regime de acumulação capitalista, procura cumprir com uma agenda estratégica de transformações exigidas para a inserção econômica das cidades nos fluxos globais. Nesse contexto, não basta renovar as cidades, é preciso vendê-las e, ao fazê-lo, vende-se a imagem da cidade renovada. “Colocar as cidades no mapa do mundo” passou a ser uma meta recorrente dos governos locais, um objetivo ordenador das “ações estratégicas” que concentram na cidade mercadoria a possibilidade de “transcender as crises” produzidas pela reestruturação econômica e construir um futuro de progresso e recuperação econômica sintonizado com as exigências da nova ordem mundial, de modo a viabilizar o crescimento econômico em novos parâmetros [...] (SÁNCHEZ, 2003, p. 50).

A competição das cidades no mundo globalizado ocorre mediante a transformação da linguagem associada ao planejamento e as estratégias de mudança urbana. Isso quer dizer que as imagens do espaço urbano e o “modelo” de cidade que são construídos pelos promotores territoriais são difundidos, em âmbito global, por meio da mídia e do empreendedorismo ou *marketing* urbano, que podem exercer domínio sobre a vida coletiva cidadina. Segundo David Harvey, dentro desse “modelo” empreendedorista, pode-se destacar algumas estratégias, como, por exemplo, as vantagens (isenção de impostos, doação de terrenos etc.) criadas pelos governos locais e que facilitam e atraem investimentos nacionais e internacionais. O autor afirma que, na ótica do capitalismo contemporâneo, a parceria público-privada é algo empregado nos projetos de renovação e intervenção urbana, projetos esses que estão relacionados à especulação dos territórios da cidade associada às estratégias políticas e ao desenvolvimento econômico de determinado espaço urbano. Ele salienta que a intervenção e renovação urbana são consequências do empreendedorismo governamental, ou seja, da intensificação da atuação dos poderes públicos locais em determinados territórios. Tal atuação está voltada para a competição entre as cidades (HARVEY, 1989). Para Carlos Vainer, nesse sentido, a cidade se torna

[...] mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto se implicaria que o chamado *marketing* urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos [...] (VAINER, 2000, p. 78).

É essa venda e o processo de renovação urbana que vão criar o “modelo” de cidade, que pode estar associado a uma cidade industrial, a uma cidade comercial, a uma cidade turística etc., contribuindo, assim, para o surgimento de uma nova história territorial urbana, fundamentada na mudança espacial e na construção de paisagens voltadas para o turismo e para o lazer, de *shoppings* centers, de indústrias multinacionais, entre outros.

Dessa ótica, segundo Pedro Novais Lima Junior, essa transformação territorial é consequência das diferentes representações do espaço urbano. Tais representações influenciam a forma como os cidadãos enxergam a paisagem urbana e, ao mesmo tempo, condicionam os seres humanos a se apropriarem de determinados territórios de

acordo com os novos significados territoriais construídos pelos sujeitos históricos e voltados para o “desenvolvimento econômico”. As imagens dão ênfase a alguns aspectos e excluem outros. Esses aspectos estão associados à construção do “modelo” de cidade, que responde aos interesses dos atores sociais e políticos hegemônicos, que direcionam a produção simbólica e espacial dos territórios (LIMA JUNIOR, 1999). Dessa ótica, a cidade fica em

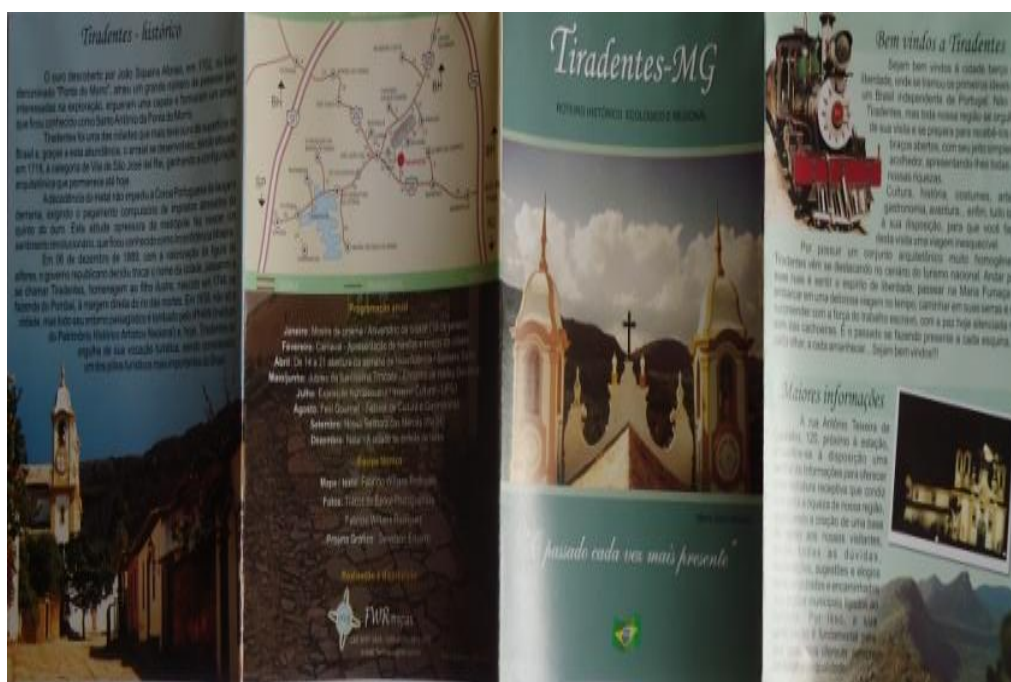
[...] evidência devido às disputas políticas pela definição do lugar da política. Nessas disputas intervém a força de representações espaciais sobre o espaço econômico. [...] essas representações configuram-se como forças socialmente objetivas, uma vez que se concretizam em instituições e programas institucionais, em planos e projetos relativos à questão local, a questão do desenvolvimento local [...] (LIMA JUNIOR, 2003, p. 144-145).

No caso das cidades ditas “históricas”, muitas vezes, o “modelo” de cidade vem acompanhado da venda das arquiteturas e monumentos “históricos” voltada para o mercado turístico. Isto ocorre a partir do *marketing* urbano que, por meio dos meios de comunicação (jornais impressos, internet, *folders*, TV etc.), cria um enunciado e nova significação dos edifícios “históricos” e divulga as imagens dessas edificações em âmbito nacional ou internacional. Essa imagem atrai turistas de várias localidades, que passam a ver esses edifícios como parte da “história” do país. Assim, os turistas, com objetivo de conhecer de perto essa “história”, são induzidos a se deslocar para essas cidades e acabam “consumindo” o espaço urbano composto por edificações ditas históricas (CIFELLI, 2005).

Em Tiradentes, o *marketing* urbano relacionado aos edifícios “históricos” da área central se intensifica em meados da década de 1990. Esse *marketing* valeu-se da produção de “eventos”, tais como a Mostra de Cinema e o Festival Internacional de Gastronomia, assim como da divulgação da cidade “histórica” em jornais impressos, internet e TV, em âmbito nacional e internacional. Segundo depoimento do ex-secretário municipal de Turismo, Ralph Justino, colhido em abril de 2012, o projeto de desenvolvimento turístico da cidade data de 1980; contudo, somente a partir de meados de 1990 se intensificam a divulgação da cidade pelos meios de comunicação e o processo de transformação da área central, com grande parte das residências se transmutando em estabelecimentos comerciais.

Nesse sentido, surgiram *folders* (ver **Figuras 5, 6 e 7**), produzidos pela prefeitura, que circulavam em outras cidades e divulgavam, por meio de imagens, o “patrimônio arquitetônico e histórico” da cidade, a Maria-Fumaça que liga Tiradentes à vizinha São João del-Rei, a Mostra de Cinema e o Festival Internacional de Gastronomia. O mesmo papel era cumprido pelo jornal *Tiradentes*, que foi criado em 1997 e tinha circulação mensal. Suas edições de junho e dezembro de 1997, de abril, junho e agosto de 1998, de abril, maio (ver **Figura 8**), julho e setembro de 1999 (ver **Figura 9**) e de fevereiro de 2000 (ver **Figura 10**) exibiam, todas elas, na capa do periódico, imagens e manchetes relacionadas às edificações “históricas” ou à Maria Fumaça, elementos que atrairiam turistas a Tiradentes, apresentada como cidade “autêntica” e “histórica”, “dos séculos XVIII e XIX”.

**Figura 5.** Folder que divulga a Maria Fumaça e as edificações “históricas” de Tiradentes, MG.



Fonte: Acervo particular do professor Luiz Cruz.

**Figura 6.** Folder que divulga a 1ª Mostra de Cinema de Tiradentes.



Fonte: Acervo particular do professor Luiz Cruz.

**Figura 7.** Folder que divulga o II Festival de Cultura e Gastronomia de Tiradentes.



Fonte: Acervo particular do professor Luiz Cruz.



**Figura 8.** Jornal divulgando o “patrimônio arquitetônico e histórico” no mercado turístico.



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**Figura 9.** Jornal divulgando o “patrimônio arquitetônico e histórico” no mercado turístico.



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**Figura 10.** Jornal divulgando o “patrimônio arquitetônico e histórico” no mercado turístico.



**Fonte:** Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nos excertos dessas edições, além de divulgar o patrimônio “histórico” para o mercado turístico, por meio da imagem e de textos relacionados aos monumentos da cidade, houve a divulgação da Serra de São José, do Festival Internacional de Cultura e Gastronomia e da Mostra de Cinema. Dentre esses excertos, citaremos alguns. Na edição de junho de 1997, procura-se demonstrar como vale a pena conhecer Tiradentes e apreciar a arquitetura “barroca”, apreciação que se torna importante tanto para mente quanto para o corpo. Dessa ótica, ao se referir ao centro “histórico” da cidade, o excerto diz o seguinte

[...] ares diferentes, gente interessante, casarões de quase três séculos [...], comida selecionada, pouso aconchegante, arte para tudo quanto é lado, clima romântico, luar elegante, ruas charmosas... tudo isso é Tiradentes [...]  
(TIRADENTES, junho de 1997, nº 3).

Na edição de dezembro desse mesmo ano é relatado que a

[...] a pequena cidade de Tiradentes oferece a você o aconchego das deslumbrantes pousadas, deliciosos pratos em diversos restaurantes, a beleza do artesanato local além de um cenário colonial cercado de natureza por todos os lados [...] (TIRADENTES, dezembro de 1997, nº 9).

Complementando essa ideia, os excertos do *Tiradentes* dos meses de abril e de junho de 1998 dizem o seguinte

[...] Tiradentes é uma cidade onde a arte, a cultura, a natureza e a nostalgia se encontram em suas ruas charmosas e tranquilas [...]. Por essas ruas estreitas, calçados de grandes lajedos, onde tudo acontece sem pressa, você pode ver os casarões avarandados e imaginar como era a vida de Tiradentes na época do ouro [...] (TIRADENTES, abril de 1998, nº 13).

[...] Tiradentes tem uma boa infraestrutura para receber os turistas. A cidade oferece inúmeras pousadas e restaurantes com pratos variados, além de lojas de artesanato local. Os passeios podem ser feitos na Serra de São José, acompanhado de um guia. As igrejas históricas estão sempre abertas para visita, inclusive nos fins de semana e feriados. Outros pontos turísticos são: o Chafariz, a Cadeia Pública, o Museu Padre Toledo dentre outros [...] (TIRADENTES, junho de 1998, nº 15).

No que se refere aos eventos da Gastronomia e da Mostra de Cinema, os excertos dos meses de julho de 1999 e fevereiro de 2000 destacam

[...] Tiradentes, com seu clima agradável de montanha, sua arquitetura barroca e ótima infraestrutura turística de pousadas, hotéis e restaurantes, é o cenário ideal para um sedutor evento cultural e gastronômico [...]. Tendo como objetivo levar a Tiradentes artistas de todas as áreas e grandes chefes de expressão internacional, o II Festival de Cultura e Gastronomia terá lugar no mês de agosto de 1999 (TIRADENTES, julho de 1999, nº 28).

[...] a Mostra de Cinema de Tiradentes, em sua terceira edição, abriu oficialmente o calendário de eventos audiovisuais de 2000. A Mostra consolida-se como maior painel do cinema brasileiro e representante oficial de Minas Gerais no circuito de eventos audiovisuais nacional, de acordo com o Fórum Brasileiro de Realizadores de eventos audiovisuais [...] (TIRADENTES, fevereiro de 2000, nº 35).

Esses eventos, juntamente com o *marketing* urbano da venda das arquiteturas “históricas” da cidade, fez com que a área central fosse ganhando nova função, ou seja, os edifícios residenciais foram, aos poucos, se transformando em estabelecimentos comerciais e o centro “histórico” se tornou atrativo turístico, fazendo com que se intensificasse a transmutação urbana desse local. Segundo Ralph Justino (ex-Secretário de Turismo da cidade), em uma entrevista dada a Hércio Ribeiro Campos, no dia 23 de outubro de 2003,

[...] a presença de Yves Alves, antigo diretor da TV Globo Minas, na década de 1980, foi um ponto positivo para o patrimônio histórico de Tiradentes. Com ajuda dele, a Fundação Roberto Marinho realizou restaurações em inúmeros imóveis. Nesta fase, o turismo da cidade começou a se intensificar, mas os Festivais de Cinema e Gastronomia, que começaram a ser realizados por volta do ano de 1995, foram responsáveis pela demanda potencial existente nos dias atuais [...] (CAMPOS, 2006).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que esses eventos contribuíram para o aceleramento do processo de divulgação da imagem de Tiradentes, em Internet, jornais impressos, *folders*, grandes emissoras de TV etc., em âmbito nacional e internacional. Segundo o excerto da edição de abril de 1999 do jornal *Tiradentes*, o patrimônio “histórico” e a cidade, a partir de investimentos feitos pelo poder público local, passaram a ser divulgados, no final do ano de 1999, por grandes jornais e redes de televisão, como observado na citação abaixo:

[...] Tiradentes é hoje motivo de orgulho não só para os tiradentinos como para todos os brasileiros. Para que a cidade viesse sediar eventos importantes do calendário cultural do país como o Festival de Gastronomia e a Mostra de Cinema, muita coisa teve que ser feita [...]. A prefeitura, além de tentar resolver os problemas básicos como saúde, educação, transporte, estradas e outros desafios, tem investido na divulgação da cidade em grandes jornais como Folha de São Paulo, O Globo, Estado de Minas, o Tempo, e em redes de televisão como Bandeirantes e Globo. (TIRADENTES, abril de 1999, nº 25).

É essa divulgação feita por esses jornais, redes de televisão, internet que possibilitou, na virada do século XX para o XXI, a intensificação do processo de transformação do “centro histórico” da cidade, que foi se tornando território “mercantilizado” e voltado para o turismo.

### **3.2-A “mercadorização” do “núcleo histórico” de Tiradentes e a segregação sócio-territorial.**

É importante ressaltar que a “mercadorização” de núcleos urbanos “históricos”, voltada para o turismo, vem acompanhada do processo de intervenção urbana. Esse processo para alguns autores está relacionado à “revitalização” dos “edifícios históricos”, que se tornam “mercadorias” a serem consumidas pelos turistas. Já para outros, ele está associado à refuncionalização que essas edificações ganham na ótica do turismo.

Segundo Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro e Cristiane Alcântara de Jesus Santos, o processo de “revitalização” está associado à restauração das formas físicas das edificações ou de locais “degradados”. Para as autoras este processo tem como objetivo tornar estes locais propícios à realização de atividades voltadas para o turismo e o lazer (PINHEIRO; SANTOS, 2012). Complementando essa ideia, Tarcísio Botelho explica que a “revitalização” vem acompanhada do *marketing* urbano de venda da marca das “cidades históricas” e faz com que o “patrimônio cultural e histórico” tenha valor “mercadológico”. Para o autor

[...] as propostas de revitalização têm ocupado um importante lugar para a compreensão da dinâmica urbana contemporânea dada à frequência e a abrangência que elas têm conhecido. Nas últimas décadas, estes processos têm se caracterizado por incorporarem a cultura como conteúdo diferenciador das várias experiências de revitalização. Neste sentido, o patrimônio histórico, as tradições locais, a cultura popular e outros elementos têm se transformado em mercadoria altamente valorizada no mundo contemporâneo. Uma ambigüidade latente nos processos de revitalização situa-se na tensão entre o local e o global. No cenário altamente competitivo da atual fase da economia de mercado, as cidades precisam se destacar através de um diferencial (a expressão tão cara aos defensores do *marketing*, inclusive o das cidades). A valorização da tradição e da cultura local tem sido um dos mais explorados. Mas, uma vez que o modelo difundido no mundo é o mesmo (os centros precisam se revitalizar para tornar as cidades competitivas), o que se observa em muitos casos é o comprometimento da diferenciação que existia em cada sítio, seja no aspecto cultural e dos usos e costumes locais, seja no plano urbanístico e arquitetônico [...] (BOTELHO, 2005, p. 53).

Essa “revitalização” faz com que os edifícios “históricos” ganhem novos significados, que resultam, socialmente, das atividades de determinados atores que, orientados por projetos ideológicos, obtiveram a posse da enunciação e da capacidade de atribuir significados a determinadas edificações. Tais significados fazem com que alguns imóveis se tornem importantes para a “história” e ganhem valor “mercadológico” voltado para mercado turístico das “cidades históricas”. Eles contribuem para a intensificação do *city marketing*, ou *marketing* urbano, da venda do território “revitalizado” no “mundo globalizado”. Para Irllys Alencar Barreira, a “revitalização” e “mercantilização” dessas áreas fazem com que as edificações “históricas” se tornem palcos de representações do passado de acordo com os interesses econômicos, por parte de publicitários, prefeitos, empresários, etc., voltados para as atividades turísticas do presente. Dessa ótica,

[...] no curso das transformações atuais do espaço urbano, percebe-se que a recuperação de locais e tradições que compõem a "história" de diferentes cidades emerge com intensidade. As cidades parecem construir "palavras de ordem" referentes à preservação, antes que o passado fique apenas retido em memória longínqua, sem o monumento objetivo de referência. Subjacente às estratégias de conservação de espaços, considera-se tanto a valorização das "ruínas" como a chamada revitalização que, muitas vezes, aponta a recuperação de usos coletivos dotados de novas funções, sobretudo voltadas para o lazer ou para consumo [...] (BARREIRA, 2003, p. 320).

Há autores que, ao se referir a essa “mercantilização” e intervenção urbana, acreditam que o termo correto a ser utilizado é o de refuncionalização, pois este já inclui a “revitalização”. Maria Tereza Duarte Paes Luchiari, por exemplo, explica que a intervenção urbana tem diversidade de conceitos. Ela ressalta que muitos autores utilizam

[...] os termos revitalização e requalificação, embora alguns considerem que a requalificação não se limita a restauração das formas, como ocorre na revitalização. Os termos enobrecimento e gentrificação são mais específicos para os processos de renovação e elitização de áreas centrais urbanas [...] (LUCHIARI, 2005, p. 103).

Ao se referir à “mercantilização” dos edifícios “históricos” voltada para o turismo, Maria Duarte Paes Luchiari salienta que o espaço urbano, composto por essas edificações, ganhou uma refuncionalização. Para ela, a concepção de refuncionalização é pertinente, pois está presente em todos os outros processos. A autora ainda explica que a apropriação das edificações “históricas”, na ótica do turismo, segue a conduta de transmutação do patrimônio “histórico” em “mercadoria” e que a refuncionalização desses edifícios está voltada para o consumo por parte do turista e não para as práticas de pertencimento e de relação entre patrimônio “histórico” e populações locais (Idem, 2005).

Everaldo Batista da Costa, no que diz respeito a esse processo de transformação urbana das cidades “históricas”, afirma que as edificações passaram pelo processo de refuncionalização, que atende aos interesses econômicos e insere os núcleos “históricos” no mercado global de competição entre as cidades, a partir do turismo, sobretudo o cultural. Para o autor, o espaço geográfico ganha diversas funções no decorrer do tempo histórico, funções essas que se efetivam por meio das ações sociais, que criam valores materiais e simbólicos para o território, que atendem às necessidades socioeconômicas de determinado período. Dessa ótica, pode-se dizer que, no caso da

transformação urbana dos núcleos “históricos”, essas necessidades socioeconômicas fizeram com que os edifícios “históricos” ganhassem valores simbólicos e materiais voltados para o mercado global do turismo e que não se preocupam com uma suposta “veracidade” do passado, mas sim com a construção da imagem de um local que passa a sensação de pertencimento “histórico” e atrai o turista que passa a consumir as edificações “históricas” “mercantilizadas”. Assim,

[...] reconhecendo que a refuncionalização do patrimônio nas cidades históricas o faz adquirir valor de mercado, entende-se que pode ocorrer um descompromisso com o passado, com o lugar e com as pessoas, através de uma nova tendência global que estabelece a mundialização dos lugares, de todos os valores, relações e da própria cultura [...] (COSTA, 2008, p. 71-72).

Segundo esse autor e, também, de acordo com Francisco Capuano Scarlato, essa “mercantilização” pode ser chamada de quarta fase de produção do patrimônio no Brasil. Esses autores explicam que a construção do patrimônio passa por quatro fases distintas: Gênese Colonial do Patrimônio, Produção Simbólica do Patrimônio, Projeção Inicial do Patrimônio e Censuração Progressiva do Patrimônio. A primeira está relacionada ao surgimento, nos séculos XVI e XVII, dos primeiros arraiais e vilas no litoral e da ocupação filiforme e talassocrática do território e, posteriormente, nos séculos XVIII e XIX, à expansão espacial e a busca de metais preciosos, “com a ocupação dos “fundos territoriais”, com o ouro e os diamantes, na região das Geraes, onde forma-se uma estrutura com funções e dinâmicas tipicamente urbanas” (COSTA; SCARLATO, 2009, p. 15). A segunda acontece nas décadas de 1930-1950, período em que ocorre a busca de símbolos capazes de registrar a trajetória de um novo “Estado-nação”, quando é criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o barroco mineiro se torna a expressão máxima de identidade nacional. A terceira está associada às décadas de 1960 a 1990, quando o patrimônio passa a ser importante para o desenvolvimento local e regional voltado, sobretudo, para atividades relacionadas ao turismo. A quarta ocorre no fim do século XX e início do XXI, momento em que o patrimônio “histórico” e a cultura se tornam “mercantilizados” e estão voltados para o mercado globalizado do turismo (Idem, 2009).

No entanto, no que diz respeito a essa quarta fase, pode-se dizer que, muitas vezes, ela ocorre mediante parcerias entre poderes públicos locais e instituições privadas relacionadas às intervenções urbanas, tais como as fundações, como a Fundação

Roberto Marinho, empresas e bancos, como BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Como exemplo das parcerias entre poderes públicos locais e instituições privadas, podemos citar o projeto *Cores da cidade*, que, nos anos 1990, a partir dessas parcerias, tinha como objetivo “revitalizar”<sup>36</sup> algumas cidades “históricas” do Brasil e conscientizar a população brasileira sobre a importância de se “conservar” algumas edificações. Na ótica desse projeto, vários edifícios de determinados territórios de cidades do nosso país foram “revitalizados”. Dentre esses territórios, destacamos o Pelourinho (Salvador<sup>37</sup>), o Bairro do Recife Antigo (Recife) e a rua Sete de Setembro (Rio de Janeiro) (LEITE, 2002).

Segundo Rogério Proença Leite, logo após o processo de “revitalização” do Pelourinho em 1992,

[...] a imprensa nacional noticiava que havia chegado a vez do Recife. Seria “revitalizado” naquela cidade exatamente um Bairro que fora, em 1910, reconstruído segundo o modelo da Paris de Haussmann. Entre os meses de abril e maio daquele ano, os jornais divulgavam que estava sendo assinado um acordo com a Fundação Roberto Marinho e a empresa Akzo do Brasil (Tintas Ypiranga) para pintar as fachadas do Bairro do Recife Antigo. O Projeto Cores da Cidade, que no mesmo ano também se iniciava no Rio de Janeiro, foi um dos primeiros resultados práticos da nova etapa de “revitalização” do Bairro. A operacionalização do projeto consistia no sistema de parcerias: a Akzo doava as tintas, os proprietários arcavam com a mão-de-obra, a prefeitura supervisionava as reformas e garantia incentivos fiscais aos proprietários que participassem do projeto, e a Fundação Roberto Marinho (FRM) assegurava a divulgação das reformas em rede nacional de televisão [...] (Idem, 2002, p. 116).

O autor ainda explica que, juntamente com essa “revitalização”, o bairro do Recife Antigo foi se tornando “nobre”, valorizado, “mercantilizado” e experimentou intensa transformação, no que diz respeito ao seu uso funcional, isto é, por meio do *marketing* urbano os edifícios “históricos” desse bairro foram transmutando em espaço de lazer voltado para o consumo (Idem, 2002). A transformação dessas edificações em

---

<sup>36</sup> Aqui, nesse caso, estamos utilizando o conceito de “revitalização”, conceito esse salientado por Rogério Proença Leite (LEITE, 2002).

<sup>37</sup> Segundo Paula Marques Braga e Wilson Ribeiro dos Santos Júnior, “as instituições envolvidas no Projeto de Revitalização do Pelourinho eram a princípio o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador e a Prefeitura da cidade. Foram ainda envolvidos diretamente com o projeto o Governo do Estado da Bahia, os proprietários dos imóveis, as organizações culturais e sociais e os proprietários de negócios na área. O projeto foi ainda apoiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através do Programa Monumenta, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)” (BRAGA; JUNIOR, 2009, p. 25).



algo a ser consumido é uma característica, principalmente, dos anos 1990 e não se realizou somente na cidade de Recife, mas também em várias outras cidades “históricas” brasileiras, tendo como alguns exemplos a cidade do Rio de Janeiro (bairro da Lapa) (MARTINS; OLIVEIRA, 2008), Ouro Preto (centro “histórico”) (CIFELLI, 2005), Salvador (Pelourinho) (NOBRE, 2003), Diamantina<sup>38</sup> (centro “histórico”) (COSTA, 2010), entre outras. Nessa perspectiva, percebe-se que

[...] o Plano Revitalização do Bairro do Recife repetiu, a exemplo de outras cidades históricas no Brasil [...], uma tendência que tem se proliferado nas duas últimas décadas, cujo resultado mais visível tem sido uma contínua alteração da paisagem urbana com a transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. Antigas áreas “marginais” das grandes cidades vão abrigando complexos centros de lazer, com bares, restaurantes, galerias de arte e lojas de artesanato [...] (LEITE, 2002, p. 11).

Outro estudo relacionado às intervenções urbanas e venda da “marca” das “cidades históricas” no mercado globalizado do turismo é o de Eder Jurandir Carneiro, Dayse de Souza Leite e Denis Pereira Tavares (CARNEIRO; LEITE; TAVARES, 2010). Esses autores estudam a cidade de São João del-Rei, Minas Gerais. Para eles, essa cidade se insere no mercado global do turismo, no século XXI, a partir da venda da imagem da Estrada Real e da “marca” de Capital Brasileira da Cultura (título recebido por São João del-Rei, no ano de 2007). O projeto de intervenção urbana tenta interligar tradição e modernidade, ou seja, a política de desenvolvimento turístico e de competitividade de São João del-Rei nos mercados nacionais e internacionais - desenvolvida por promotores do território, como prefeito, secretário de cultura, “produtores culturais” etc. - surge por meio de “revitalizações” de edificações “históricas” e investimentos em infra-estruturas voltadas para reformulações e construções contemporâneas, como a recente reforma e ampliação do Aeroporto Regional Prefeito Octávio Neves e a construção do *Shopping Center* da cidade<sup>39</sup>.

Em Tiradentes pode-se dizer que esse processo se intensifica em meados dos anos 1990. No ano de 1997, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reformula as normas de uso e ocupação do solo urbano da cidade, dividindo Tiradentes

---

<sup>38</sup> É importante lembrar que no caso de Diamantina, Everaldo Batista da Costa utiliza o conceito de refuncionalização do “centro histórico”.

<sup>39</sup> O prédio desse *Shopping* é composto por estilos arquitetônicos modernos e coloniais (CARNEIRO; LEITE; TAVARES, 2010).

em 8 setores (ver **Mapa 1**). O núcleo considerado como histórico se inseriu no setor 1 (ver **Mapa 2**), setor estudado nessa pesquisa e que mais intensamente sofreu o processo de “mercantilização”. Nessa ótica, o setor 1 esteve relacionado ao traçado urbano tradicional, isto é, aos eixos de consolidação do núcleo setecentista da cidade, onde se concentram os edifícios mais antigos. Ele é o local mais densamente ocupado que, na sua relação com a paisagem natural, tornou-se responsável pela série de atividades socioeconômicas voltadas para o turismo (IPHAN, 1997).

**Mapa 1.** Uso e ocupação do solo urbano de Tiradentes, MG.

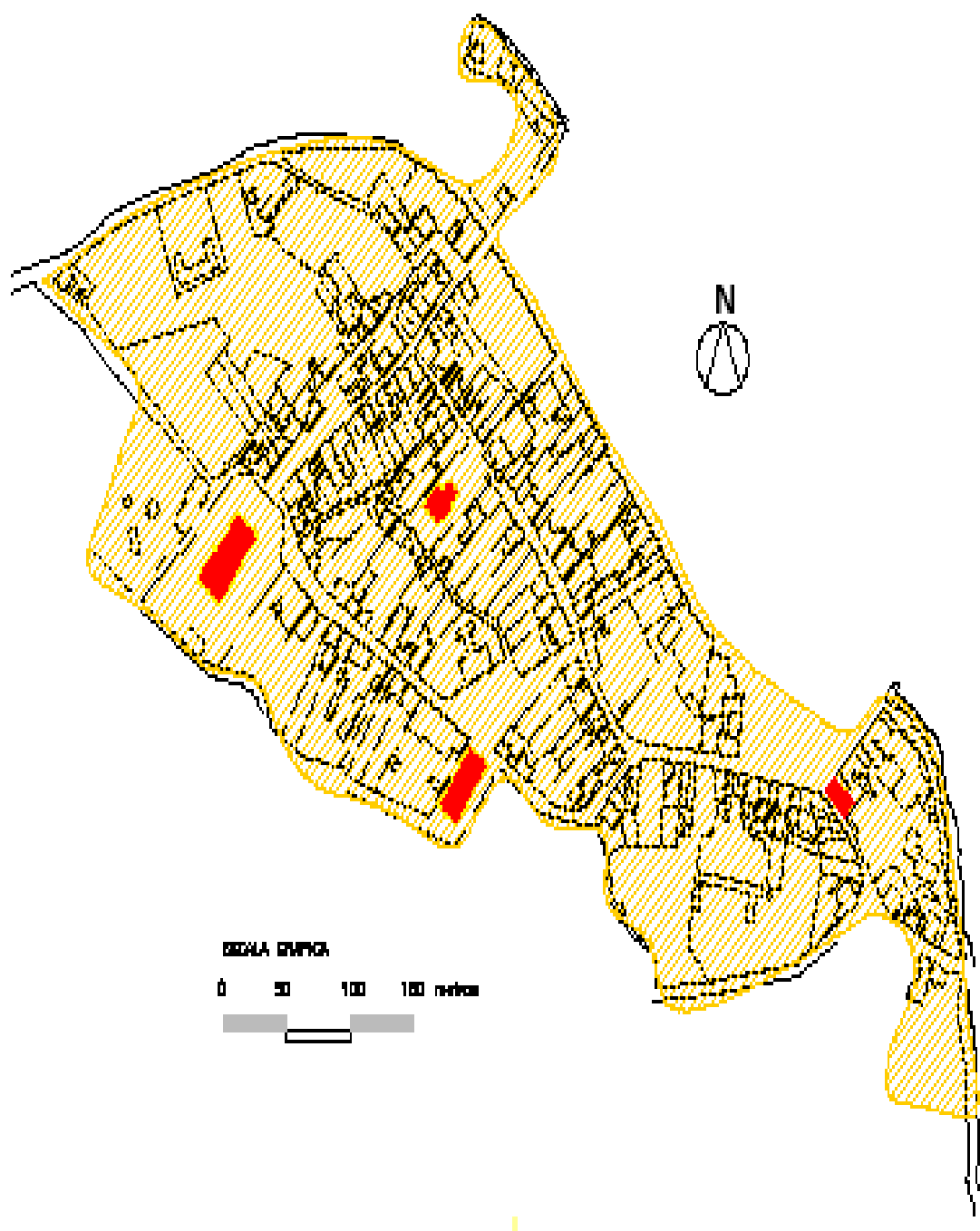
## SETORES



- setor 1
- setor 2
- setor 3
- setor 4
- setor 5
- setor 6
- setor 7
- setor 8

Fonte: IPHAN, 1997.

**Mapa 2. Setor 1 de Tiradentes.**



Fonte: IPHAN, 1997.

Na década de 1990, as edificações, inseridas dentro do setor 1 começaram a passar por um intenso processo de transformação urbana<sup>40</sup> e “revitalizações”. Essas “revitalizações” foram feitas pelos empresários, em grande parte forâneos, que abriram estabelecimentos comerciais na cidade. Ocorreram também, nesse período, parcerias entre poder público e instituições privadas, como a Fundação Roberto Marinho e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). As parcerias tinham como objetivo o recebimento de verbas ou a criação de projetos voltados para a restauração de monumentos históricos, como as igrejas e casarios. Um exemplo de produto dessa parceria foi à restauração da Igreja da Matriz Santo Antônio, no ano de 1999, feita pela Fundação Roberto Marinho, em convênio com o BNDES (TIRADENTES, ABRIL DE 1999, Nº 25).

Ainda nessa década, no ano de 1997, foi criado o Centro Cultural Yves Alves (ver **Foto 8**), na rua Direita. A construção do centro cultural era proposta de Yves Alves, que faleceu no ano de 1996. Nesse sentido, o Centro Cultural recebeu seu nome em homenagem ao seu idealizador. Ele foi construído por iniciativa da Sociedade dos Amigos de Tiradentes, da Fundação Roberto Marinho, da Prefeitura Municipal e da Rede Globo Minas Gerais (GUIMARÃES, 2010).

---

<sup>40</sup> Essa afirmação é fundamentada nos depoimentos de ex-moradores do centro histórico de Tiradentes, do ex-secretário de turismo Ralph Justino e do pesquisador do IPHAN, Olinto Rodrigues Santos Filho.

**Foto 8.** Centro Cultural Yves Alves.



**Fonte:** <http://www.panoramio.com/photo/acessado no dia 08/09/12>.

Os eventos (teatros, exposições etc.) que aconteciam no Centro Cultural passaram a ser divulgados pela Rede Globo. Isso ocorreu devido à reforma do Centro ter sido feita pela Fundação Roberto Marinho, em parceria com a prefeitura de Tiradentes e rede Globo Minas. A divulgação desses eventos, juntamente com a do “Centro Histórico”, das igrejas, da Mostra de Cinema, do Festival Internacional de Cultura e Gastronomia, pelos meios de comunicação (jornal impresso, Rede Globo e Bandeirantes, internet etc.), foi fazendo com que a cidade se inserisse na competição interterritorial e interlocal do mercado global turístico, passando a atrair turistas de todos os cantos do Brasil e do mundo. Complementou e intensificou a divulgação da cidade e a atração de turistas a gravação de minisséries, novelas e filmes na cidade pela Rede Globo. Nesse sentido, Jaisa Bolson e Marta Ferreira destacam que

[...] a Rede Globo foi fundamental para que Tiradentes ficasse conhecida nacionalmente. Na década de 90 inúmeras produções da Rede Globo foram rodadas em Tiradentes, entre elas: Memorial de Maria Moura (mini-série); Hilda Furacão (mini-série); Rabo de Saia (mini-série); Amor e Cia (filme); Coração de Estudante (novela); O Menino Maluquinho (filme). Além disso, algumas campanhas de divulgação do município foram veiculadas na rede

Globo, entre elas “Tiradentes – Visite esta emoção” [...] (BOLSON; FERREIRA, 2006, p. 7).

Algumas edições do jornal *Tiradentes* também divulgavam essas minisséries, novelas, filmes etc. Assim, um excerto da edição de agosto de 1998 diz o seguinte:

[...] saiu de cena a minissérie Hilda Furacão, que teve vários capítulos em Tiradentes, mas a cidade ainda continua em cena na telinha em outra minissérie: Memorial de Maria Moura que também tem como cenário a bela e antiga Tiradentes [...] (TIRADENTES, agosto de 1998, nº 17).

Em maio de 1999, um excerto do jornal *Tiradentes*, ao divulgar o filme “Tiradentes”, gravado na cidade, ressalta

[...] A Imagem de Tiradentes – Em Busca do Rosto Perdido [...] O filme sobre o herói da Inconfidência Mineira retrata as diversas faces do mito histórico... [...] Sua figura mudava radicalmente através dos tempos. O que mais admiro nele é o conjunto de sua pessoa, seus atos, sua vida, esta coisa mal situada, sem rosto, essa mistura de sucesso e fracasso, diz o diretor [...] (TIRADENTES, maio de 1999, nº 26).

Essas ações de divulgação da cidade foram fazendo com que, aos poucos, empresários, principalmente de outras cidades, investissem no centro “histórico”. Tais empresários abriram restaurantes, lojas e pousadas na área central. Isso fez com que se intensificasse a “revitalização”, empreendida por esses empresários, das fachadas das edificações e se gerassem conflitos de concepções entre proprietários, agentes da preservação e promotores do desenvolvimento turístico. Segundo depoimentos coletados no ano de 2007, alguns empresários afirmam haver influenciado a conservação do centro “histórico” de Tiradentes, já que, ao abrir os estabelecimentos, tiveram que fazer reformas nos edifícios e preservar as fachadas. Além do mais, eles argumentam que teriam contribuído para o desenvolvimento do turismo na cidade (NEVES, 2007).

Para essa pesquisa de dissertação, procuramos cinco empresários do centro histórico que tiveram problemas com o IPHAN. No entanto, não foi possível entrevistá-los, pois eles apresentaram resistências (fato que, em si mesmo, indica a presença de tensões). Conseguimos entrevistar um empresário paulistano que possui estabelecimento comercial nas proximidades do “centro histórico” e que pediu para que não se identificasse seu nome e nem o tipo do estabelecimento. Esse empresário enfrentou problemas com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Segundo ele, a forma como o IPHAN embarga obras na cidade seria algo estranha, pois algumas pessoas, que têm um pouco a mais de dinheiro, poderiam fazer o que quisessem, construindo “de qualquer jeito”, em desrespeito às normas patrimoniais. Já outras pessoas são processadas pelo órgão e têm suas obras paralisadas, quando fazem reformas ou construções que vão contra os princípios de preservação. No estabelecimento comercial desse empresário, por exemplo, uma obra foi embargada de forma inadequada. Só posteriormente, os funcionários do IPHAN perceberam seu erro e o órgão liberou o reinício da obra.

Para um arquiteto da cidade, que coordena a realização de obras para vários empresários, existem conflitos entre preservação e desenvolvimento turístico. Para ele, a preservação e o turismo são inerentes um ao outro, pois a preservação é feita para que o turista possa admirar e observar a história de um local. O arquiteto diz que os conflitos existentes ocorrem pelo motivo de que os empresários querem expandir seus estabelecimentos por meio de novas construções e obras. Ainda ressalta que foram esses empresários que, na maioria forâneos, vieram para a cidade a partir dos anos 1980 e fizeram com que a cidade ficasse muito mais bonita e preservada. Nas palavras dele, o conflito existe a partir do momento em que

[...] o empresário [...] quer fazer mais uma casinha. O hoteleiro quer botar mais um quartinho no hotel dele. O dono do restaurante quer botar mais uma mesinha no restaurante dele. O dono da loja quer colocar mais uma vitrine. Todo mundo quer crescer [...].

É esse crescimento, segundo esse arquiteto, que permitiu que esses empresários construíssem edificações além do espaço permitido, fazendo com que o IPHAN embargasse obras. Ele ainda ressalta que, de 1980 até hoje, período em que se iniciou a vinda dos empresários para a cidade, Tiradentes se tornou muito mais preservada e charmosa para quem vem conhecê-la e visitá-la. Mas, para ele, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não acha isso bom.

Segundo o pesquisador e membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Olinto Rodrigues Santos Filho, existe uma tensão de conflito entre empresários de empreendimentos ligados ao turismo e agentes da preservação do “patrimônio” arquitetônico. Para ele, quem abre comércio na cidade tenta adaptar o imóvel “histórico” ao estabelecimento comercial, por meio de alterações, como a transformação de janelas em portas. O certo, para a preservação, seria o contrário, ou



seja, o estabelecimento comercial teria que se adaptar ao caráter “histórico” do edifício. Nas palavras do entrevistado, o estabelecimento comercial “tem que se adaptar ao patrimônio construído. Não é o patrimônio que tem que se adaptar ao comércio”<sup>41</sup>. Percebe-se que, nos dois últimos depoimentos, não há plena coincidência entre os interesses dos capitais investidos no negócio do turismo e as concepções de técnicos do IPHAN. Dessa ótica, talvez, no que diz respeito ao controle do atual processo de construção do “centro histórico” em mercadoria turística, os empreendedores cumpram a função de ampliar o ingresso de gastos e renda na cidade e o IPHAN tenha o papel de contenção dos ímpetus expansionistas dos empresários individuais, evitando que a transmutação espacial por eles promovida provoque, como resultado não pretendido, a descaracterização do ambiente construído que é a base material da “marca da cidade”, de que beneficiam esses empreendedores ao relacionarem seus negócios a essa “marca”. Talvez, esses agentes históricos não fazem isso de propósito. Provavelmente, em consequência dos atributos que o *marketing* urbano evoca para produzir e vender a “marca” da cidade e que podem ser destruídos pelo próprio crescimento urbano e da atividade turística, ocorra, por parte desses agentes históricos, um equilíbrio objetivo que possibilita a relação entre “preservação” arquitetônica e desenvolvimento turístico e que não destrói a característica simbólica do território central de Tiradentes, que está associada a “marca” da cidade “histórica” autêntica do século XVIII e XIX.

A vinda, aos poucos, de empresários forâneos para cidade e a divulgação de Tiradentes em âmbito nacional e internacional foram fazendo com que se intensificasse, nos anos 1990, a produção de sentimento de crise<sup>42</sup> por parte dos promotores do turismo, sentimento esse que esteve associado à ideia de que as arquiteturas “históricas” arruinadas, que fizeram com que Tiradentes fosse considerada cidade morta<sup>43</sup> nos anos 1930, 1940 e 1950, devem ser “restauradas” para “preservar” a história do país e fortalecer o desenvolvimento turístico. Nessa perspectiva, o sentimento de crise cede lugar à visão da preservação do patrimônio como importante para o desenvolvimento econômico, mobilizando o patriotismo cidadão, a partir do momento em que a população passa a ver a preservação como algo que traz dignidade para a cidade, importância para a história e crescimento, na ótica do turismo. Assim, a política de

---

<sup>41</sup> Depoimento retirado de entrevista gravada em abril de 2012.

<sup>42</sup> Conceito utilizado por Carlos Vainer (VAINER, 2000) e já citado no subcapítulo 3.1.

<sup>43</sup> O conceito de cidade morta foi citado no capítulo 1.

“restauração” dos edifícios “históricos”, aliada ao turismo, se torna constante e faz com que estas edificações se valorizem (VAINER, 2000).

Em Tiradentes, por exemplo, esta intensificação da produção de sentimento de crise contribuiu para a intensa transformação e “restauração” das edificações “históricas”, para o desenvolvimento do turismo, para a especulação imobiliária do centro “histórico”, especulação essa que fez com que as pessoas, principalmente de origem tiradentina, vendessem suas residências na área central por valores relativamente baixos e fossem morar em bairros periféricos<sup>44</sup>.

É importante ressaltar que todos os ex-moradores entrevistados, nessa pesquisa, disseram que venderam suas casas e saíram do centro devido à pressão resultante da valorização dos imóveis, a problemas com herdeiros e à falta de recursos necessários para realizar as reformas das casas demandadas pelo IPHAN. Segundo depoimento de um corretor de imóvel, coletado no ano de 2007, é a partir dos anos 1990 que os imóveis do centro “histórico” passam a ser alvos da especulação imobiliária. Para ele, a preservação do centro e o desenvolvimento do turismo supervalorizaram as edificações na virada dos anos 1990 para a década de 2000. Ele disse que em vinte anos a valorização na área central foi de 2000% (NEVES, 2007). Complementando essa ideia, mas com porcentagem de valorização diferente, a revista VEJA, no que se refere a essas edificações, ressalta que no ano 2000

[...] é notável a especulação imobiliária em torno dos casarões antigos. “Há dez anos uma casa dessas, mal conservada, saía por R\$25.000 (vinte e cinco mil reais), agora custa no mínimo quatro vezes mais” [...] (VEJA, 27/02/02, p.74 *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 36).

O corretor ainda explica que, nos anos 1990, ocorreu a transmutação do espaço urbano da cidade e teve início a formação das áreas periféricas e de bairros como Recanto da Serra e Alto da Torre. Tal formação se deu por meio da venda dos casarões do centro, por parte dos moradores, em grande parte de origem tiradentina, que se deslocaram para bairros periféricos (NEVES, 2007). Além da formação desses novos bairros, aconteceu o crescimento urbano de bairros mais antigos, como Cuiabá, Várzea de Baixo e Cascalho.

---

<sup>44</sup> Afirmação fundamentada nos depoimentos dos ex-moradores do “centro histórico”.

O processo de deslocamento dessas pessoas e de valorização imobiliária do centro “histórico” contribuiu para a segregação territorial, segregação essa que, segundo Heloisa Soares de Moura Costa, Alexandre Magno de Oliveira e Marcelo Viana Ramos, ocorre a partir da valorização de determinados territórios que, na maioria das vezes, são áreas centrais degradadas que passam por processo de “revitalização”. Tal processo vem acompanhado do discurso de desenvolvimento econômico voltado para atividades turísticas e gera uma nova dinâmica demográfica e a marginalização territorial, por meio da formação de novos bairros excluídos e invisíveis que surgem mediante crescimento urbano desordenado, consequência do deslocamento dos moradores de menor poder aquisitivo a partir das áreas centrais e “históricas” para regiões periféricas, assim como da migração de populações que vêm para essas cidades à procura de emprego. Ao se referirem ao território turístico, esses autores afirmam que

[...] já amplamente reconhecido como sendo uma atividade que gera altas divisas, o turismo tem de forma direta e indireta, fomentado diferentes processos de transformações nas áreas urbanas onde se desenvolve. São particularmente importantes questões ligadas ao crescimento sazonal da população, à exploração intensiva de recursos naturais, inclusive do recurso terra por meio de intensa atividade imobiliária; ao risco de esgotamento do patrimônio cultural e ambiental; às condições de reprodução e trabalho da população residente, esta também oriunda de intensos processos migratórios desencadeados pelas possibilidades de inserção oferecidas pelo turismo, entre outras tantas que afligem a população residente nas cidades turísticas [...] (COSTA; OLIVEIRA; RAMOS; 2003, p. 15-16).

Os bairros e territórios periféricos apropriados por estratos sociais de menor poder aquisitivo vão crescendo sem os necessários equipamentos e serviços de infraestrutura urbana, devido à falta de planejamento urbano de governos locais que (capturados pelos capitais investidos nos negócios do turismo, no mercado de construção, compra e venda de imóveis) concentram os investimentos públicos nos bairros de *status* que surgem nas áreas compostas por “patrimônios históricos arquitetônicos” que se tornam mercadorias consumíveis para o turista. Esse processo contribui para o aparecimento da segregação territorial, já que os bairros esquecidos e invisíveis para o mercado turístico, que na maioria das vezes são ocupados por populações pobres, se tornam excluídos. Para Henri Acselrad,

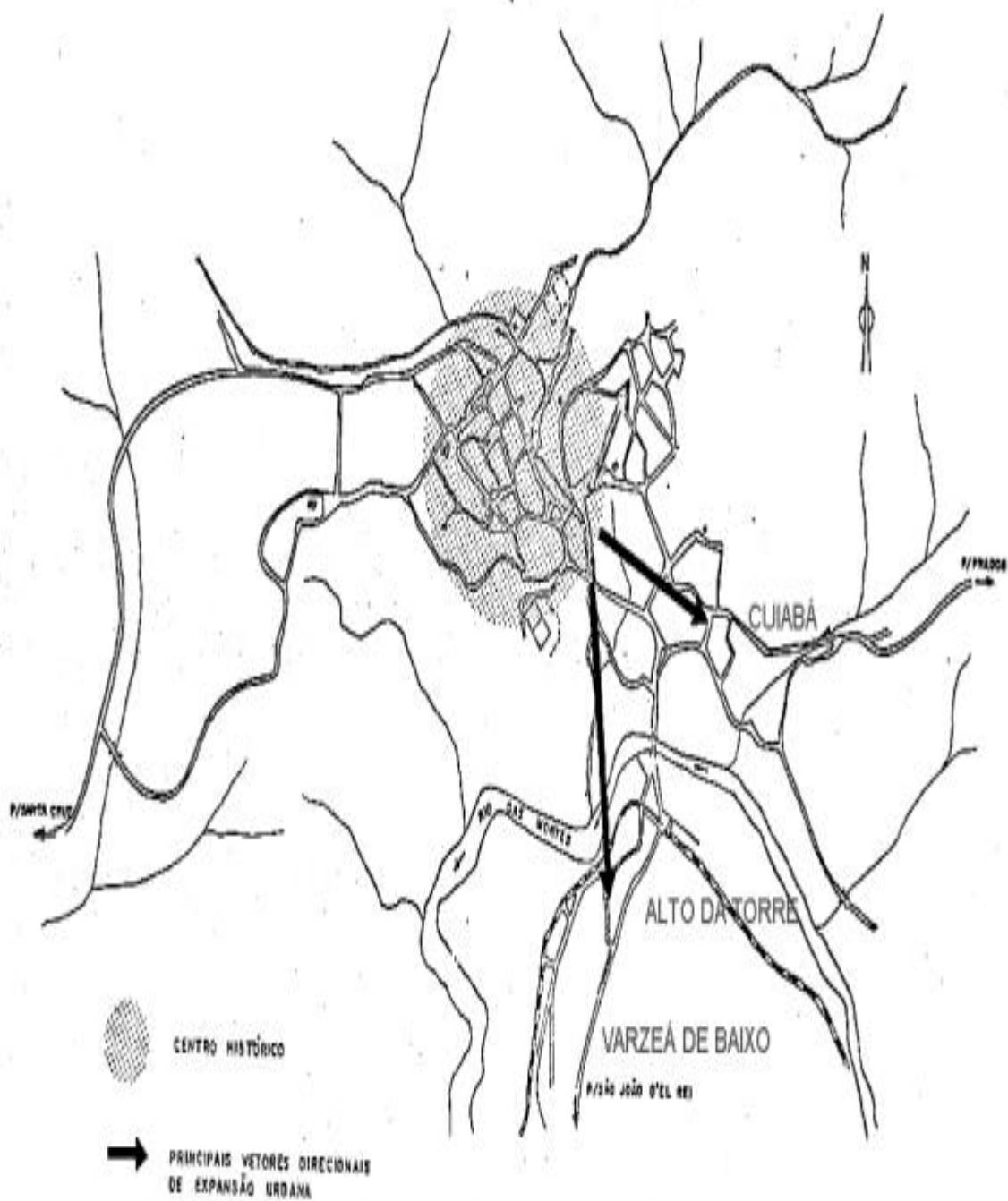
[...] quando o crescimento urbano não é acompanhado por investimentos em infra – estrutura, a oferta de serviços urbanos não acompanha o crescimento da demanda. A falta de investimentos na manutenção dos equipamentos

urbanos virá, por sua vez, acentuar o déficit na oferta de serviços, o que se rebaterá espacialmente sob a forma de segmentação socioterritorial entre populações atendidas e não atendidas por tais serviços [...] (ACSELRAD, 1999, p. 3).

Em Tiradentes, na virada dos anos 1990 para a década de 2000, percebe-se a intensificação dessa segregação territorial. Segundo Helcio Ribeiro Campos, a expansão urbana e a consolidação dessa segregação histórica espacial aconteceram intensamente a partir dos anos 1990 até os dias atuais. O autor explica que as modificações, até a década de 1950, são lentas e de pouca intensidade; nos anos 1960, com a construção da BR-265, tem início a expansão urbana no sentido nordeste (bairros Cascelho e Parque das Abelhas) e sudeste (bairros Cuiabá e Várzea de Baixo), em relação ao núcleo antigo, fenômeno que se intensificará a partir de 1980. Ele ainda ressalta que, no que diz respeito à densidade de ocupação do solo (percentual da área edificada por quarteirão), ela era, em 1980, mais alta no núcleo antigo que nos demais bairros, algo que mudará a partir de 1990 (CAMPOS, 2006).

É importante salientar que, nos anos 1980, a expansão e o crescimento urbanos em Tiradentes concentram-se na região sudeste (bairros Cuiabá e Várzea de Baixo), que era a que mais crescia (ver **Mapa 3**). No entanto, a partir de 1990 acontece uma transformação no padrão de urbanização da cidade, ou seja, ocorre a expansão urbana em todas as direções. Esse período foi marcado pelo crescimento territorial para o lado oposto ao “hemisfério leste de expansão” (expansão urbana predominante até os anos 1990), com o desenvolvimento do bairro Pacu (região noroeste em relação ao centro “histórico”) e o surgimento dos bairros Recanto da Serra (Mococa) (localizado a sudoeste da área central) e o Alto da Torre (região sudeste em relação ao centro “histórico”) (Idem, 2006).

**Mapa 3.** Tiradentes: eixos de expansão urbana em 1980.



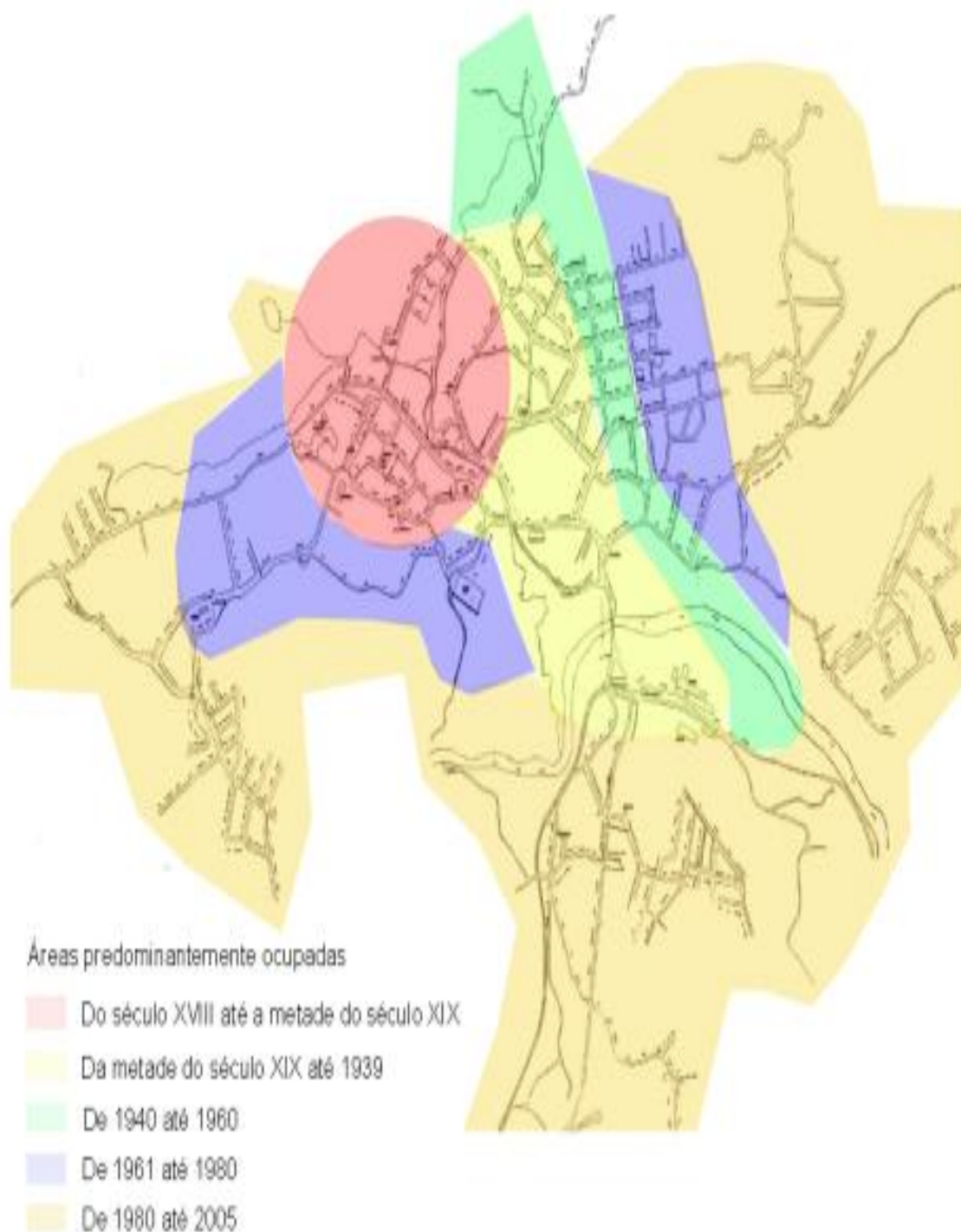
Fonte: FJP, 1980 *apud* CAMPOS, 2006.

No **Mapa 4**, abaixo, percebe-se a expansão do território urbano em diferentes períodos. Ele demonstra que foi a partir dos anos 1980 até os dias atuais que se intensificou o crescimento urbano e surgiram novos bairros na cidade. Entretanto, é importante dizer que, fundamentado em depoimentos de ex-moradores do centro “histórico” e do pesquisador do IPHAN anteriormente citado, é somente em meados de 1990 que ocorre o crescimento desordenado de forma mais intensa, assim como o surgimento de novos bairros<sup>45</sup> e a segregação territorial.

---

<sup>45</sup> O Recanto da Serra (Mococa), por exemplo, segundo depoimento de uma ex-moradora do centro e primeira moradora desse bairro, surgiu no ano de 1994.

**Mapa 4.** Tiradentes: ocupação cronológica (1702-2005).



**Fonte:** CAMPOS, 2006.

Para Helcio Ribeiro Campos, alguns desses bairros, como Várzea de Baixo, Recanto da Serra (Mococa) (ver **Foto 9**) e Alto da Torre (ver **Foto 10**), que se desenvolveram ou surgiram, vêm crescendo sem infraestruturas urbanas e tornam-se invisíveis para o turismo. Em sua pesquisa de dissertação, o autor explica que esses bairros foram ocupados principalmente com edificações residenciais, pela população tiradentina de baixa renda, em grande parte constituída de ex-moradores do centro<sup>46</sup>. Dessa ótica, o autor destaca que

[...] o Alto da Torre é, como a Mococa, um bairro de crescimento da década de 1990 - loteado também em 1993 -, que possui infra-estrutura deficitária e está situada internamente, fora de visão para os turistas [...] (Idem, 2006, p. 146).

**Foto 9.** Bairro Recanto da Serra, no ano 2007.



**Fonte:** NEVES, 2007.

---

<sup>46</sup>Segundo os depoimentos dos ex-moradores do centro, as pessoas que venderam as suas casas na área central se deslocaram e passaram a morar, principalmente, no Recanto da Serra e no Alto da Torre.



**Foto 10.** Bairro Alto da Torre, no ano 2007.



**Fonte:** NEVES, 2007.

Para Rogério Haesbaert, a formação desses territórios ou bairros marginalizados explicitam de forma mais aparente a desigualdade espacial, social e ambiental. No que se refere às “cidades históricas” e turísticas, esse processo faz com que os espaços excluídos se tornem invisíveis para o turista e se localizem às margens do “centro histórico” valorizado, explorado e consumido turisticamente. Esses espaços acabam tendo problemas<sup>47</sup> de saneamento básico, como inundações, desabamentos, falta de água (principalmente em épocas de grandes eventos), de coleta e tratamento de lixo e esgoto entre outros. Eles, muitas vezes, passam a não oferecer alguns serviços básicos relacionados a estabelecimentos comerciais para seus moradores. Isso faz com que a população desses territórios acabe tendo que se deslocar para outras localidades para ter acesso a determinados produtos, gerando assim uma exclusão social e uma “desterritorialização” (HAESBAERT, 2009). O autor ressalta que

[...] percebendo a pobreza associada à disponibilidade de recursos, “recurso” deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui, no nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como “recurso”, inerente a nossa reprodução social. Com isto partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão sócio-espacial e, por extensão, exclusão territorial – isto é, em

---

<sup>47</sup> Problemas que, na maioria das vezes, são deixados de lado pelo poder público local.

outras palavras, “desterritorialização”. Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido “forte”, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização *como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade [...]* (Idem, 2009, p. 315).

Rogério Haesbaert ainda destaca que, da mesma forma que não ocorre uma situação completa de exclusão social, também não há a completa privação territorial, ou seja, “a desterritorialização num sentido absoluto, a não ser como espaços que são (pelo menos durante um período razoável de tempo) vedados à ‘territorialização’” (Idem, 2009, p. 315).

[...] não se trata, porém, neste caso, exatamente de uma “exclusão socioespacial” no sentido mais especificamente social, aqui enfatizado, mas de uma “exclusão territorial” que se estende para a própria relação sociedade-natureza [...]. Neste caso é como se tivéssemos não tanto os grupos sociais sendo excluídos do (ou precariamente incluídos no) território, mas o próprio “território”, definido de “fora para dentro” (uma espécie de “natureza territorializada”), sendo “excluído” da sociedade, no sentido de que cada vez mais são criadas áreas completamente vedadas à habitação/circulação humana [...] (Idem, 2009, p. 315-316).

No que diz respeito às “cidades históricas” dedicadas ao turismo, a exclusão territorial e o crescimento de bairros sem infraestruturas urbanas se intensificam, pois, cada vez mais, os grupos dominantes (empreendedores, publicitários, turismólogos, entre outros), com apoio do Estado, fortalecem o discurso de que determinados territórios (“centro histórico”) devem receber mais investimentos urbanos, para assim atrair os turistas e assegurar o bem-estar de todos. Segundo Rita de Cássia Ariza da Cruz, esse investimento surge inerente à produção de três tipos de territórios, conhecidos como emissores, de deslocamentos e receptores. O território emissor é aquele onde o turista recebe uma imagem, por meio da publicidade (guias turísticos, folders, internet, jornais e TV), relacionada ao local a ser consumido, fazendo com que determinada pessoa se desloque de seu lugar de residência para um dado destino turístico. O de deslocamento está associado às rodovias<sup>48</sup> construídas e às aerovias que facilitam a viagem dos turistas. Já o espaço receptor é aquele que recebe o turista e que se torna uma “mercadoria”. A autora enfatiza que

---

<sup>48</sup> Como alguns exemplos dessas rodovias, podemos citar a Linha Verde (Bahia) e a rodovia Costa do Sol Poente (Ceará). Todas elas foram construídas nos anos 1990 (CRUZ, 2003).

[...] indubitavelmente, é sobre os núcleos receptores de turistas que o turismo vai impor a maior gama de transformações socioespaciais. Infra-estruturas montadas e/ou apropriadas em função da acessibilidade dos turistas, como aeroportos e rodoviárias; infra-estruturas de hospedagem, restauração, lazer e serviços em geral, tudo passível de ser criado e/ou apropriado para uso turístico [...]. O turismo cria novos objetos nos lugares, mas também se apropria de objetos preexistentes, como [...] objetos culturais (infra-estruturas, edifícios e patrimônio histórico), atribuindo-lhes novos significados e, muitas vezes, novas feições [...] (CRUZ, 2003 p. 25).

E foi esse processo que ocorreu em Tiradentes nos anos 1990 e 2000. O deslocamento da população, em grande parte tiradentina, do centro “histórico” para bairros periféricos e o *marketing* urbano foram fazendo com que a área central se transmutasse em um espaço “mercadológico” receptor de turistas e, cada vez mais, ganhasse novos significados, valores e feições. Esse processo contribuiu para a modificação da função sócio-econômica dos imóveis, que, em sua maioria, deixaram de ser residências e transformaram-se em estabelecimentos comerciais. Dessa ótica, para Américo Pellegrini Filho, o número de hotéis, que, nos anos 1990, era baixo, se multiplicou em Tiradentes,

[...] juntamente com restaurantes e lojas de suvenires. Entre o final de 1990 e início de 2000, mais de 65 pousadas e hotéis procuram atrair o turista, em especial nos fins de semanas comuns e/ou fim de semanas prolongadas por feriados, além das épocas de férias [...] (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 35).

Os donos dos estabelecimentos comerciais eram e são na maioria forâneos e são conhecidos pela população de origem tiradentina como ETs (extratiradentinos ou estranhos de Tiradentes). Esses ETs passaram a ocupar o espaço socioeconômico local e implantaram estabelecimentos comerciais no centro “histórico”, área que se tornou mais rentável da cidade. Eles se tornaram donos de aproximadamente 80% do casario, onde a valorização dos imóveis, dos anos 1990 para 2000, cresceu 400%, “sendo que a maioria não é mais de uso residencial” (EDWART *apud* CAMPOS, 2006, p. 149). E as poucas residências, na sua maioria, são de uso temporário.

Essas transformações dos imóveis em estabelecimentos comerciais e a “mercadorização” da área central da cidade podem ser observadas nas fotografias abaixo (**Fotos 11, 12, 13 e 14**) e nos dados, coletados por mim, no meu trabalho de conclusão de curso, no ano de 2007. Em amostragem de 128 imóveis de Tiradentes, percebe-se que, em 2007, 14% eram residências e 110, ou 86%, eram estabelecimentos comerciais. Dos 14% de residências, 56% eram utilizadas em “temporadas” e apenas

44% (ou seja, 8) das casas pertenciam aos poucos habitantes originários que ainda moravam no centro “histórico”. De outra parte, no início da década de 1990, desses 110 imóveis, 65% eram residências, 20% eram estabelecimentos comerciais, 10% terrenos baldios e 5% destinados a outros usos (clube e garagem). Esses dados são muito importantes para compreender como no centro “histórico” houve transmutação na função das edificações (NEVES, 2007).

**Foto 11.** Rua Ministro Gabriel Passos, na década de 1980.



**Fonte:** Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**Foto 12.** Rua Ministro Gabriel Passos, no ano de 2012.



**Fonte:** NEVES, 2012.

**Foto 13.** Rua Direita, na década de 1980.



**Fonte:** Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**Foto 14.** Rua Direita, no ano de 2012.



**Fonte:** NEVES, 2012.

A partir das fotografias acima, percebe-se como o centro ganhou nova função sócio-econômica. Por exemplo, na Rua Ministro Gabriel Passos (**Fotos 11 e 12**), onde existia o posto de gasolina nos anos 1980, hoje existe uma chopperia e na Rua Direita (**Fotos 13 e 14**), onde havia várias residências, atualmente existem muitos estabelecimentos comerciais. Para os ex-moradores do “centro histórico” de Tiradentes, a transformação e o desenvolvimento do turismo na área central da cidade apresentam pontos positivos e negativos. Os pontos positivos estão relacionados à geração de empregos e renda para população local. Já os negativos estão associados ao usufruto e ao consumo dos produtos dos estabelecimentos do espaço central, que se tornaram caros e voltados para os turistas. Muitos desses moradores têm que se deslocar para cidade vizinha de São João del-Rei para comprar determinados produtos, que são mais caros em Tiradentes. Segundo depoimento<sup>49</sup> de uma ex-moradora da área central e atual residente do Recanto de Serra (Mococa), os empresários forâneos geraram empregos para os tiradentinos. Nas palavras dela, a cidade

---

<sup>49</sup> Depoimento coletado no ano de 2012.

[...] antes era um lugar muito difícil. Que não tinha esse tanto de emprego que tem hoje. Foi muito bom o pessoal de fora comprando aí. Hoje eles dão empregos em casa de família, restaurante e pousada [...].

A maioria desses ex-moradores, antes dos anos 1990, não ganhava salário mínimo, trabalhava para os ourives ou estava desempregado. Após o boom do turismo, eles passaram a trabalhar nos estabelecimentos comerciais ou em empregos temporários, em épocas dos eventos turísticos (Mostra de Cinema, Festival Internacional de Cultura e Gastronomia etc.), ganhando em média um a dois salários mínimos por mês. Essas pessoas não percebem como “exploradas” e acreditam que o turismo, no que diz respeito à geração de empregos, foi ótimo para a cidade. Para Helcio Ribeiro Campos

[...] a população local, não podendo ser proprietária de equipamentos ou serviços de apoio turístico e com baixa qualificação, emprega-se em atividades de baixa remuneração e com longas jornadas de trabalho, em especial na temporada dos eventos. São criados, com frequência, subempregos para a população local. Muitos são empregados dos “forasteiros” ou ocupam atividades não registradas, mas que atendem a demanda turística, como, por exemplo, charreteiros, vendedores de picolé e de pipoca, guias de turismo não registrados etc. [...] (CAMPOS, 2006, p.133).

O autor chama os empresários forâneos de imigrantes e ainda ressalta que grande parte deles

[...] é oriunda das principais capitais do país, como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, além de Juiz de Fora e cidades próximas. É preciso ainda descortinar a influência do contato da população de Tiradentes com imigrantes oriundos de cidades tão distantes da realidade sociocultural que essa pequena cidade encerra. Além disso, coube a todos os naturais de Tiradentes conviver com a inflação de preços decorrentes da exploração do turismo, praticados por exemplo nos aluguéis e serviços de alimentação, mas também para a consecução de maiores lucros sobre os turistas [...] (Idem, 2006, p. 133).

Além dos tiradentinos “explorados”, o turismo fez com que aumentasse o número de migrantes pendulares<sup>50</sup> na cidade. Esses migrantes são das cidades vizinhas e trabalham em Tiradentes. Nos dados coletados em pesquisa, no ano de 2007, e já citados em parágrafos anteriores, percebemos que, dos trabalhadores dos estabelecimentos comerciais, 52 % são de Tiradentes, 14 % migrantes que vieram para a

---

<sup>50</sup> Migrantes pendulares são aquelas pessoas que se deslocam de uma cidade para outra todos os dias para estudar ou trabalhar.

cidade à procura de emprego e 34 % são migrantes pendulares, sendo que, destes, 91% são de São João del-Rei e 9 % de Santa Cruz de Minas. Já, no que se refere ao consumo de mercadorias dos estabelecimentos comerciais, por parte dos tiradentinos, pode-se dizer que 74 % dos estabelecimentos comerciais só atendem turistas, 25 % turistas e pessoas de origem tiradentina e 1% só tiradentinos. Nessa última informação, percebe-se como a área central passou a ser espaço “mercadológico” de consumo, principalmente, para os turistas (NEVES, 2007).

Essa “mercadorização” territorial do “centro histórico” fez com que, cada vez mais, Tiradentes se tornasse “em um espaço atrativo e ‘chegável’, inserindo-a na lógica da competição internacional entre os lugares” (COSTA; CASTRO, 2008, p. 24) e contribuiu para a intensificação do processo de construção simbólica da “marca” da cidade “colonial”, que passa para o turista a sensação de pertencimento histórico. Tal processo fez com que a área central se tornasse espaço gentrificado<sup>51</sup> e simulacro ou não lugar, ou seja, território sem identidade. Além disso, a evidência de que muitas arquiteturas com características coloniais foram construídas recentemente atesta o caráter de “tradição inventada” da “marca” da mercadoria Tiradentes.

### **3.3-A gentrificação e a formação do não-lugar no “centro histórico” em Tiradentes.**

É importante ressaltar que, desde o final do século XX, o termo *gentrification* vem sendo inserido nos debates acadêmicos relacionados à sociologia urbana e à história urbana. O termo foi utilizado pela primeira vez, nos anos sessenta, pela socióloga Ruth Glass, que analisou a transformação urbana do centro de Londres e percebeu que as famílias de classe média, que moravam nos subúrbios, passaram a residir na área central dessa cidade. Tal área, que era desvalorizada e ocupada por operários que aos poucos iam sendo “expulsos”, passou por um processo de valorização, designado como *gentrification* (GLASS, 1964), que em português significa gentrificação ou enobrecimento. Segundo Cristiane Motta Freitas,

---

<sup>51</sup> O conceito de gentrificação, central neste trabalho, é utilizado por, entre outros, Eduardo Nobre (NOBRE, 2003) e Ulpiano Bezerra de Menezes (MENESES, 2002).



[...] o termo *gentrification*, originado da palavra *gentry* que designava no passado pessoas de classe social elevada, não possui um equivalente em outros idiomas, persistindo o vocábulo utilizado pelas ciências sociais anglo-saxônicas. No português, da mesma forma que no francês, usa-se correntemente a adaptação da palavra à estrutura daquelas línguas. No caso do português, com a alteração fonética e gráfica: *gentrificação* [...] (FREITAS, 2006, p. 9).

Samantha dos Santos Gaspar explica que, de início, esse termo era utilizado somente para o processo de transformação urbana das grandes cidades anglo-saxãs e estava associado a crise da suburbanização relacionada ao retorno das classes médias às regiões centrais (GASPAR, 2010). Posteriormente, o conceito de *gentrification* foi sendo importado por outros países. Ruth Glass, apesar de ser a pioneira em analisar e escrever algo sobre a *gentrificação*, não será a maior divulgadora de pesquisas e textos sobre esse processo. É o teórico Neil Smith que se tornará referência e um dos maiores debatedores do tema. Ele faz uma análise sobre a transformação urbana e os (re)investimentos de capitais e revalorização do centro de Nova York e conceitua essa mudança como *gentrificação clássica*. Para o autor, esse processo, no caso dessa cidade, passou por três ondas. A primeira ocorreu de forma esporádica, entre os anos 1950 e 1970, e esteve relacionada a jovens profissionais de classe média (intelectuais, artistas, arquitetos, etc.), nem sempre de alto poder aquisitivo, que procuram um padrão de vida alternativo e mudaram para o centro que estava deteriorado, esquecido e desvalorizado. A segunda ocorreu juntamente com a terceira e está associada ao surgimento dos promotores imobiliários que, com o objetivo de obterem lucros, investiram capitais, modificaram e valorizaram a área central da cidade. A terceira e última onda é chamada de *gentrificação generalizada* e se realizou, nos anos 1990, quando o centro de Nova York passou a ser ocupado residencialmente por um grupo social de alto poder aquisitivo que, de forma agressiva, criou uma cultura para esse espaço urbano, a partir da *aculturação* (SMITH, 2006).

Para Neil Smith, a *gentrification* não pode ser explicada da forma proposta por Ruth Glass, que acredita que esse processo surge do acaso e os atores centrais da transformação urbana seriam os novos moradores de classe média que passam a residir em uma região que se torna valorizada, independentemente da ação do Estado, de empresas e de parcerias público-privadas. O autor salienta que a produção e a valorização do espaço urbano surgem por meio de desinvestimentos e reinvestimentos financeiros realizados por promotores imobiliários (segunda onda) e da ação do Estado

(desregulamentações, privatizações do serviço público etc.) em um determinado espaço urbano. Ele explica que, para ocorrer a *gentrification*, é necessário que haja, anteriormente, um capital investido por agentes sociais nos imóveis das áreas desvalorizadas que, com o tempo, vão se tornando valorizadas. Esses agentes esperam um retorno lucrativo no que diz respeito ao capital investido, mesmo sendo de forma lenta e gradual. Eles são fundamentais para a produção e a renovação urbanas, pois apostam e aplicam seus capitais em um determinado território que antes só era utilizado pelos habitantes da primeira onda. Esses interesses por financiamentos e investimentos imobiliários vão crescendo e contribuem para que os promotores de imóveis se expandam para além do território gentrificado e reinvestam em outros espaços urbanos até então não visados e degradados. Esse processo é identificado por Smith como *rent gap* (renda diferencial) (Idem, 2006).

Em Nova York, tal processo (*rent gap*) ocorreu a partir do momento em que os imóveis do centro passaram por um desinvestimento que durou anos. Pode-se dizer que esses desinvestimentos foram consequências de investimentos em subúrbios valorizados. Tais investimentos fizeram com que, posteriormente, em outro período histórico, os agentes imobiliários, com o objetivo de obterem lucros, reinvestissem nos bairros centrais antigos e degradados, por meio de compras de lotes e de edificações relativamente desvalorizadas. Com o passar do tempo, em parceria com o poder público<sup>52</sup>, a área central se valorizou e passou a ser ocupada por um grupo social de alto poder aquisitivo (terceira onda ou gentrificação generalizada). O espaço urbano e as residências gentrificadas foram renovados, as edificações não residenciais (estabelecimentos comerciais, museus, mercados, cinemas, entre outros) foram valorizadas pelas marcas de empreendimentos globais ou substituídas por empresas e corporações internacionais com as quais a nova classe média, que passou a residir nesse espaço, se identificou culturalmente. Assim, a região central ganhou novas características relacionadas às metrópoles globalizadas e o novo grupo social que se apropriou desse território (jovens profissionais urbanos e executivos, que ocupam cargos importantes de uma nova economia globalizada, como exemplos técnicos ou administradores de empresas multinacionais), que, segundo Neil Smith, ficaram conhecidos como *yuppies*, acabaram se inserindo nas novas relações sócio-espaciais

---

<sup>52</sup> Projetos e construção de infraestruturas urbanas.

associadas ao mercado internacional. Nessa perspectiva, percebe-se que a gentrificação processada pela *rent gap* não ocorreu por acaso. Ela esteve associada a um processo de investimento e de acumulação de capital, realizado por determinados atores históricos e sociais, nas edificações da área central de Nova York<sup>53</sup> (Idem, 2006).

É dentro dessa ótica da gentrificação clássica que alguns autores acreditam que não houve a gentrificação completa no “centro histórico” de Tiradentes. Gustavo de Pádua Zolini destaca que área central dessa cidade passou por um processo de “gentrificação intermitente”. Na opinião dele, essa gentrificação é considerada “intermitente” pelo motivo de não passar pelas três etapas que consolida uma gentrificação clássica. Zolini focaliza seu estudo na questão da ocupação residencial e da aculturação do centro por um novo grupo social e tenta fazer uma comparação desse estudo com a gentrificação clássica. Ele acredita que, num primeiro momento, o “centro histórico” da cidade começou a ser habitado por um grupo de intelectuais, posteriormente passou por um processo de especulação imobiliária e no final as residências, em grande parte, foram transformadas em estabelecimentos comerciais; os poucos imóveis residenciais desta área se tornaram de temporadas. Assim, para o autor não ocorreu uma substituição efetiva da ocupação residencial desse espaço por novos grupos sociais e nem o interesse desses grupos em transformar o centro em seu nicho cultural permanente. A maioria dos novos proprietários residenciais utilizou e utiliza esse espaço de forma esporádica, usufruindo o centro da cidade para relaxar e depois retornar ao convívio cotidiano da cidade onde reside (ZOLINI, 2007). Para Zolini, para

[...] esse modelo de gentrificação não identificado como clássico, deve-se admitir outra nomenclatura. O termo “gentrificação intermitente” poderia ser tomado como uma nova derivação conceitual, pois demonstra a inconstância temporal na efetivação de um domínio social no núcleo histórico da cidade de Tiradentes. Essa situação agrava a negação à aculturação por meio da inexistência de convivência cotidiana com a arquitetura e com as urbanidades pré-existentes na cidade (Idem, 2007, p. 158).

Outro autor que faz estudo sobre gentrificação incompleta em Tiradentes é Helcio Ribeiro Campos. Ele explica que existem enfoques sobre estudos clássicos de gentrificação e que dois podem ser enfatizados, “inclusive porque após serem

---

<sup>53</sup> Neil Smith, apesar de fazer uma análise sobre a cidade de Nova York, explica que o processo de gentrificação pode ocorrer também em outras cidades (antigas cidades industriais, pequenas cidades, etc.). Porém, ele tem diferentes características para cada caso. O autor ainda destaca que não é possível prever quais territórios irão ou não ser afetados pela *gentrification* (SMITH, 2006).

produzidos, em caráter de oposição, agora são utilizados de forma integrada” (RIGOL, 2005 *apud* CAMPOS, 2006, p. 158). O primeiro enfoque está relacionado à teoria do *rent gap* explicada por Neil Smith (SMITH, 2006). O segundo à teoria de David Ley, que salienta que a ocupação de áreas centrais está associada à *uban commodity*, aspectos atrativos para a nova classe média ocupada nos setores terciários e quaternários. O autor destaca que os pioneiros a ocupar essas áreas centrais são profissionais do mundo da mídia, da arte e outros ramos culturais que, em grande maioria, têm algum tipo de formação universitária, embora possam ter limitações de capital. Quando essas áreas ganham valores imobiliários, esses pioneiros tendem a ser excluídos em razão dos elevados preços residenciais (LEMOS, 2005 *apud* CAMPOS, 2006).

[...] ideologicamente há uma valorização cultural acima da representação simbólica do *status* econômico, além do que as formas comportamentais desse pessoal, suas exposições, suas representações, mudaram as imagens dos bairros ocupados [...] (LEMOS, 2005, p. 124 *apud* CAMPOS, 2006, p. 159).

Helcio Ribeiro Campos ressalta que, nos dois enfoques citados acima, a gentrificação só acontece quando a área central deteriorada passa por processo de “abandono”, desvalorização e, posteriormente, ocupação e valorização. É nesse sentido, que ele considera o processo de gentrificação em Tiradentes incompleto. Para ele, a gentrificação do “centro histórico” da cidade não se encaixa nos estudos clássicos do tema, pois

[...] não houve um processo de “abandono” e de desvalorização da área central [...] Embora a área central de Tiradentes tenha sido sempre a mais importante da cidade, não impediu seu “abandono” junto com a decadência econômica que assolou a cidade, sobretudo ao longo do século XIX e de grande parte do século XX [...] (CAMPOS, 2006 p. 159-160).

Além do mais, nessa cidade mineira não ocorreu “a ocupação de um centro deteriorado [...], mas sim de uma área que sempre foi à referência para os tiradentinos desde a criação da cidade, no início do século XVIII” (Idem, 2006, p. 161).

No caso dessa dissertação, utilizaremos outra visão de gentrificação, fundamentada no “enobrecimento” de “centros históricos” e na “mercadorização” do patrimônio arquitetônico. Nesse sentido, Arlêude Bortolozzi destaca que “nas políticas urbanas de ‘gentrificação’, os bens artísticos e o patrimônio cultural são tratados como mercadoria, portanto sujeitos à racionalidade econômica” (BORTOLOZZI, 2008, p. 5).

Rogério Proença Leite, complementando essa ideia, salienta que a *gentrification* ou enobrecimento está relacionada à transformação de sítios históricos que vão se tornando espaços para o consumo turístico. Nessa perspectiva,

[...] o termo *gentrification* (enobrecimento) é [...] usado [...] para designar intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados *centralidades* e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado [...] (LEITE, 2002, p. 117).

O autor explica também que essa política de enobrecimento, na maioria das vezes, contribui para a exclusão social, no que diz respeito ao uso, na ótica do turismo, desses espaços que se tornam gentrificados. Isso ocorre pelo motivo de que os grupos sociais mais carentes que vivem nessas áreas acabam vendendo suas casas por um valor relativamente baixo e se deslocam para outros bairros desvalorizados, fazendo com que esses territórios se tornem elitizados e com que as edificações se transformem em estabelecimentos comerciais voltados para atender aos turistas ou grupos sociais de maior poder aquisitivo. Dessa ótica, pode-se dizer que, em algumas regiões que vão se tornando espaços turísticos, o processo de gentrificação surge a partir do momento em que este território é transformado para se tornar local de lazer composto por restaurantes, bares, boates, “espaços culturais” e “de eventos” etc., e não a ter uma ocupação residencial permanente por um grupo social de maior poder aquisitivo (Idem, 2002).

Para Eduardo Nobre, o processo de gentrificação refere-se à substituição das classes populares por estratos de média ou alta renda como usuários de determinado espaço, sendo secundário o uso que os últimos passam imprimir a esse espaço. O autor ressalta que, no caso do Pelourinho (Salvador), o processo de gentrificação ocorreu no momento em que esse local ganhou novos usos voltados para o turismo, ou seja, passou a ser ocupado por empreendedores de média e alta renda. O Pelourinho passou por uma transmutação urbana, se tornando área de lazer, da qual os moradores de baixa renda foram deslocados para outras localidades e que contribuiu para a realização de projetos do poder público em parceria com empreendimentos privados (NOBRE, 2003).

Ulpiano Bezerra de Meneses ressalta que a *gentrification* ocorre junto com a “reabilitação” urbana de áreas degradadas. Essas áreas passam pelo processo de

transformação, que é feita por meio de políticas de provimento de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana que ocorrem a partir de parcerias entre poder público e interesses privados. Tais políticas têm como objetivo transformar o “patrimônio histórico” em uma mercadoria rentável (MENESES, 2002). Esse autor salienta que

[...] a *gentrification* tem causado furor nas políticas de preservação de paisagem e patrimônio ambiental urbano. Deve-se acrescentar que, entre nós, o enobrecimento de áreas, com o fito de assegurar ao patrimônio o estatuto de mercadoria rentável, se tem feito com fundos (ou infra-estrutura) públicos em parceria com interesse privado [...] (Idem, 2002, p. 58).

Em Tiradentes, por exemplo, segundo depoimento do ex-Secretário Municipal de Turismo, Ralph Justino, a partir de meados de 1990 as edificações “históricas” do centro começaram a passar por “restaurações” feitas por empresários, em maioria forâneos. Esses empresários passaram a usufruir desse espaço, criaram novas funções sócio-econômicas territoriais, os casarões (que, em sua maioria, eram antigas residências), transformaram-se, em grande parte, em estabelecimentos comerciais, pousadas e restaurantes. Tal transformação foi consequência de eventos<sup>54</sup> criados pela prefeitura e dos incentivos, relacionados à divulgação, feitos pelo poder público, acerca da importância da preservação do patrimônio arquitetônico voltado para o desenvolvimento econômico e turístico da cidade.

São esses processos que foram fazendo com que as edificações “históricas” se tornassem “mercadorias” rentáveis, o “centro histórico” se tornasse enobrecido (gentrificado) (ver **Fotos 15, 16, 17 e 18**), as populações mais carentes, que habitavam esse espaço, se deslocassem para a periferia e se intensificasse a divulgação da cidade pelos meios de comunicações.

---

<sup>54</sup> Mostra de Cinema e Festival Internacional de Cultura e Gastronomia que já foram ressaltados no capítulo 2 e subcapítulos anteriores.

**Foto 15.** Rua Resende Costa, nos anos 1970.



**Fonte:** Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**Foto 16.** Rua Resende Costa, no ano de 2007.



**Fonte:** NEVES, 2007.

**Foto 17.** Rua Direita, no ano de 1979.



**Fonte:** Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**Foto 18.** Rua Direita, no ano de 2007.



**Fonte:** NEVES, 2007.

A divulgação, “mercadorização” e enobrecimento da área central da cidade fizeram com que esse espaço se tornasse um não-lugar que, segundo Ana Fani Alessandri Carlos, seria o oposto de lugar. No entendimento da autora, o lugar é um



espaço em que ocorre a construção de uma identidade associada ao ser humano e o ambiente em que ele habita, ou seja, a uma relação de vivência entre este ser social e o espaço urbano ou território que é construído por ele. Ela ressalta que

[...] o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se produz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meios de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida [...]. A identidade, no plano vivido, vincula-se ao conhecido-reconhecido. A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feitas de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos. Significa para quem aí mora “olhar a paisagem e saber tudo de cor” porque diz respeito à vida e seu sentido, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo – essa a diferença entre lugares e não-lugares [...] (CARLOS, 1999, p. 28).

Para os ex-moradores do centro “histórico” de Tiradentes, entrevistados nessa pesquisa, a relação de vivência entre o espaço central e a população de origem tiradentina, a identidade e a formação do lugar do “centro histórico” foram perdidas com o desenvolvimento do turismo. É nesse sentido que uma ex-moradora do centro “histórico”, ao comparar o cenário da Praça do Largo das Forras, localizada na área central, antes e depois dos anos 1990, diz que atualmente o local está voltado para o turismo, perdendo a característica de *locus* de práticas de sociabilidade da população nativa. Diz ainda a entrevistada que as mercadorias comercializadas pelos estabelecimentos do Largo das Forras são caras. Ela ressalta que

“a praça agora não é da gente mais. Porque você chega na praça só vê turista. Porque virou ponto turístico mesmo [...]. Quase ninguém fica na praça mais. Acabou a praça [...]. Antigamente havia muita amizade. Era um povo unido. Todo mundo unido. Todo mundo sentava, conversava. Hoje acabou tudo”.

Complementando essa ideia, José Newton Coelho Meneses, em seu livro *História e Turismo Cultural*, ao entrevistar, nos anos 2000, uma das poucas pessoas de origem tiradentina residente no centro, salienta que

[...] dona Maria Tereza (poderia ser dona Doralice ou dona Júlia, uma vez que o seu caso não é único), uma habitante do centro da cidade de Tiradentes, lamenta a perda do convívio cotidiano com as vizinhas. Ela diz que todas se foram e que ficou solitária na vida. Não há mais as novelas e nem as conversas no muro da divisa dos lotes ou da porta da rua. Perderam-se os costumes, e, para ela “o cemitério ficou mais próximo”. Ela não concorda em vender o seu patrimônio (casa ampla e quintal) para uma família carioca que insiste em fazer dele um restaurante ou para um empresário de Belo Horizonte que ela nem sabe em que quer transformar sua casa e sua propriedade. Ela testemunha que a vizinhança não resistiu aos apelos e se mudou para a periferia e que os costumes na cidade mudaram, no seu entendimento, para muito pior. [...] Os ritos religiosos e as festas populares deixaram de ter, para ela, o sentindo original, e ela pressente que não resistirá muito ao tempo que se renuncia. Aí, provavelmente, ela diz: “os meus filhos venderão a casa aos homens”. Perguntada sobre culpados e como se evitaria o que ela vê como desconforto, a dona de casa não se arvora a responder com certeza, mas nos diz com ar descrente: “acho que é a falta de governo que fez isso”. E o que fazem os vizinhos depois que se mudaram, dona Maria Tereza? “Lamentam, igual a mim, mas para eles é pior; estão longe da igreja, do cemitério, de tudo”, responde-nos ela com ar de uma mineirinha vitoriosa por não ter se rendido ao fascínio de alguns milhares de reais e por se sentir mais esperta que a vizinhança. Fato real para se pensar. [...] (MENESES, 2004, p. 63).

A formação do não-lugar em Tiradentes veio acompanhada da produção de “cenários” e territórios espetáculos. Tal produção faz com que o “patrimônio arquitetônico” se torne cada vez mais turístico e se insira de maneira competitiva no cenário do mundo globalizado. O território espetáculo é construído por meio de campanhas publicitárias, que são absorvidas pelos turistas de acordo com seus desejos, isto é, a construção desse território ou simulacro ocorre a partir de pesquisas feitas pelos promotores do turismo e da iniciativa privada que tentam produzir um espaço artificial que possa despertar interesse e expectativa naquele turista que está sempre procurando algo “diferenciado”, como paisagens “históricas”, exóticas, naturais, entre outras. Ana Fani Alessandri Carlos destaca que

[...] a indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma *multidão amorfa* mediante a criação de uma série de atividades que conduzem à passividade, produzindo a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação [...] (CARLOS, 1999, p. 26).

Dessa ótica, o não-lugar é o espaço, construído social e historicamente em determinada cidade, que se torna espetáculo e simulacro e que está voltado para o consumo e não para a relação entre a coletividade e a produção da identidade no plano do vivido. Isto quer dizer que, quando surge a construção do território turístico que

passa, na maioria das vezes, a ser ocupado por empreendimentos turísticos (estabelecimentos comerciais, pousadas, hotéis, etc.), a comunidade local, em grande parte, acaba se deslocando para outras regiões e perde a sua relação de vivência identitária, acumulada no decorrer do tempo histórico, de pertencimento com as edificações ou com este território. Para uma ex-moradora do centro e moradora do bairro Cuiabá no ano 2007, a relação de vivência entre os moradores foi perdida. Para ela, até 1990, todas as pessoas se conheciam e conversavam nas ruas, sendo “iguais a uma família”. A partir desse ano, com o surgimento do turismo, os imóveis do centro “histórico” se transmutaram em estabelecimentos comerciais de pessoas de fora, que “nem olham para cara dos tiradentinos” (NEVES, 2007).

Adyr Balastheri Rodrigues salienta que os promotores turísticos, que criam o não-lugar, conseguem, por meio do mundo virtual da informatização e da publicidade, produzir uma imagem que manipula e condiciona o comportamento e a forma como os turistas irão perceber os espaços turísticos a serem consumidos e visitados. Ela ainda explica que os percursos feitos por esses turistas são extremamente planejados (RODRIGUES, 2001). Nas “cidades históricas”, na maioria das vezes, a manipulação e condicionamento estão associadas aos centros compostos por edificações “históricas” que são visitados, consumidos pelos turistas e vistos como locais que representam a “história brasileira”.

Helton Ricardo Ouriques ressalta que o território da cidade constituído pelas edificações históricas (prédios antigos, castelos, praças, fortes e presídios) se torna simulacro e palco de “espetáculo” voltado para o consumo dos turistas (“espectadores”). Isso quer dizer que a indústria turística produz simbólica e socialmente uma linguagem e imagem de que essas edificações são passíveis de ser consumidas pelos turistas, por meio de visitas rápidas, fotografadas ou filmadas para serem mostradas (OURIQUES, 2005). Segundo Gabrielle Cifelli,

[...] a captura do olhar do turista por meio da difusão de imagens-signo, remete-o a uma pseudo-realidade em que a visualidade figura, em grande parte, como condição de atratividade. Esta condição provoca a determinação de estratégias, efetivadas pelos promotores turísticos, de satisfazer o olhar do turista, não só por meio da construção midiática de imagens e objetos-signo, mas também, por meio de ações que dão maior visibilidade ao objeto físico como a produção de iluminações noturnas e espetáculos de som e luz, voltados para o destaque e valorização imagética de determinados bens patrimoniais seletamente selecionados como referenciais que remontam ao

passado, a uma memória nostálgica e ao extraordinário [...] (CIFELLI, 2005 p. 85).

Em Tiradentes, por exemplo, ao aplicarmos questionários a cinco turistas, de forma aleatória, percebemos que todos foram visitar essa cidade pelo motivo de ser “histórica” com edificações dos séculos XVIII e XIX. Esses turistas ficaram sabendo da existência da cidade por meio de agências e *sites* turísticos, que divulgam, mediante a valorização imagética de determinados bens patrimoniais e de textos sobre a história da cidade, os eventos e os lugares de importância “histórica” (ver **Fotos 19, 20, 21 e 22**) a serem visitados.

**Foto 19.** Fotografia que divulga as casas coloniais.



Fonte: <http://guiadovianjante.com/276/tiradentes-mg/> acessado no dia 07/10/2012.

**Foto 20.** Fotografia que divulga a Igreja Matriz de Santo Antônio.



Fonte: <http://guiadoviajante.com/276/tiradentes-mg/> acessado no dia 07/10/2012.

**Foto 21.** Fotografia divulgando o Chafariz de São José.



Fonte: <http://www.tiradentes.net/pontos.htm/> acessado no dia 07/10/2012.

**Foto 22.** Fotografia que divulga a Rua da Câmara.



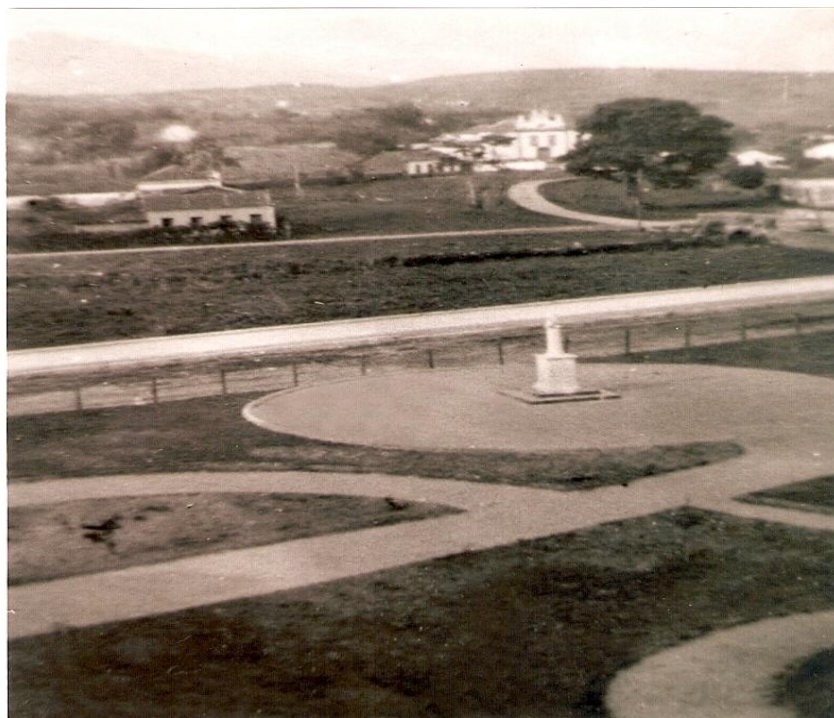
**Fonte:** <http://www.idasbrasil.com.br/idasbrasil/cidades/Tiradentes/port/apresent.asp/> acessado no dia 07/10/2012.

Nesse sentido, Everaldo Batista da Costa e Bernadete Castro destacam que

[...] caminhar pela Rua Direita [...], pela Rua da Câmara ou pelo Largo das Forras a observar igrejas, capelas e casario de uma época de conquista e produção de espaços organizados pela economia aurífera e pela rede de atividades associadas a ela é contemplar um cenário palco de novas relações sociais e novos sentidos; Tiradentes evidencia-se como um espaço urbano que deve ser considerado como um conjunto de relações sociais realizadas através de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente, ou seja, um espaço que se define como um conjunto de formas que representam relações sociais do passado e atuais [...]. No entanto, a reprodutibilidade técnica e a fluidez do capital e da informação permeiam esse espaço de novos sentidos entrantes: o lugar do nativo é tomado por agentes privados nacionais e internacionais. Tiradentes passa a representar o mundo confuso e confusamente percebido da lógica de mercado [...]. A Matriz de Santo Antônio, os Passos da Paixão ou o Chafariz de São José deixam de ser objetos de uso popular através das práticas religiosas e dos usos cotidianos, para serem apropriados por paulistanos, cariocas, capixabas, gaúchos, americanos, japoneses ou franceses, com suas máquinas fotográficas de última geração, seguindo um trajeto imposto pela mídia ou pelas agências de viagem que articulam o que deve ser apenas “visto”, sem a real preocupação de resgatar o sentido histórico-cultural que um dia nós mesmos atribuímos a esses bens; a presença do residente no Largo das Forras [...] ou no trânsito corriqueiro da cidade é efêmera, às vezes inexistente e até malquista (COSTA; CASTRO, 2008, p. 33-34).

A “espetacularização” do centro “histórico” dessa cidade ocorreu inerentemente à invenção de tradições (HOBSBAWM, 1984), ou seja, houve a invenção de uma história num tempo presente, de forma que algumas edificações localizadas no Largo das Forras, construídas em meados do século XX, foram reformadas e ganharam características coloniais que passam para os turistas a impressão de que esses edifícios (que se transformaram, em sua maioria, em estabelecimentos comerciais) são “históricos” e dos séculos XVIII e XIX. Isto pode ser visto nas **Fotografias 23 e 24**, abaixo.

**Foto 23.** Largo das Forras e Rua Ministro Gabriel Passos, nos anos 1930.



**Fonte:** Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na **Foto 23**, percebe-se que *não existiam casas* na Rua Ministro Gabriel Passos<sup>55</sup>, na região do Largo das Forras, nos anos 1930. Segundo o documento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sobre o uso do solo urbano de Tiradentes, a ocupação mais adensada desse local “é muito recente, posteriormente ao

---

<sup>55</sup> Segundo o documento sobre o uso do solo urbano de Tiradentes, criado em 1997, “as construções e reformas dos imóveis dessa rua deve seguir a norma de ocupação urbana de Tiradentes do IPHAN, que inseriu essa região no setor 1 (núcleo urbano setecentista) por ter incorporado à imagem tradicional do sítio histórico” (IPHAN, 1997, p. 21).

tombamento, em 1938” (IPHAN, 1997, p. 21). As residências foram construídas nos anos 1940, 1950 e 1960 (Idem, 1997). Segundo depoimentos de ex-moradores do centro histórico, a partir dos anos 1990, as residências desse local, em grande parte, foram reformadas por empresários forâneos, se transformaram em estabelecimentos comerciais e ganharam características “históricas” dos séculos XVIII e XIX. Dessa ótica, percebe-se que essa localidade, na virada dos anos 1990 para os anos 2000, passa a ser composta por vários estabelecimentos comerciais (**Foto 24**).

**Foto 24.** Largo das Forras e Rua Ministro Gabriel Passos, no ano 2012.



**Fonte:** NEVES, 2012.

Outra construção recente, do final do século XX, é o *shopping* localizado nessa rua, mas não no Largo das Forras (**Foto 25**). Os estabelecimentos comerciais desse *shopping* têm arquiteturas coloniais. Segundo Gustavo Pimenta de Pádua Zolini, a rua onde se localiza esse *shopping*, apresentava, em 1979, terrenos vagos e moradias que não seguiam um estilo colonial. Assim, nos anos 2000, as atividades econômicas inseridas nessa rua estiveram relacionadas aos

[...] estabelecimentos comerciais voltados para o turista. Algumas casas foram adaptadas e transformaram-se em pequenas lojas, bares, agências bancárias e restaurantes. Outros estabelecimentos foram construídos



seguindo o estilo colonial predominante no núcleo histórico, configurando “falso histórico” [...] (ZOLINI, 2008, p. 141).

**Foto 25.** *Shopping* na Rua Ministro Gabriel Passos, em 2007.



**Fonte:** ZOLINI, 2007.

É nesse sentido, que podemos dizer que o centro de Tiradentes ganhou nova “história”, significação simbólica e passou pelo processo de elitização e “mercadorização”. Foi se tornando simulacro de lugar e cenário, ou “*shopping barroco*” a céu-aberto, voltado para o consumo turístico, o que provocou o abandono das práticas de apropriação desse território por parte da população que nele vivia ou convivia.

## Considerações finais

A partir dessa pesquisa, percebemos as metamorfoses, simbólicas e materiais, ocorridas, no decorrer do tempo histórico, no centro “histórico” de Tiradentes. Em um primeiro momento, as edificações “históricas”, no período do governo e da política nacionalista de Getúlio Vargas, foram tombadas e ganharam caráter de símbolos da identidade nacional e da história do Brasil. No entanto, apesar desse tombamento, grande parte dos edifícios ficou em estado de ruínas até os anos 1980. Isso se deu pelo motivo de que não havia um escritório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na cidade e de que não existia a apropriação, por parte de grande parte dos moradores, da concepção oficializada de que as arquiteturas representavam valores nacionais e “históricos”. Além do mais, foram surgindo jornais que, expressando um “sentimento de crise”, criticavam a “paralisia econômica” que vitimava as chamadas cidades coloniais.

Num segundo momento, houve a chegada de alguns intelectuais, políticos e empresários em Tiradentes, fazendo com que, nos anos 1980, surgissem projetos associados à “recuperação” dos edifícios “históricos”, o que desencadeou o aparecimento de instituições como a Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade e a Sociedade dos Amigos de Tiradentes, instituições essas que foram pioneiras na “recuperação” das edificações nesse período. Ainda nessa época, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional instala um escritório técnico na cidade, a Fundação João Pinheiro cria o plano de organização espacial de desenvolvimento turístico e de “conservação” das edificações de Tiradentes, a Fundação Roberto Marinho passa a ajudar no processo de “recuperação” do centro “histórico” e ocorre uma política de estímulo ao turismo, mas que só vai se intensificar em meados dos anos 1990, quando são criados a Mostra de Cinema e o Festival Internacional de Gastronomia e a cidade “histórica” é divulgada (por internet, jornais impressos, TV etc.) em âmbito nacional e internacional.

Isso fez, em um terceiro momento, com que centro “histórico” se valorizasse e empresários, principalmente forâneos, passassem a investir na construção de estabelecimentos comerciais e de serviços voltados para o turismo nesse espaço. Assim, a maioria das pessoas de origem tiradentina acabou se deslocando para bairros

periféricos. O centro “histórico” foi ganhando novas características, se transformando em território-mercadoria voltado para o consumo de turistas. A maioria da população local, de baixa renda, passou a frequentar esse espaço a trabalho, deixando de se relacionar com ele como um “lugar identitário”.

Dessa forma, pode-se dizer que o quadro que passou a caracterizar a comercialização dos serviços turísticos de Tiradentes, dos anos 1990 até os dias atuais, demonstrou como o patrimônio “histórico” passou a ser apropriado como “mercadoria” turística a ser vendida. Criou-se uma paisagem e imagem fictícia da qual se ausentam a identidade e a história de habitantes originários, o que caracteriza o território como um não-lugar. Isto quer dizer que a indústria do turismo apropriou-se do patrimônio “histórico” da cidade com interesse de reprodução do capital para determinado grupo social, que, mediante a transmutação da área central, criou o lugar que aparentemente demonstra ser seguro e “histórico”, simulando, assim, a existência de ruas, praças e edifícios coloniais. Essa simulação está longe de resgatar a vida social tradicional, pois grande parte da população de origem tiradentina acabou sendo excluída desse novo território que agora se tornou turístico.

O centro “histórico” ganhou novas características, foi transformado em paisagem mercadológica, transformação essa que teve apoio dos meios de comunicação que divulgam o patrimônio “histórico” da cidade e escamoteiam os bairros “invisíveis”, habitados pelas classes populares, que cresceram ou surgiram em consequência da apropriação desse território turístico. Criou-se o lugar fictício que excluiu grande parte da população local, pois a área central se tornou gentrificada e apropriada por uma elite.

Nessa perspectiva, concluímos que a área central e “histórica” passou por reconfiguração material e simbólica que a transformou em mercadoria rentável, atraindo significativos volumes de gastos de consumo, ao mesmo tempo em que, gerando forte especulação imobiliária, excluiu e deslocou a maioria da população de origem tiradentina que habitava e vivia nesse local.

## Fontes

ACERVO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) DE SÃO JOÃO DEL REI, MG.

ACERVO PARTICULAR DO FOTÓGRAFO FRANCISCO DE ASSIS.

ACERVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

ACERVO PARTICULAR DO PROFESSOR LUIZ CRUZ.

A TRIBUNA, 30 DE MAIO DE 1937, Nº 1379. MATÉRIA: “A FESTA DA TRINDADE”; A. A.

DIÁRIO DO COMÉRCIO, 4 DE JUNHO DE 1939, Nº 373. MATÉRIA: “A FESTA DE TIRADENTES”; AGOSTINHO DE AZEVEDO.

DIÁRIO DO COMÉRCIO, 15 DE OUTUBRO DE 1940, Nº 785. MATÉRIA: “TIRADENTES, CIDADE EM AGONIA”; JOSÉ BELLINI DOS SANTOS.

DIÁRIO DO COMÉRCIO, 22 DE SETEMBRO DE 1944, Nº 1964. MATÉRIA: “ESTÁ SENDO RESTAURADA A CASA DO PADRE TOLEDO”; EDITORIAL.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de organização espacial e preservação do Centro Histórico de Tiradentes*. V. 1 Belo Horizonte: Secretária de Estado de Planejamento, 1980.

[HTTP://WWW.GUIADOVIAJANTE.COM/276/TIRADENTES-MG/](http://www.guiadoviajante.com/276/tiradentes-mg/) ACESSADO NO DIA 07/10/2012.

[HTTP://WWW.IDASBRASIL.COM.BR/IDASBRASIL/CIDADES/TIRADENTES/PORT/APRESENT.ASP/](http://www.idasbrasil.com.br/idasbrasil/cidades/tiradentes/port/apresent.asp/) ACESSADO no dia 07/10/2012.

[HTTP://WWW.PANORAMIO.COM/PHOTO/ACESSADO](http://www.panoramio.com/photo/acesado) NO DIA 08/09/12.

[HTTP://WWW.TIRADENTES.NET/PONTOS.HTM/](http://www.tiradentes.net/pontos.htm/) ACESSADO NO DIA 07/10/2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, IPHAN. *A história do IPHAN*. Ministério da Cultura. 9ª Coordenadoria Regional/São Paulo, São Paulo, 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL, IPHAN. *Proposta de critérios e normas de proteção para o sítio histórico de Tiradentes*. Tiradentes, 1997.

*INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE TIRADENTES* - Olinto Rodrigues dos Santos Filho - Pesquisa Histórica e texto: Rogério de Almeida -

Fotografia / Revisão / Formatação / Texto. Almir Ernane da Fonseca / Eros Miguel da Conceição, 2002.

O CORREIA, 20 DE FEVEREIRO DE 1941, Nº 183. MATÉRIA: “TIRADENTES”; EDITORIAL.

O INCONFIDENTE, ABRIL/MAIO DE 1977, Nº 8.

O INCONFIDENTE, AGOSTO DE 1976, Nº 3.

O INCONFIDENTE, JANEIRO/FEVEREIRO DE 1977, Nº 7.

O INCONFIDENTE, JUNHO DE 1976, Nº 1.

O INCONFIDENTE, NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1976, Nº 6.

O INCONFIDENTE, OUTUBRO DE 1976, Nº 5.

O INCONFIDENTE, SETEMBRO DE 1976, Nº 4.

TIRADENTES, ABRIL DE 1998, Nº 13.

TIRADENTES, ABRIL DE 1999, Nº 25.

TIRADENTES, AGOSTO DE 1998, Nº 17.

TIRADENTES, DEZEMBRO DE 1997, Nº 9.

TIRADENTES, FEVEREIRO DE 2000, Nº 35.

TIRADENTES, JUNHO DE 1997, Nº 3.

TIRADENTES, JUNHO DE 1998, Nº 15.

TIRADENTES, JULHO DE 1999, Nº 28.

TIRADENTES, MAIO DE 1999, Nº 26.

## Bibliografia

ACSELRAD, Henri. *Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, nº 107, p. 25-38, jul. /dez. 2004.

ACSELRAD, Henri. *Discursos da sustentabilidade urbana*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 1, ANPUR-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1999.

ACSELRAD, Henri. *Território Localismo e Política de Escalas*, in: ACSELRAD, H. et al. (orgs), *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*, Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 13-32.

ALEMBERT, Francisco. *A Irresistível presença de Macunaíma: Ainda hoje, ninguém pensa o Brasil direito sem recorrer, em algum momento, as sábias lições de Mário de Andrade*. Nossa História, nº 1, 2003, p. 57-61.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Lisboa / Portugal: Edições 70, 2005.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma o herói sem nenhum caráter*. Belo Horizonte: Vila Rica, 1993.

ARAÚJO, Márcia Maria P. *As relações entre comunidade local e a área histórica de Tiradentes-MG: uma contribuição para a preservação do patrimônio cultural em áreas urbanas*. (Mestrado em Arquitetura)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Estudo das ideologias e filosofia da linguagem e Relação entre a infra-estrutura e as superestruturas*. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 31-66.

BARREIRA, Irllys Alencar F. *A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio*. Sociologias nº9, Porto Alegre Jan./Jun. 2003.

BATISTA, Eduardo Luis A. O. *Literatura de viagem e tradução literária como criadores de imagens culturais: um estudo de sua influência no desenvolvimento da história cultural brasileira*. Tradução e Comunicação – Revista Brasileira de Tradutores, nº 18, 2009, p. 119-130.

BOLSON, Jaisa; FERREIRA, Marta. *Os Impactos do Turismo em Tiradentes : uma Análise da Percepção do Setor Público Local*. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL - Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo - Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho, 2006.

BORTOLOZZI, Arlêude. *PATRIMÔNIO CULTURAL EM TERRITÓRIO URBANIZADO E A RECONSTRUÇÃO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS: CAMINHOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL*. X Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2008.

BOTELHO, Tarcísio R. *Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: Uma Análise da Lei do ICMS Cultural de Minas Gerais*. *Habitus*, n.1, jan./jun. 2006, p. 471-492.

BOTELHO, Tarcísio R. *Revitalização de Centros Urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís*. *Revista eure*, Santiago do Chile, nº 939, p. 53-71, agosto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa / Portugal: Difel, 1989.

BRAGA, Vanuza Moreira. *Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em História)-Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

BRAGA, Marques Paula; JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos Santos. *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social*. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP*, 2009.

CAMPOS, Cláudia Renata Pereira de. *Traçando um Ideal: Associação de Artes Plásticas Francisco Lisboa (1938-1945)*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, Porto Alegre, 2005.

CAMPOS, Helcio Ribeiro. *Transformações Urbanas Recentes em Tiradentes-MG: Anos 80 e 90 do século XX*. (Mestrado em geografia)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARNEIRO, Eder Jurandir; LEITE, Dayse de Souza; TAVARES, Denis Pereira. *Conflitos ambientais, construção de territórios urbanos e estratégias de empresariamento urbano da capital brasileira da cultura*. In: Andréa Zhouri; Klemens Laschefski. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 412-438.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O turismo e a produção do não-lugar*. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da; YÁZIGI, Eduardo. Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas*. Belo Horizonte: Anais do Congresso Internacional do Patrimônio Cultural, dezembro, 2004.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti; NOLLI, Joana D' Arc Moreira. *Patrimônio cultural, memória e cidadania*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife(PE), 2007.

CIFELLI, Gabrielle. *Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto-MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3ª ed. São Paulo: Ártica, 2004.

COSTA, Everaldo Batista da; CASTRO, Bernadete. *O processo de "banalização pela cenarização" em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG*. Geografias Artigos Científicos, nº 04, Janeiro-Junho, 2008.

COSTA, Everaldo Batista. *DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO À FRAGMENTAÇÃO ARTICULADA DO TERRITÓRIO URBANO: A CIDADE HISTÓRICA PARA ALÉM DOS LIMITES DO TOMBAMENTO – O CASO DE DIAMANTINA (MG)*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 28, p. 09 - 32, 2010.

COSTA, Everaldo Batista da. *Refuncionalização de Patrimônio cultural e a nova racionalidade da organização sócio-espacial em núcleos urbanos tombados*. Estudos Geográficos. Rio Claro. 6(2), 2008, p. 53-73.

COSTA, Everaldo Batista da. *Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo As Cidades Coloniais Barrocas Face à Patrimonialização Global*. (Doutorado em geografia)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. *AS FASES DE (RE)PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: INTERPRETAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DA GÊNESE COLONIAL À MERCANTILIZAÇÃO DAS CIDADES HISTÓRICAS NO BRASIL*. OLAM-Ciência & Tecnologia-Rio Claro, Nº 1, p. 7-47, janeiro-julho, 2009.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; OLIVEIRA, Alexandre Magno de; RAMOS, Marcelo Viana. *POPULAÇÃO, TURISMO E URBANIZAÇÃO: CONFLITOS DE USO E GESTÃO AMBIENTAL*. GEOgraphia -Ano V – Nº 10 - 2003.



CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à geografia do turismo*. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Política de turismo e território*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. *Empresarialismo urbano em Salvador: a recuperação do Centro Histórico Pelourinho*. (Mestrado em desenvolvimento urbano)-Universidade Federal do Recife, Recife, 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 1997.

FRANK, Robert. *Questões para as fontes do presente*. IN: CHAUVEAU P; TÉTARD, A (org). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

FREITAS, Cristiane Motta. *A Reconquista do Centro Uma Reflexão sobre a Gentrificação de Áreas Urbanas* (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FROTA, Lélia Coelho. *Tiradentes: retrato de uma cidade*. Rio de Janeiro: Campos Gerais; Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1993.

GASPAR, Samantha dos Santos. *Gentrification: processo global, especificidades locais?*. PonUrbe (USP), v. 6, p. 27, 2010.

GLASS, Ruth, *London: aspects of change*. London: MacGibbon & Kee, 1964.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2002.

GUIMARÃES, Aline Fernandes. *CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS EM TIRADENTES MG: As relações entre turistas e nativos em uma cidade histórica mineira*. (Mestrado em gestão social, educação e desenvolvimento local)-Instituto de Educação Continuada, Pesquisa e Extensão, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2010.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Introdução: A Invenção das Tradições*. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.9-23.

- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KESSEL, Carlos. *Estilo, discurso, poder: arquitetura neocolonial no Brasil*. Revista de história social, nº 06. 1999, p. 65-94.
- LEITE, Rogério Proença. *CONTRA-USOS E ESPAÇO PÚBLICO: notas sobre a construção social doslugares na Manguetown*. RBCS Vol. 17 nº 49, junho, 2002.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: USP, 2001.
- LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. *Uma crítica ao conceito de espaço no planejamento estratégico*. VIII Colóquio internacional sobre o poder local : “Poder local e internacionalização: desenvolvimento, (re)configurações organizacionais e estratégias de gestão”. Salvador: UFBA/NPGA/NEPOL, 1999.
- LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. *Uma estratégia chamada ‘planejamento estratégico’: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano*. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. *A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 17, p. 95 – 105, 2005.
- MARTINS, G. R.; OLIVEIRA, M.P. *O que está acontecendo com a Lapa? Transformações recentes de um espaço urbano na área central do Rio de Janeiro - Brasil*. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideú, 2008.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto: 2007.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *Políticas Públicas e Gestão do Patrimônio Histórico*. História em Revista, v. 10, dezembro. 2004.
- MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A cidade como bem cultural-Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano*. In: BASTOS, R L; GALLO, H; MORI, V H; SOUZA, M C. Et. Al. (org). PATRIMÔNIO: ATUALIZANDO O DEBATE. IPHAN, 2006.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A paisagem como fato cultural*. In: YÁZIGI, Eduardo et. al. (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia?* 10ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MORICI, Carlos. *Yves a tirania do bem*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- MOTTA, Lia. “*Cidades mineiras e o IPHAN*”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- MULLER, Helena Isabel. *História do Tempo Presente: Algumas Reflexões*. In: PORTO JUNIOR, Gilson (org.). *História do Tempo Presente*. Bauru-SP: Ed. EDUSC, 2007.
- NATAL, Caion Meneguello. *Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação*. *Revista de história social*, nº 13. 2007, p. 193-207.
- NECKEL, Nádia Régia Maffi. *A Tessitura da Textualidade em “Abaporu”*. *Linguagens-Revista de Letras, Artes e Comunicação*, n. 1, mai./ago. 2007, p. 145-157.
- NEVES, Rodrigo. *Turismo: A apropriação e transformação do espaço geográfico do centro histórico de Tiradentes*. (Monografia de conclusão do curso de geografia)-IPTAN-Instituto de Ensino Superior “Presidente Tancredo de Almeida Neves”, São João del-Rei, MG, 2007.
- NEVES, Rodrigo; CARNEIRO, Eder. Jurandir. *IMAGENS DO PATRIMÔNIO E TURISMO: METAMORFOSES E MERCADORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CENTRAL DE TIRADENTES, MINAS GERAIS*. *Espaço e Geografia (UnB)*, v. 15, 2012, p. 407-441.
- NOBRE, Eduardo A. C. *Intervenções Urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho*. X Encontro Nacional da Anpur, Belo Horizonte, 2003.
- OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. . *O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil*. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 29, 2008, p. 20-38.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Memórias do Rio de Janeiro*. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

OLIVEIRA, Patrícia Gonzaga de. *Pousada e Território Um Estudo de Caso da Cidade de Tiradentes-MG*. (Mestrado em hospitalidade). Universidade de Anhembi Morumbi, São Paulo, 2006.

OURIQUES, Helton. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Alínea, 2005.

PAVLICK, Mariana. *Políticas para a recuperação de áreas em cidades latino-americanas. Estudo de caso: São Paulo, Santiago do Chile e Buenos Aires* (Mestrado em planejamento urbano e regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PINHEIRO, Rafaelle Camila dos Santos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. *Revitalização urbana e turismo: o caso do centro histórico de Aracaju (Sergipe, Brasil)*. Turismo & Sociedade, v. 5, n. 1, abril, 2012, p. 275-294.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Turismo cultural em Tiradentes: estudo de metodologia aplicada*. São Paulo: Manole, 2000.

PEREZ, Vanessa Baggio Franco. *Subsídios para o estudo da história da preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: os conflitos de uma trajetória*. (Mestrado em Arquitetura)-Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Urbes industrializada: o modernismo e a paulicéia como ícone da brasilidade*. Revista Brasileira de História, v. 21, n. 42, São Paulo, 2001, p. 435-455.

POMIAN, K. "Coleção". In: ROMANO, Rugiero (org.). *Enciclopédia Einaudi (vol. 1 – Memória/história)*. Lisboa: Casa da Moeda/ Imprensa Nacional, 1983, p. 59.

PRUDENTE, Daniela do Vale de Carvalho. *Cuba e Brasil: Patrimônio Cultural e Políticas de Patrimonialização*. (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural)-Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

RODRIGUES, Adyr Balastheri. *Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento Transdisciplinar*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Marly. *Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e o turismo*. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2002, p. 15-24.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *A história do presente como tempo da memória*. Seminário (UPF), v. 4, p. 1-14, 2006.

SÁ, Rosana Bignami de. *A Imagem do Brasil no turismo: construção de desafios e vantagem competitiva*. São Paulo: Aleph, 2002.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A Reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó/SC: Argos, 2003.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A Reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política*. Revista Sociologia nº 16, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. (Mestrado em Arquitetura)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. *Tiradentes, ontem e hoje*. IPHAN: [ s. n. ], 1989.

SCHNEIDER, Simone Marafon. *Cultura é desenvolvimento: um panorama da atuação do BNDES em projetos de restauro 1997-2007*. (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais)-CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista*. (Mestrado em História)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Monica Cristina de Souza. *Turismo Cultural em Sítios Históricos Tombados*. (Especialização em Turismo: cultura e lazer)-Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SMITH, Anthony D. *A identidade Nacional*. Lisboa/Portugal: Gradiva, 1997.

SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine (Org). De volta à cidade. São Paulo: ANNABLUME, 2006, p. 59-87.

SOUZA, Marise Campos de. *Uma visão da abrangência da gestão patrimonial*. In: BASTOS, R L; GALLO, H; MORI, V H; SOUZA, M C. Et. Al. (org). PATRIMÔNIO: ATUALIZANDO O DEBATE. IPHAN, 2006.

THOMPSON, P. *A voz do passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VAINER, Carlos B. *Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: ARANTES, Otília B. Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p.75-103.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VIANNA, Marly. A. G. *Algumas notas sobre o integralismo*. *Achegas.net*, v. 42, 2009, p. 44-66.

ZOLINI, Gustavo Pimenta de Pádua. *A INFLEXÃO DO CONCEITO GENTRIFICAÇÃO EM CONJUNTOS URBANOS PATRIMONIAIS EM CIDADES DE PEQUENO PORTE: OS CASOS MINEIROS DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS E TIRADENTES*. (Mestrado em Arquitetura)-Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.